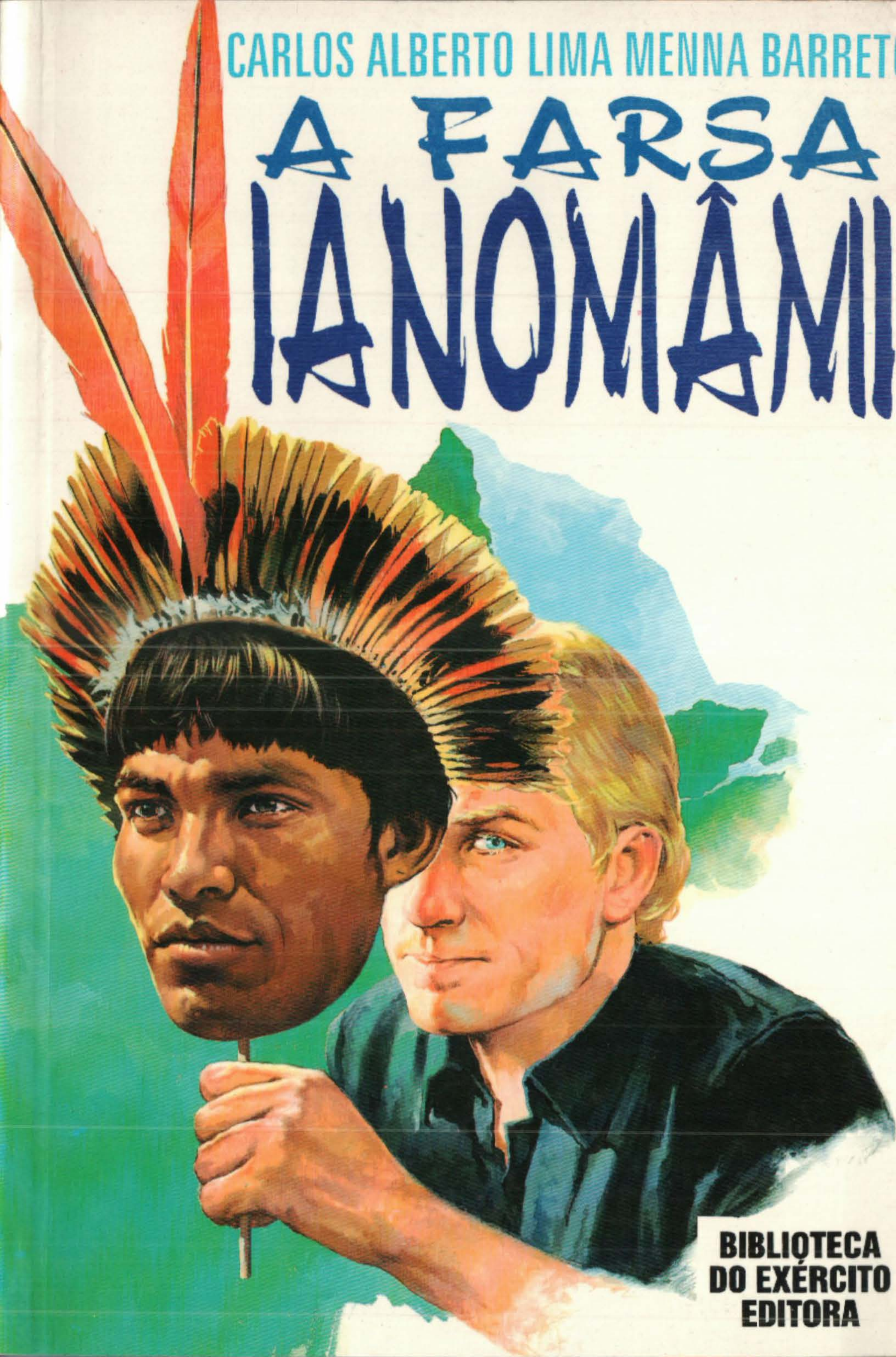

CARLOS ALBERTO LIMA MENNA BARRETO
A FARSA
IANOMÂMI
BIBLIOTECA
DO EXÉRCITO
EDITORA

CARLOS ALBERTO LIMA MENNA BARRETO

Gaúcho natural de Porto Alegre, oriundo de tradicional família de militares, sentou praça na extinta Escola Preparatória de Cadetes de sua cidade natal em 1944.

Aspirante-a-oficial da Turma de 1949 da Academia Militar das Agulhas Negras, iniciou sua carreira de oficial como subalterno do antigo 18º Regimento de Infantaria, no Partenon.

Instrutor de educação física e pára-quedista militar, destacou-se como mestre de salto e em salto livre no Núcleo da Divisão Aeroterrestre.

Cursou a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército e a Escola Superior de Guerra.

Em 1968, no comando do 1º Batalhão do Regimento Santos Dumont (Pára-quedista), teve destacada atuação ao conduzir prolongado exercício no terreno em Roraima, onde travou os primeiros contatos com a Amazônia, que a partir dessa data o seduziu.

Primeiro comandante do 2º Batalhão Especial de Fronteira e do Comando de Fronteira de Roraima, em pouco tempo tornou a unidade legendária.

Comandou, também, o 26º Batalhão de Infantaria Pára-quedista, organização das mais operacionais da então reserva estratégica do Exército Brasileiro, nos idos de 70.

Como oficial de estado-maior, serviu no Comando do Núcleo da Divisão Aeroterrestre, no Estado-Maior do Exército e na Comissão de Desportos do Exército.

Já na reserva, foi convidado pela Presidência da República para exercer o cargo de Secretário de Segurança de Roraima, marcando efetivamente sua passagem pela terra a que tanto amou e se dedicou, com abnegação, desprendimento e entusiasmo. Transformou-se, assim, em grande conhecedor e estudioso da área.

Faleceu no Rio de Janeiro, em 1995, após passar os últimos anos de sua vida escrevendo esta autêntica saga a respeito da controvertida e polêmica demarcação da exageradamente vasta reserva indígena em nossa fronteira Norte, intitulada *A FARSA IANOMÂMI*.

A
FARSA
IANOMÂMI



BIBLIOTHECA DO EXÉRCITO
Casa do Barão de Loreto
– 1881 –

Fundada pelo Decreto 8.336, de 17 de dezembro de 1881, por FRANKLIN AMÉRICO DE MENEZES DÓRIA, Barão de Loreto, Ministro da Guerra, e reorganizada pelo General-de-Divisão VALENTIM BENÍCIO DA SILVA, em 26 de junho de 1937.

Biblioteca do Exército
Palácio Duque de Caxias
Praça Duque de Caxias, 25 – Ala Marcílio Dias – 3º andar
20221-260 – Rio de Janeiro, RJ – Brasil
Tel.: (55 021) 253 4637
Fax (55 021) 253 7335
Endereço Telegráfico "BIBLIEX"

Carlos Alberto Lima Menna Barreto

A FARSA IANOMÂMI



Biblioteca do Exército Editora
Rio de Janeiro
1995

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA Publicação 619
Coleção General Benício Volume 309

Capa:
Carlos Chagas
Revisão:
Renaldo di Stasio
José Lívio Dantas

Barreto, Carlos Alberto Lima Menna, 1929-1995
B273 A Farsa Ianomâmi / Carlos Alberto Lima Menna Barreto. – Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1995.
218p. : il. – (Biblioteca do Exército ; 619. Coleção General Benício ; v. 309)

Inclui bibliografia
ISBN 85-7011-203-3

1. Índios da América do Sul – Brasil 2. Índios Ianomâmi – Relações com o governo.

CDD 980.5

Impresso no Brasil Printed in Brazil

À querida Neusa, mulher e musa, minha gratidão pela solidariedade, pelo sacrifício, pela coragem, pelo carinho, pelo estímulo, pela fibra admirável e a extrema dedicação.

Não fosse sua adesão incondicional a meus ideais, eu não teria ido aonde fui...

Homenagem

Ao General RODRIGO OCTÁVIO JORDÃO RAMOS, inesquecível chefe e amigo, a reverência de quem, como ele, aprendeu a amar a Amazônia.

"Árdua é a missão de desenvolver e defender a Amazônia. Muito mais difícil, porém, foi a de nossos antepassados em conquistá-la e mantê-la."

Rodrigo Octávio

Sumário

Apresentação

A questão ianomâmi, como é apresentada pelos interesses alienígenas, clama contra a lógica e o bom senso. Como reivindicar o controle político de um território brasileiro da extensão de 94.191 km^2 (semelhante à área de Santa Catarina e três vezes a superfície da Bélgica), para uma tribo que o habita, de 5.000 índios, no máximo, e que vive, até hoje, no mais baixo estágio de ignorância e primitivismo?

Estes próprios índios ignoram as reivindicações que são feitas em seu nome, por organizações internacionais mascaradas com intenções científicas (ecologia, ambientalismo, antropologia) e que fazem uma pressão crescente no sentido de entregar a soberania dessa área aos seus habitantes.

Parece absurda, estapafúrdia, a proposta dessas organizações internacionais. Só se pode entendê-la, admitindo que há um propósito velado atrás de tudo isto – *a internacionalização da Amazônia*, em nome da sonhada criação de *áreas do interesse da humanidade*, cujo controle político passará para as mãos dos países do Primeiro Mundo. É uma volta ao velho sonho da Hiléia Amazônica (1948).

Infelizmente naquela ocasião, como agora, tivemos brasileiros entusiasmados pela tese entreguista – em 1948, o nosso representante na UNESCO, Professor Paulo Berredo Carneiro e, no Governo Collor, o Professor José Antonio Lutzemberger, Secretário do Meio Ambiente. A própria FUNAI está contaminada pela tese internacionalista.

O livro do Coronel Menna Barreto, ilustrado por desenhos, mapas e transcrições de textos, é um *grito de protesto* de quem viveu vários anos na área, investido de funções de proteção da soberania nacional, e que assistiu, *in loco*, a trama de pressões e fabricação do noticiário visando iludir a opinião pública nacional e internacional sobre a realidade. Mostra, baseado em acurada pesquisa, a história das tribos amazônicas que habitam a região fronteiriça entre o Brasil, Venezuela e Guiana. Narra a sua participação ativa na solução dos conflitos criados pelos religiosos que dirigem os colégios de catequese dos índios, os proprietários de terras, os mineradores e os garimpeiros. No bojo destes conflitos revela a presença, sempre, das pressões internacionais.

O autor, ferido na sua sensibilidade de brasileiro patriota, responsável pela proteção de nossa soberania naquela região fronteiriça, escreveu um relato veemente. Faz o seu *grito de protesto*, como dissemos acima, contra a farsa que se armou em torno da questão ianomâmi.

General-de-Divisão CARLOS DE MEIRA MATTOS

Introdução

Este livro trata do problema indígena em Roraima. Tem a visão de quem lá exerceu os cargos de Comandante da Fronteira e Secretário de Segurança em diferentes épocas e, em conseqüência, pôde testemunhar o abuso de terem transformado o índio em instrumento da subversão marxista, a leste, e em disfarce da infiltração imperialista, a oeste.

É um depoimento e uma denúncia. E, também, uma crítica da mentalidade predominante em certas camadas da sociedade brasileira. Escrito por um rude soldado, não tem pretensões acadêmicas ou de qualquer outro tipo, a não ser a de alertar a Nação para a ameaça que se desenha ao norte.

Ao longo de vinte e seis capítulos, tenta fundamentar os motivos de suas preocupações, valendo-se de mapas, quadros, esquemas e opiniões ou testemunhos transcritos da imprensa como auxílio à narrativa. Porque o objetivo de uma denúncia é mobilizar os cidadãos pela revolta que desperta. E deve, por conseguinte, conter dados comprobatórios essenciais e bastantes para esse fim. Nada mais. Sem complicações. De forma clara e concisa. Dei-

xando à inteligência de cada um as conclusões óbvias e inevitáveis. Sem fatigar ninguém com o supérfluo, o banal ou o inútil.

A fim de possibilitar melhor avaliação da credibilidade da obra, estão descritas, em alguns capítulos, as circunstâncias que levaram o autor. de família gaúcha, a ligar-se a Roraima. Convém, entretanto, esclarecer mais alguns pontos.

Para ambos os cargos, os convites lhe foram feitos após terem sido rejeitados por companheiros mais ilustres; o que, decerto, bem pode indicar a temeridade dos desafios neles contidos e, por isso mesmo, lhes terá acrescentado honra maior.

Em 1969, comandava o 1º Batalhão de Infantaria Aeroterrestre, pertencente ao antigo Núcleo da Divisão Aeroterrestre, no Rio de Janeiro. Era uma unidade de praças engajadas, para emprego imediato como reserva estratégica do Exército, em reforço a outras tropas ou em lugares desprovidos de forças federais. Em vista dos reflexos em Roraima da rebelião havida nesse época na região do Pirara, então chamada de Distrito do Rupununi, chegou a ser cogitada sua ida para lá, já que a 9ª Companhia de Fronteira, de Boa Vista, com seu pequeno efetivo, era incapaz de vigiar sozinha os 964 km da fronteira com a Guiana e os outros sessenta do trecho com a Venezuela mais ameaçado.

Descartada essa solução pelas repercussões possíveis no continente, foi antecipada a criação do Comando de Fronteira de Roraima / 2º Batalhão Especial de Fronteira, planejada para aquela guarnição num prazo de dois a três anos. Na prática, a medida improvisada era de execução

difícil, pela inexistência de previsão orçamentária para dotação de material e aumento do efetivo. Diante disso, foi lembrado o nome do autor, pela esperança de que pudesse levar consigo o número de voluntários que resolvesse o problema do efetivo. E, realmente, a expectativa se confirmou, com a ida de 62 pára-quedistas do seu batalhão.

Quatorze anos depois, em 1985, o assassínio do jornalista João Alencar dividiu os políticos da Aliança Democrática em Roraima, com acusações recíprocas de responsabilidade intelectual pelo crime. E, embora concordassem em ficar o Governo do Território para o PFL e a Prefeitura de Boa Vista para o PMDB, temiam a entrega da Secretaria de Segurança para a facção contrária. O nome do autor surgiu, então, como um *tertius,* para pôr fim à dissensão, dada a sua condição suprapartidária e considerados os serviços que havia prestado ao Território.

Cumpria, nos dois casos, o destino que os pára-quedistas imploram aos céus a cada dia, na oração que consagraram:*

"Dai-me, Senhor meu Deus, o que vos resta.
Aquilo que ninguém vos pede.
Não vos peço o repouso nem a tranqüilidade,
Nem da alma nem do corpo.

Não vos peço a riqueza, nem o êxito, nem a saúde.
Tantos vos pedem isso, meu Deus,
Que já não vos deve sobrar para dar.
Dai-me, Senhor, o que vos resta.

Dai-me aquilo que todos recusam.
Quero a insegurança e a inquietação.
Quero a luta e a tormenta.
Dai-me isso, meu Deus, definitivamente.

Dai-me a certeza de que essa será
A minha parte para sempre.
Porque nem sempre terei
A coragem de vô-lo pedir.

Dai-me, Senhor, o que vos resta.
Dai-me aquilo que os outros não querem.
Mas dai-me, também,
A coragem , a força e a fé."

---

*Manuscrito encontrado com um pára-quedista francês, morto em combate, que passou a ser a Oração Universal do Pára-quedista Militar.

1

A Traição Oficial

Comandante da Fronteira de Roraima nos idos de 1969, 1970 e 1971, vi com surpresa as sucessivas denúncias de um pretenso genocídio dos ianomâmis, que renomados jornais do Brasil e do exterior publicaram a partir de 1973. No período em que lá estive, empenhado em reconhecimentos, experiências e estudos necessários ao planejamento operacional, não ouvi jamais qualquer menção a uma tribo com esse nome. Não entendia, também, como poderia ter surgido tanta gente assim em um lugar pouco antes despovoado, ou quase isso.

Nas três vezes em que sobrevoei as montanhas cobertas de floresta que queriam dar aos ianomâmis, só encontrei índios nos famosos postos dos "missionários" norte-americanos. E, pelo que então pude saber, mal chegavam a quinhentos. No Rio Mucajaí, havia dois subgrupos de xirianás; na margem direita do Uraricoera, outros dois de

uaicás; no Auari, perto da Venezuela, uma maloca de maiongongues e, um pouco abaixo, outra de macus. No Parima e em Surucucus, não havia malocas, mas apenas o contato intermitente dos "missionários" com grupos errantes de xirianás e uaicás vindos ocasionalmente da Venezuela.[1]

As estimativas demográficas da imprensa, no entanto, variavam de umas poucas dezenas a cerca de dez mil índios, conforme pretendiam anunciar a catástrofe ou demonstrar a necessidade da criação de um país ianomâmi independente do Brasil. Jornalistas do Rio e de São Paulo, inteiramente ignorantes das disputas ancestrais pela posse da área, abraçavam a causa indianista em artigos candentes e fantasiosos, cheios de encanto pelos ianomâmis e de aversão pelos brasileiros que, todo dia, desfraldavam o pavilhão verde-amarelo naquela terra longínqua, cujo nome eles aqui nem sabiam com certeza se era Roraima, Rondônia ou Rio Branco.

Celebridades do Primeiro Mundo, indignadas com as notícias que chegavam do Brasil, protestavam na televisão contra a passividade do nosso governo e pregavam, por causa disso, a intervenção das grandes potências, para salvar os índios. Mas, ninguém podia esperar que as investidas dessa imprensa, sempre ávida dos lucros do escândalo, pudessem afetar a Política de Desenvolvimento e Integração da Amazônia adotada na época. E, muito menos, que ficassem sem resposta as acusações de omissão ou conivência do governo, diante do que diziam ser o iminente extermínio de um povo, para justificar a recomendação de colocá-lo sob a égide da ONU.

---

1 Ver Anexo A.

No entanto, para surpresa de todos, nenhuma resposta foi dada, difundindo-se, em conseqüência, pelo silêncio, a impressão de *mea culpa*, que estimulou o prosseguimento e a virulência crescente da campanha difamatória. E, dez anos mais tarde, em Boa Vista, na despedida da minha vida militar com antigos camaradas e civis amigos, vim a saber da edição da célebre portaria reservada interministerial que, vedando o acesso de brasileiros a oeste do meridiano de 62° W, consumava a capitulação do governo diante da conspiração dos imperialistas de fora com os traidores de dentro do Brasil.[2]

Pior ainda foi ver que o documento oficial repetia, nas razões invocadas para fundamentar medida assim extrema, o cediço arrazoado de suspeitíssimas instituições *religiosas* e *científicas* européias e norte-americanas, culminando com o reconhecimento da necessidade de transformação da imensa área despovoada em parque ianomâmi.[3]

Tudo, tudo, menos a troca de país por parque, era cópia fiel de publicações provenientes da Holanda e da Áustria, com a assinatura da fotógrafa Cláudia Andujar, que, de repente, se intitulara antropóloga e porta-voz da CCPY.[4]

Para saber que os ianomâmis não existiam, teria

---

2 Ver Anexo B.

3 Citavam a necessidade de preservar a cultura dos índios; o interesse de protegê-los do contágio por germes patogênicos antes inexistentes entre eles, como gripe, varíola, sarampo, sífilis e gonorréia (os missionários estrangeiros não eram considerados como possíveis transmissores dessas doenças, já que sua presença ficava autorizada; e a conveniência de prevenir abusos dos civilizados).

4 Comissão para a Criação do Parque Ianomâmi.

bastado consultar as memórias de Rondon, ou, simplesmente, procurar o vocábulo no Aurélio. Mas nada disso importava aos pressurosos tecnocratas, na ânsia de brindarem a fotógrafa estrangeira com o meridiano que ela pedia. A urgência de atendê-la não lhes permitia conferir muitos pormenores. De resto, pouco se lhes dava saber o lugar exato onde estavam os ianomâmis naqueles confins perdidos a 2.500 km de Brasília, que mal podiam localizar no mapa de 1/1.000.000. Pois, afinal, a interdição era em Roraima e não em São Paulo.

Mais fácil era escolher de uma vez um meridiano ao gosto dela e, por via das dúvidas, baixar a medida em portaria reservada, de difusão restrita a altos funcionários. O resultado foi esse novo Tordesilhas,[5] traçado outra vez no escuro, pelos Ministérios do Interior, da Justiça e das Minas e Energia. E sabendo-se o quanto custava aos sábios navegantes de Sagres[6] encontrar a célebre linha divisória dos achados de espanhóis e lusitanos, como esperar que rudes garimpeiros pudessem saber, em plena selva, por onde passava a raia imaginária dos 62° W de Greenwich que lhes barrava os passos no rumo do ouro?

Além de tudo, a arbitrária interdição afrontava o

---

5 Tratado de Tordesilhas, lavrado em 7 de junho de 1494, pelos representantes dos Reis Católicos, Fernando e Isabel de Espanha, e do Príncipe Perfeito, D. João II de Portugal que estabeleceu "uma ráia ou linha de pólo a pólo", traçada no Mar Oceano (Atlântico), a 370 léguas das Ilhas de Cabo Verde, "em direção à parte do poente", para repartir entre portugueses e espanhóis os achados a leste e a oeste, respectivamente.

6 Escola de Matemática, Cosmografia e Náutica de Sagres, fundada pelo Infante D. Henrique, o Navegador, terceiro filho de D. João I, a qual contribuiu decisivamente para o êxito dos descobrimentos marítimos portugueses nos Séculos XV e XVI.

direito natural de ir e vir em seu próprio país dos cidadãos brasileiros. Em regime republicano, medida de tamanha gravidade devia condicionar-se à consulta plebiscitária ou à aprovação dos representantes do povo no Congresso Nacional e nas Assembléias das unidades federativas interessadas. E, mesmo assim, seria muito discutível o direito de partilhar-se o indivisível que é o patrimônio da Nação, pois admiti-lo seria estimular o separatismo e render-se à traição.

A Pátria é eterna e pertence a todos. Não pode ficar à mercê de uma só geração de brasileiros. O mal que hoje lhe fazem, sob a capa de proteção aos índios, será causa amanhã de justa repulsa e incontrolável revolta. Porque, acima de quaisquer portarias, decretos e leis, está o dever sagrado de defender-lhe a honra e a integridade com o sacrifício até da própria vida. Entregar metade de Roraima a índios que não têm pátria é trair o Brasil.

2

O Povoamento Indígena

Em 1923, Theodor Koch-Grünberg publicou extensa obra, intitulada *Del Roraima al Orinoco*, com minuciosas observações sobre os índios que encontrou no período de 1911 a 1913 nesse território, cuja divisão pelos diferentes grupos dominantes resultou de longas e sangrentas lutas.[7]

O contingente mais antigo na região era, a seu ver, constituído pelos uaicás e xirianás, os quais habitavam, nessa época, "os mesmos lugares no Alto Uraricoera e na Serra Parima, onde se haviam estabelecido ao chegar".[8] Posteriormente, julga Grünberg terem os aruaques estendido suas

---

7 Theodor Koch-Grünberg. *Von Roroima Zum Orinoco, Reisen in Nord Brasilien und Venezuela in den Jahren 1911-1913. Mitteilungen der Geogr. Ges in Munchen (Del Roraima al Orinoco, Viajes por el Norte de Brasil y Venezuela en los años 1911-1913. Comunicaciones de la Sociedad Geográfica de Munich)*, Tomo III, p.28.
8 Ibidem, p. 28.

aldeias ao norte daqueles, desde o Orenoco até o Caroni, como indicam os nomes de rios ali existentes com terminações desse idioma (-ari, -uni, -eni, -oni = rio, água): Au-ari, Mereu-ari (Caura), Emec-uni, Car-oni.[9]

"Em tempos mais recentes", diz ele, "tribos caribes, fugindo dos espanhóis, emigraram das Antilhas para o sul".[10] Eram, em sua opinião, índios canibais, rudes e extremamente cruéis.[11] Subindo o Orenoco, maiongongues (iecuanás-caribes) e iauaranás submeteram ou aniquilaram os aruaques e só foram contidos às margens do Uraricoera e nas vertentes da Serra Parima pela feroz resistência dos aguerridos uiacás e xirianás.[12]

Informa, ainda, o ilustre antropólogo que processo semelhante ocorreu a leste.[13] Primeiro, os uapixanas do grupo aruaque ocuparam a grande savana e as serranias do Rio Branco, dando nome aos rios e outros acidentes geográficos, como Jauari, Amajari, Mucajaí, Catrimani, Demeni e Suapi. Mais tarde, chegaram do norte os caribes das tribos macuxi, taulipangue, ingaricó, arecuná, saparᬠuaiumará, purucotó e – mais afeitos à luta – subjugaram os uapixanas na cruenta disputa pela dominação da área.[14] Mas, ainda assim, preferiram parar na linha Uraricoera–Tacutu, deixando em paz os uapixanas estabelecidos mais ao sul. Na mesma altura, para oeste, nas Altas Bacias do Caroni e do Paraguá, ficaram também sob o domínio deles

9 *Ibidem*, p. 28.
10 *Ibidem*, p. 29.
11 *Ibidem*, p. 29.
12 *Ibidem*, p. 29.
13 *Ibidem*, p. 29.
14 *Ibidem*, p. 29.

os remanescentes de antigas tribos de línguas isoladas, outrora numerosas e, então, quase exterminadas em lutas contra adversários mais fortes.

Quanto ao povoamento propriamente dito, expresso em número de habitantes em cada lugar, é curioso registrar que, não obstante a opinião de Grünberg de ser mais fácil viver na selva, pela abundância de caça e a fertilidade do solo,[15] os índios de Roraima preferem a savana. Em 1913, viviam na selva de oitocentos a mil uaicás e xirianás, na Serra Parima e Alto Uraricoera,[16] e de oitenta a duzentos maiongongues e macus no Auari.[17] Os demais aldeamentos se situavam ora na savana, sobre as encostas úmidas das raras colinas, ora na serra desnuda, junto aos mananciais e bosques. Para uma população estimada em seis mil índios,[18] somente uns mil viviam na selva, numa proporção que se mantém até hoje.

De conformidade com Grünberg, a população indígena dessa área se distribuía, em 1913, como mostra o quadro apresentado no final deste capítulo (p.28).

Mais difícil, entretanto, é saber quantos são e onde estão os índios agora. Porque há quem queira aumentá-los e quem prefira reduzi-los. Uns "plantam" malocas nas fazendas e arredores das cidades, para reivindicar, com base nesse expediente, mais e mais reservas indígenas. Outros resistem o quanto podem para não entregar todas as terras e todos os bens aos aproveitadores que, depois de longa con-

---

15 Grünberg, *ibidem*, p. 19 *ad fine*.
16 Estimativa com base no relatório do Anexo A.
17 *Ibidem*, p. 24.
18 *Ibidem*, pp. 20, 21, 22, 23, 24, 25 e 251.

vivência com a civilização, se fingem de selvagens pelos privilégios do Estatuto.

No recenseamento da FUNAI, "padres", ecologistas e indianistas transportavam em caminhões os já recenseados para as malocas a serem visitadas, aproveitando-se da inexistência de documentos de identificação, para elevarem os resultados muito acima da realidade. Por isso tudo, a Força Aérea procurou fazer, extra-oficialmente, seu próprio censo, com procedimentos que obstassem mudanças extemporâneas de habitantes de uma para outra maloca por indução de estranhos. Dessa forma, conseguiu contar em toda a Reserva Ianomâmi brasileira, nos estados do Amazonas e de Roraima, 3.500 índios, espalhados por sessenta aldeias.[19]

Segundo o então governador de Roraima, Ottomar de Souza Pinto, considerando os 2.800 que vivem na sua parte da Reserva Ianomâmi, existem cerca de 20 mil índios no estado.[20] A FUNAI, por seu lado, estima essa população em 26.500 indivíduos, dos quais quatro mil ianomâmis e o restante das etnias macuxi, uapixana, maiongongue, taulipangue, ingaricó e uai-uai, sem referir-se às etnias xirianá, uaicá e macu.[21]

Tendo em conta os dados do governo do estado, verifica-se, portanto, que a população indígena de Roraima teve, de 1913 para cá, um incremento anual vegetativo, da ordem de 1,5% – o mesmo observado, em média, no restante do país. É um ritmo elevado de cresci-

19 *O Globo*. Rio de Janeiro. Ed. 25.11.91. Cad. O País.
20 *O Globo*. Rio de Janeiro. Ed. 22.12.91. Cad. O País, p. 4.
21 Ronaldo Brasiliense: in *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 1991.

mento, o qual, por si só, desmente quaisquer hipóteses de genocídio ou morticínio em massa decorrente de contágio por germes patogênicos antes inexistentes entre eles.

Muito pior para os índios de boa índole foi o tempo anterior à maior presença brasileira na área, em que xirianás e uiacás dizimaram os auaqués, calianás, maracanãs, piaroás e purucotós, desmentindo a teoria de Jean Jacques Rousseau[22] sobre a bondade natural do selvagem.

22 Jean Jacques Rousseau: *A Nova Heloísa*. Casa Marc Michel Rey. Amsterdã, 1762.

TRIBO	TERRITÓRIO	POPULAÇÃO (1913)
MACUXI*	Entre os Rios Tacutu e Maú e o Rupununi; Rio Cotingo e Rio Surumu	Total: 3.000, sendo a maioria na Guiana
TAULIPANGU*	Planalto próximo do Roraima; Rio Maú.	Total: 1.000/1.500
INGÁRICO*	Alto Cotingo, junto ao Roraima	Total: 300/400
AREСUNA	Norte do Roraima; Rios Parágua e Caura.	Total: 1.000/1.500
IBCUANA* (maiongongue)	Nascentes do Caura. Rio Auari. Rio Ventuari.	Total: 600/800. No Auari: 120 a 150
IAUARANA	Margem esquerda do Alto Caura.	Total: 30/50
SAPARÁ*	Serra Tepequém; Rio Amajari.	Total: 300
UAIUMARA*	Iha de Maracá.	Aniquilados pelos xirianás.
PURUCOTÓ*	Rios Uraricaá e Paraguá.	Idem
UAPIXANA	Do Alto Rupununi até o Rio Branco. Rio Cauamé.	Total: 1.000/1.200
GUINAÚ	Rios Caura, Alto Auari e Alto Orenoco.	Total: 20/30
XIRIANA*	Serra Parima, Rios Uraricoera e Orenoco. De 63 a 66PW.	Indeterminada.
UAICÁ*	Idem.	Indeterminada.
AUAQUE	Alto Parágua	Total: 18/20
CALIANA	Alto Parágua	Tribo pequena
MARACANÃ*	Ilha Maracá e arredores.	Aniquilados pelos xirianás.
PIAROA	Rio Ventuari	Só restos
MACU*	Rios Caura e Auari	Só restos

* Em Roraima.

3

A Ianomamização dos Índios

A questão ianomâmi surgiu no Brasil por volta de 1973. Manoel da Gama Lobo D'Almada, Alexandre Rodrigues Ferreira, os irmãos Richard e Robert Schomburgk, Philipp von Martius, Alexander von Humboldt, João Barbosa Rodrigues, Henri Coudreau, Jahn Chaffanjon, Francisco Xavier de Araújo, Walter Brett, Theodor Koch-Grünberg, Hamilton Rice, Jacques Ourique, Cândido Rondon e milhares de exploradores anônimos que cruzaram, antes disso, os vales do Uraricoera e do Orenoco, jamais identificaram quaisquer índios com esse nome.

Quem primeiro se referiu a eles foi Cláudia Andujar, em noticiário de surpreendente destaque para o

assunto. E a única hipótese razoável para explicar tanto empenho na propagação da novidade era, então, o possível intuito de criticar a lentidão da FUNAI em admitir a existência de um novo grupo indígena tão perto de Boa Vista. Porque não se fazia idéia do enorme poder externo que estava por trás do insólito anúncio e, assim, inaugurava solenemente sua interferência na área.

Só dez anos depois se veio a saber que a autora do comunicado, registrada como fotógrafa no respectivo passaporte[23] não estava abalizada para emiti-lo. Porquanto o reconhecimento de grupos indígenas requer credenciada capacitação em Antropologia.[24]

Se ela teve de fazê-lo, mesmo sem poder, foi porque nenhum antropólogo quis prestar-se a isso e, por conseguinte, era de suspeitar-se da idoneidade científica ou, quiçá, da autenticidade da informação veiculada com tamanha ressonância.

Pouco adiantava, no entanto, uma desconfiança surgida vários anos após a farsa, pois era tarde para tentar-se desmenti-la. O mundo todo só falava dos ianomâmis da

---

23 Informe extra-oficial vazado da Polícia Federal.

24 Aurélio B. de Holanda. *Dicionário da Língua Portuguesa*, Ed. Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1986. ANTROPOLOGIA – Ciência que reúne várias disciplinas cujas finalidades comuns são descrever o homem e analisá-lo com base nas características biológicas (Antropologia Física) do grupo em que se distribui, dando ênfase, através das épocas, às diferenças e variações entre esses grupos. ANTROPOLOGIA CULTURAL – Ramo da Antropologia que trata das características culturais do homem (costumes, crenças, comportamento, organização social) e que se relaciona, portanto, com várias outras ciências, tais como Etnologia, Arqueologia, Linguística, Sociologia, Economia, História e Geografia Humana. ANTROPOLOGIA FÍSICA – Ramo da Antropologia que se ocupa da origem e da evolução biológica do homem, assim como das diversidades raciais e seus vários subgrupos.

Amazônia e não havia etnólogo brasileiro que se encorajasse a contestar a real existência deles como nação ou tribo indígena distinta. Tudo indicava, portanto, que o fato estava consumado e que nada mais se podia fazer senão lamentar a imprudência e a ingenuidade dos nossos governantes de não havê-lo denunciado a tempo – se é que puderam pressentir-lhe a falsidade.

Tinha-se de convir, atônitos, perplexos e silenciosos, que a mentira repetida muitas e muitas vezes transformara-se, afinal, em verdade aos olhos do mundo, indiferentes aos argumentos da Ciência... Coincidentemente, por essa época, os serviços de informação interceptaram a diretriz do *Christian Church World Council* constante do Anexo B. Era um documento incisivo, que não deixava dúvidas sobre o propósito da entidade em preparar a dominação futura da Amazônia com medidas impeditivas de ocupação e exploração da área por brasileiros.

Uma dessas consistia na inclusão de diferentes tribos em reservas de grande extensão territorial, que as englobassem e servissem de base física para a posterior criação de países indígenas independentes, sob a tutela das Nações Unidas, os quais, devidamente estruturados em condições mínimas de existência, seriam oportunamente transferidos "para a jurisdição das grandes civilizações européias, cujas áreas naturais estivessem reduzidas a um limite crítico..."

A revelação de semelhante diretriz mexeu com os brios de quem chegou a conhecer-lhe o conteúdo carregado de ameaças e injúrias. É difícil entender a insignificante divulgação que teve. Não fosse isso, ninguém mais poderia

negar, a esta altura, a intenção hostil e o propósito colonizador dos países representados no nefando conselho.

Malgrado sua difusão restrita, o documento descoberto era um fato novo, uma base sólida, uma razão moral, um imperativo cívico para justificar a investigação do caso, independentemente dos nossos omissos antropólogos e etnólogos. Porque, se os índios só serviam de pretexto para encobrir a invasão sub-reptícia e a conquista traiçoeira, a obrigação de defender a Pátria sobrepunha-se ao interesse antropológico. O soldado devia substituir o cientista. Era hora do Exército, não da FUNAI.

Contudo, a FUNAI foi teimosamente mantida. Fraqueza perante os estrangeiros, preconceito contra os militares, submissão aos políticos ou tudo isso – não se sabe. O caso é que, em vez de defender o Brasil como deviam, preferiram certas facções políticas aplaudir servilmente a pantomima ianomâmi encenada pelo Primeiro Mundo, como prelúdio da tragédia que está para sobrevir.

Diante do pouco caso, da indiferença e do descrédito, só resta, então, buscar-se na esquecida Antropologia a evidência de ser o gentílico *ianomâmi* nada mais que astucioso e torpe artifício imaginado para reunir tribos, grupos e subgrupos diferentes no mesmo conjunto etnográfico e, assim, de forma sutil e bem ao gosto da mídia, mudar o mapa da Amazônia pelos mais "nobres" motivos e sem maiores traumas. Porque, mantida a identidade primitiva das tribos, não teria sido possível conseguirem senão uma reserva para cada uma, sobrando grandes intervalos, de mais de 100 km, para a "intromissão" dos brasileiros. Ao passo que, unificadas com o mesmo nome, parecia haver uma razão

para respaldar seu ambicioso projeto de separar do Brasil, de uma vez, toda aquela riquíssima fatia, para cedê-la aos fictícios "ianomâmis" e, depois, transferi-la para a ONU, ou sabe-se lá para quem...

É preciso ficar claro antes de tudo que os índios supostamente encontrados por Cláudia Andujar são os mesmos de quando estive lá, em 1969, 1970 e 1971. Pode ser que, seduzidos com promessas, tenham concordado em renegar o próprio nome, deixando de ser os valentes que sempre foram, para se prestarem agora a esse triste papel. Ou, quem sabe, podem ter sido convencidos a vestir o apelido de "ianomâmis" por cima dos antigos nomes, numa forma de fantasia menos nociva aos valores e tradições indígenas... Entretanto, não é de se duvidar que, para cúmulo do desprezo pelos antropólogos nacionais, nada tenha sido feito para disfarçar a mentira e que, com exceção dos mais sabidos, eles continuem a ser os xirianás, os uaicás, os macus e os maiongongues de sempre, ficando essa história de "ianomâmis" só para brasileiros e venezuelanos.

Mas, os índios tidos como "ianomâmis" são os mesmos que lá estavam de 1969 a 1971. Tenho certeza porque voltei à região em 1985, 1986, 1987 e 1988, como Secretário de Segurança, e vi as malocas nos mesmos lugares e os índios com as mesmas caras de antes. E, muito embora essa afirmação possa parecer temerária, pela dificuldade de distinguir-se um índio do outro na mesma tribo, é fácil de ver que, se nesses vinte anos não se registrou nenhuma ampliação das malocas, nem há notícia da ocorrência de epidemias ou guerras entre eles, os atuais habitantes são os mesmos visitados por mim, quando Comandante da Fronteira ou, então, são descendentes deles.

É muito simples, entretanto, verificar se tenho ou não razão: basta ir lá e ver que língua falam em cada lugar. Pois o idioma, melhor que a cor da pele ou qualquer outra coisa, pode definir a linhagem e contar a história dos grupos humanos. Os maiongongues, como a maioria dos índios de Roraima, estão classificados no grupo caribe. Os xirianás, uaicás e macus fazem parte do grupo de línguas isoladas, no qual se enquadram os que não pertencem a nenhum dos grandes troncos lingüísticos brasileiros: tupi, jê, aruaque ou caribe. E os índios da Venezuela e do Amazonas que, incluídos na reserva recém-criada, passaram a ser "ianomâmis", são dos grupos caribe e aruaque, respectivamente.

Não há, pois, como querer enquadrá-los em uma única nação, apagando-lhes as diferenças e variações culturais, quando a Antropologia tem como objetivo, ao contrário, salientá-las. E, justamente com esse fim, há mais de duzentos anos, os mais ilustres cientistas têm percorrido nossos sertões, registrando-as, com rigor e método, em volumosos compêndios. Não parece lógico desmenti-los, agora, pela voz de Cláudia Andujar...

Nem lógico, nem digno de fé, porque qualquer um, mesmo sem ser antropólogo, pode ver as diferenças que pretendem em vão ocultar. Não só nos idiomas e dialetos, como no nivel cultural, no temperamento, nas crenças, nos rituais, na aparência, no porte físico, nos adornos, na pintura do rosto e do corpo, no feitio das malocas em que vivem, nas canoas, nas danças, nos instrumentos sonoros, nos tipos de rede, nos processos de cultivo, no modo de caçar e de pescar e em mil outras peculiaridades.

Os uaicás, por exemplo, têm conseguido, ao contrário dos demais, manter-se praticamente imunes a influências estranhas, seja pelo terror que sua ferocidade infunde, seja pela precaução instintiva de se retraírem para evitar a própria degeneração e ocaso no convívio com culturas mais avançadas.[25] Os xirianás, no entanto, não puderam evitá-las em suas tribos do Alto Uraricaá, do Motomotó e do Matacuni, mais sujeitas à força do gregarismo humano nas condições singulares que viveram. Os primeiros mantêm estreito relacionamento com seus vassalos auaqués e um rudimentar comércio com vizinhos do grupo caribe. Os do Motomotó estão ligados à pequena tribo macu do Auari, por fortes laços culturais.[26] Os do Matacuni, por sua vez, vinculam-se cultural e comercialmente aos iecuanás do Alto Auari.

Sob o influxo fecundo da convivência e da miscigenação com tribos caribes mais adiantadas e de melhor compleição física, os terríveis xirianás do Matacuni e do Uraricaá que exterminaram, não faz muito, os maracanãs, os purucotós e os auaqués, tornaram-se mansos e sedentários, belos e vigorosos. Já os seus irmãos do Motomotó, em sua limitada parceria com os macus, não puderam usufruir mais que certa habilidade artesanal e uma relativa moderação da brutalidade primitiva. Os das nascentes do Orenoco e do Médio Mucajaí, no entanto, conservam o nomadismo e os hábitos selvagens do estado natural. São incapazes de construir malocas com troncos, de fazer canoas, ou de plantar roças.[27]

---

25 Jacques Ourique. *O Vale do Rio Branco.* Manaus, 1906, p. 24.
26 Grünberg. *Ibidem*, p. 242.
27 *Ibidem*, p. 250.

Tão grande contraste entre o avanço de uns e o mais rude atraso dos outros resultou em incompatibilidade e mútua prevenção. Porque falar o mesmo dialeto não os aproxima nem os concilia. Da mesma forma que não serviu para abrandar a inimizade que separava as tribos do povo tupi.

A origem e o idioma comum não impediram que as antigas colônias espanholas no continente formassem tantos países diferentes e com tamanhas rivalidades. O fato de serem todos americanos e falarem espanhol não autoriza ninguém a classificá-los na mesma nacionalidade.

Enquadrados também na Reserva Ianomâmi, os iecuanás-caribe, apelidados de maiongongues pelos macuxis e de maquiritares pelos venezuelanos, ocupam o Alto Auari, as serras que dividem as águas do Ventuari das do Padamo e as fontes do Caura.

Ainda pertencentes à gigantesca reserva aparecem os remanescentes das tribos guinaú e iauaraná, dos grupos aruaque e caribe, respectivamente; aqueles junto à vertente sul do Monte Machiati, e estes à margem direita do Alto Ventuari.

Os aruaques são índios de afamada beleza e rara inteligência, cujos núcleos de maior importância se situam na parte da reserva retirada do estado do Amazonas.

Com tamanha profusão de línguas, raças e culturas, é indevido e absurdo classificar-se todos de "ianomâmis". Fechar os olhos a essa evidente farsa para favorecer interesses escusos de outros países, em detrimento do Brasil, mais do que escândalo é traição.

4

O Testemunho da Ciência

A população indígena do território correspondente à atual Reserva Ianomâmi tem sido exaustivamente estudada pelos mais sábios cientistas nesses últimos 250 anos. Desse persistente e meticuloso trabalho resultou copiosa literatura especializada, nos campos da Antropologia e Etnologia. Sabe-se assim que, ali, as tribos mais ferozes e primitivas são as dos xirianás e uaicás, localizadas nas Altas Bacias do Uraricoera e do Orenoco, entre os meridianos de 63° e 66° W.[28]

Alexander von Humboldt conta, nas memórias de suas viagens ao Novo Continente,[29] que, em 1761, Francisco Fernandez Bobadilla, membro da Comissão Hispano-

---

28 Grünberg. *Ibidem*. T. III. p. 26.
29 Alexander von Humboldt. "Reise in die Aequinotial Gegender des neuen Continents". *In Deutscher Bearbeitung von Hermann Hauff*. Stuttgart, 1860. T.IV. p. 111.

Portuguesa de Limites e chefe de uma expedição destinada a localizar as nascentes do Orenoco, foi surpreendido, duzentos quilômetros antes de atingi-las, pelo feroz ataque de índios guaribas[30] e guaicás, os quais teve de dizimar em sangrento revide. Conta também que, diante do relato desse episódio, susteve a própria marcha rio acima para evitar novo morticínio. Porquanto os índios, segundo soube, obstinavam-se em impedir, a qualquer preço, a passagem dos brancos para leste da grande catarata ali existente.[31]

Em 1853, quase cem anos depois, Richard Spruce encontrou no Alto Cassiquiare um guariba com cerca de cinqüenta anos que, havia trinta, caíra prisioneiro dos semicivilizados índios barés, quando estes, em busca de castanhas-do-pará junto à margem do Rio Manaviche – um afluente direito do Orenoco – deram com a aldeia dele.[32] O prisioneiro, cujo nome autóctone era Kudé-Kubui, falava pouco o castelhano, porém Spruce, valendo-se de um intérprete, pôde informar-se de algumas peculiaridades da sua tribo, como, por exemplo, a região onde viviam, às margens do Orenoco, desde a grande catarata até às nascentes, a prática da monogamia e o costume de incinerarem os mortos e guardar-lhes as cinzas em cestos esféricos que conduziam às costas ao mudarem de domicílio.[33]

---

30 Grünberg. *Ibidem*. T. III. p. 245. "O nome 'uaribo','uaharibo'. 'uabaribo', é um apelido venezuelano dos índios xirianás das nascentes do Orenoco. Tem origem provável na língua geral (tupi), na qual 'uariva', ou 'guariba' designa o macaco uivador (Mycetes)".

31 Humboldt. *Ibidem*. T. IV. p. 119.

32 Richard Spruce. *Note of a botanist on the Amazon and Andes*, 1894-1864. Ed. by Alfred R. Wallace. T. I. Londres, 1908. pp. 396 a 398.

33 *Ibidem*, p. 398.

Quem primeiro avançou além da "Catarata dos Guaribas"[34] foi Jahn Chaffanjon em 1886. Até pouco tempo atrás tinha sido também o único. Na exploração do Orenoco, a serviço do governo francês, conseguiu chegar a uns oitenta quilômetros das nascentes, mais ou menos 64° W.G.[35] Ao longo do penoso caminho observou, diversas vezes, pequenos grupos de guaribas que, ao pressentirem a aproximação de sua coluna, fugiam assustados. Em uma dessas vezes, seguindo-os, foi ter a uma clareira na mata próxima, onde havia um acampamento recém-abandonado. "Eram sete ou oito choças pequenas, dispostas em círculo que, de tão precárias, mais pareciam refúgios de animais." Em outra ocasião, surpreendeu um grupo de sete pessoas durante uma refeição, que consistia de caules de palmeira, castanhas-do-pará e bolas de cupim esmagado.[36] "Andavam completamente nus. Sua pele era mais clara que a dos outros índios. Tinham pouco mais de metro e meio, pernas e braços finos, barrigas salientes, pés enormes, cabelos ruços e imundos, expressão brutal, aspecto simiesco e não pareciam tão temíveis assim..."[37]

Não obstante essa impressão, admite Chaffanjon ter sabido que, em 1879, eles haviam atacado uma aldeia dos curiobans do Rio Siapa, matando todos os habitantes só para obter algumas ferramentas. E, no ano seguinte, tinham feito o mesmo com os maquiritares do Rio Ocamo.[38]

---

34 "Raudal de los Guaharibo" para os venezuelanos.
35 Jahn Chaffanjon. *Contribuciones a la Hidrografia del Orinoco y Rio Negro.* Caracas, 1909. p. 13.
36 *Ibidem*, pp. 302-305.
37 *Ibidem*, pp. 313-314.
38 Chaffanjon. *Ibidem*, p. 247.

Em janeiro de 1920, a expedição de Alexander Hamilton Rice foi hostilizada pelos guaribas junto à catarata do mesmo nome, no Alto Orenoco. Segundo seu relatório à Sociedade Geográfica de Londres,[39] mal haviam acampado, um pouco acima desse lugar, surgiu, pela margem esquerda, um numeroso grupo de selvagens. Eram homens grandes, musculosos, bem nutridos, de rostos largos e redondos, com densas cabeleiras negras. De repente, puseram-se a gritar ameaçadoramente. Em vão, tentaram os expedicionários abrandá-los com a oferta de espelhos, facões e anzóis. Quatro deles meteram-se rio adentro contra o acampamento com flechas apontadas e arcos retesados. E, só à custa de sucessivas salvas por cima das cabeças para assustar, foi possível contê-los, enquanto a expedição navegava para longe.[40]

Índios mansos do Cassiquiare informaram a Hamilton Rice que os guaribas viviam exclusivamente na selva e não usavam balsas nem canoas. Nos meses de estiagem (novembro a abril) desciam de suas malocas pelo lado norte das Montanhas da Guiana,[41] transpunham o rio sobre troncos derrubados à guisa de pontes e, divididos em grupos, saqueavam tudo que houvesse para o sul até as nascentes do Mavaca e, para oeste, até o Ocamo que, mesmo nessa época, se mantinha bastante profundo para impedir-lhes a passagem a vau. Moravam em choças com teto pontiagudo e não

39 Alexander Hamilton Rice. "The Rio Negro, the Cassiquiare Canal, and the Upper Orinoco", setembro 1919-abril 1920. *The Geographical Journal*, v. LVIII, n. 5, nov 1921, pp. 321-334.
40 *Ibidem*, pp. 321 a 330.
41 Grünberg. *Ibidem*, T. III, p. 249. Trata-se de uma cadeia de colinas na margem direita do Orenoco, a jusante da "Catarata dos Guaribas".

tinham cães nem cultivavam roças. Viviam da caça com arcos e flechas, da pesca e das frutas que recolhiam. Conheciam o segredo de preparar o curare e a arte de utilizá-lo na caça e na guerra.[42]

Segundo Hamilton Rice, existem no Alto Orenoco três tipos de guaribas.[43] Os primeiros (com os quais a expedição chegou a ter contato) são altos, fortes, viris e habitam em torno das Montanhas da Guiana. Os outros, de estatura baixa, ocupam as nascentes do Orenoco, na Serra Parima. E haveria ainda alguns, de nariz chato e feições mongolóides, apelidados de *chingos* pelos venezuelanos, cuja existência real é discutível.[44]

Quanto aos dois primeiros tipos podem ser tribos da mesma origem remota, diferenciadas por distintas influências nos respectivos processos evolutivos, ou raças totalmente diversas mas com idioma comum. Supõe ainda o geógrafo norte-americano que os altos e robustos devam ter parentesco próximo com os aguerridos xirianás do Uraricaá, enquanto os pequenos e feios sejam os mesmos do Motomotó.[45]

A respeito destes outros, as informações mais antigas procedem de Robert Schomburgk, que percorreu a região do Alto Uraricoera nos anos de 1838 e 1839.[46] Refere-se ele, de início, aos *kirischanás*, para indicar o grupo

---

42 Hamilton Rice. *Ibidem*, pp. 322, 341 a 342.
43 *Ibidem*, p. 334.
44 Grünberg. p. 249.
45 *Ibidem*, p. 249.
46 Robert Schomburgk. *Robert Schomburgk Reisen in Guiana und am Orinoco wahrend der Jahre 1835-1839* (Viagem de Robert Schomburgk pela Guiana e pelo Orenoco durante os anos de 1835 a 1839). Leipzig, 1841.

conhecido mais tarde, na literatura especializada, por *Krischaná*.[47] E, muito embora jamais tenha conseguido vê-los de perto, descreve-os – pelo que soube deles por outros índios – como nômades remanescentes do mais primitivo estágio cultural, andando nus e vivendo da caça, da pesca e da coleta de frutas silvestres. Incapazes de fazer canoas, como seus hábeis vizinhos iecuanás (maiongongues), valem-se de rústicas balsas de cascas de árvores para atravessar as correntezas. Mas, com maior perícia na preparação do curare, são temidos pelos outros índios da região, aos quais saqueiam e, às vezes, exterminam.

Como sede dos xirianás indica Schomburgk o Alto Uraricaá (um afluente esquerdo do Uraricoera) e a grande Serra Parima, que serve de divisor entre as Bacias do Uraricoera e do Orenoco. Em seu relatório, registra como o pavor que despertam nos outros índios frustrou sua tentativa de encontrar as nascentes do Orenoco. Ao atingir uma aldeia iecuaná já próxima desse objetivo, ao cabo de extenuantes caminhadas através da selva desde o Mereuari, encontrou os habitantes em pânico e prestes a abandoná-la, com a notícia de haverem os xirianás exterminado o povo iecuaná de outra aldeia a menos de uma jornada dali. Os índios de sua comitiva, contagiados pelo pânico, puseram-se em fuga, forçando-o a fazer o mesmo para não ficar só em contingência tão crítica.[48]

47 Grünberg. *Ibidem*. T. III, p. 250. "Os iecuanás e Ihuruanás do Mereuari e do Alto Ventuari chamam-nos de *schirichanás*. Isso deve ter influído na denominação dada por Schomburgk. A síncope do fonema inicial resultou em confundi-los, mais tarde, com outros índios do Jauaperi".
48 Schomburgk, *Ibidem*, pp. 437, 438 e 444.

Grünberg admite a probabilidade de serem estes xirianás da Serra Parima os mesmos índios que impediram Humboldt de atingir as nascentes do Orenoco.[49] E diz tê-los encontrado duas vezes. Uma no Natal de 1913, quando um grupo da aldeia do Alto Uraricaá veio visitá-lo na Catarata de Punumamé, a convite de seus valentes índios. Outra, um mês depois, na desolada maloca às margens do igarapé Motomotó, em frente à serra Urutanin.[50] Aqueles eram homens hercúleos, bem mais altos que os outros índios, com um tórax descomunal e a musculatura fortemente desenvolvida. Rosto largo, olhos um pouco oblíquos ou grandes e abertos, olhar às vezes feroz e inconstante, nariz geralmente curvo e com a ponta pendente. Alguns tinham a barba abundante e outros o cabelo ondulado, quase crespo. O tipo físico, porém, não era homogêneo, provavelmente, pelo costume de incorporarem à tribo os prisioneiros e as mulheres dos inimigos vencidos.[51] As mulheres dos xirianás do Uraricaá eram bem menores que os homens e bastante graciosas. Elas, também, não apresentavam um tipo físico uniforme. Talvez pela mesma razão.

Os xirianás do Motomotó eram homens pequenos, com a média de 1,52 m de estatura. Suas mulheres eram ainda mais baixas, parecendo até atrofiadas. Essa gente, feia por natureza, tornava-se também repugnante pela falta de asseio corporal. Uma espessa capa de imundície quase lhes escondia a cor da pele. A maioria estava desfigurada por uma asquerosa moléstia cutânea que lhes cobria quase todo o corpo com grandes manchas escuras.[52] A essa época,

49 Grünberg. *Ibidem*, p. 241.
50 *Ibidem*, p. 242.
51 *Ibidem*, p. 251.
52 *Ibidem*, p. 252.

tanto os do Uraricaá como os do Motomotó eram tidos como pacíficos. E, conforme informaram a Grünberg, um outro grupo de guaribas das nascentes do Matacuni, sedentarizado por influência dos iecuanás, também se tornara pacífico.

Os vizinhos mais próximos dos xirianás são os waíkas ou waikás.[53] Segundo Grünberg, no século XVIII o território deles se estendia muito mais para leste. No relatório da Comissão Portuguesa de Limites de 1787, sob a direção do governador Manoel da Gama Lobo D'Almada, os *oaycas* constam como ocupantes das nascentes do Parimé e do Amajari.[54] Nessa época, eram dirigidos por seis tuxáuas e mantinham relações amistosas com os espanhóis.[55] A Comissão Demarcatória de Limites Brasileiro-Venezuelana informou, em 1882, não haver encontrado nesses sítios senão alguns rastros duvidosos e vagas informações de estarem os uaicás estabelecidos no lado da Venezuela.[56] Constava nessa comissão serem estes uaicás os mesmos guaicás que, juntamente com os guaribas, impediram o acesso de Humboldt às nascentes do Orenoco.[57]

Grünberg informa haver encontrado dois uaicás entre os xirianás do Motomotó e se confessa surpreso com a brancura da pele deles.[58] Diz, também, ter sabido, nessa ocasião, que perambulavam em grande número na serra Urutanin

53 Grünberg. *Ibidem*, T. III, p. 242.
54 Afluentes esquerdos do Baixo Uaricoera.
55 Condreau. *Ibidem*, pp. 392 a 393.
56 Grünberg. *Ibidem*, T. III, p. 243.
57 *Ibidem*, p. 243.
58 *Ibidem*, p. 243.

e nas selvas ao sul do Uraricoera, representando, provavelmente, uma subdivisão dos xirianás, com os quais ora estavam em paz, lado a lado, ora em cruentas guerras. E que ambas as tribos se entendiam sem dificuldade, parecendo não haver grandes diferenças entre os respectivos dialetos.[59]

Robert Schomburgk jamais menciona os uaicás, referindo-se, tão somente, aos *kirischanás*, seja os da serra Urutanin, seja os da serra Parima. Também os iecuanás chamam uns e outros de *schirischanás*, o que reforça a hipótese de se tratar de um mesmo grupo dividido em dois subgrupos.[60] Consideradas, porém, as peculiaridades culturais e as rivalidades, parece mais lógico concluir-se que as tribos conhecidas como guaribas, guaicás, xirianás e uaicás pertençam a grupos diferentes e autônomos a despeito de usarem um idioma comum.

Além das tribos de idioma xirianá, registram-se como ocupantes dessa área os iecuanás-caribes, ou maiongongues, como são chamados pelos macuxis e taulipangues ou, ainda, maquiritares e uaiongomos, como os tratam os venezuelanos do Orenoco e do Caura, respectivamente. Habitam o Mereuari (Alto Caura), o curso superior e os afluentes da margem esquerda do Ventuari e os afluentes do lado direito do Orenoco, especialmente o Padamo e o Cunucunuma. Sua única povoação na área da Bacia Amazônica se encontra junto ao Alto Auari, o grande tributário esquerdo do Uraricoera. A população total da tribo foi avaliada por Grünberg, em 1913, entre oitocentas e mil almas.[61]

59 Grünberg. *Ibidem*, p. 243.
60 *Ibidem*, p. 243.
61 *Ibidem*, T III, p. 24.

A Comissão de Fronteiras de D. José Solano (1752-1761) entrou várias vezes em contato com os maquiritares do Alto Orenoco. Os dois oficiais membros da comissão, Apolinar Diez de la Fuente (1760) e Francisco Fernandes Bobadilha (1764), visitaram-lhes as sedes principais no Rio Padamo, tidas até hoje como centro da tribo.[62]

Durante o século XVIII e o início do XIX, os iecuanás estiveram sob a influência da Missão dos Observantes.[63] Robert Schomburgk atravessou o território deles em sua viagem (1838-1839) de leste a oeste, do Mereuari até o Alto Orenoco, e comprovou serem eles os mesmos maquiritares da Venezuela.[64] Chaffanjon, em sua expedição (1885-1886) pelo Alto Caura encontrou-se com os guanungomos (outro nome dos iecuanás) e visitou mais tarde os maquiritares do Alto Orenoco.[65] Um explorador mais moderno, Eugene André, indica que estes índios da margem do Caura se chamam a si mesmos de uaiomgomos e assinala sua sede mais ao norte (mais ou menos 7° N). Diz, ainda, ser esta a única tribo remanescente desses índios na região do Caura. Mesmo assim, não tinha mais que cinqüenta pessoas.[66] Os maquiritares (iecuanás) sempre mantiveram bom relacionamento com os venezuelanos. Constituem o contingente principal de seringueiros do Alto Orenoco e do Alto Cassiquiare.

---

62 Grünberg. *Ibidem*, p. 267.
63 *Ibidem*, p. 267.
64 Robert Schomburgk. *Ibidem*, p. 422 e mapa. Leipzig, 1846.
65 Chaffanjon. *Ibidem*, p. 100 e pequeno mapa da p. 57.
66 Grünberg. *Ibidem*, T. III, p. 268.

Em fraternal convívio com os iecuanás, encontram-se os guinaús-aruaques, embora já bastante desfigurados pela influência caribe dominante. A Comissão Demarcatória de Limites Brasileiro-Venezuelana encontrou em 1882 um grupo de guinaús em viagem nas proximidades das nascentes do Uraricaá e verificou que residiam na vertente sul do Monte Machiati.[67]

Situam-se, ainda, na região em causa, os macus do Médio Auari, com uma única casa de parentela e apenas cinqüenta a oitenta remanescentes. Pertencem ao grupo de línguas isoladas e usam um dialeto semelhante ao dos xirianás.

No estado do Amazonas predominam os aruaques e os tucanos, que deixarão de ser analisados nesta obra.

Designar todas essas tribos como ianomâmis serve apenas para situá-las em um mesmo território arbitrariamente reservado. Porquanto, com diferenças tão marcantes e rivalidades tão agudas, não há como igualá-las com a mesma denominação.

Se a razão de ser de uma reserva é preservar a cultura do povo nela contido, para cada cultura deverá existir uma própria, separada das demais. Pois uma reserva comum para múltiplas culturas é o mesmo que nenhuma...

---

67 Grünberg. *Ibidem*, T. III, p. 268.

5

A Perpetuação do Vazio

Admirava-se Grünberg do grande vazio humano existente no território que vai do Roraima ao Orenoco, especialmente na Bacia do Uraricoera.[68] Não compreendia por que os índios preferiam morrer de fome no lavrado[69], pela inclemência da seca de 1913, a buscar salvação naquela selva exuberante e despovoada.[70] A única explicação possível para ele era o terror que o curare mortal[71] das flechas dos xirianás e sua fama de canibais[72] inspiravam

68 Grünberg. Ibidem, p. 19.
69 O regionalismo "lavrado" designa os campos a nordeste de Roraima.
70 Grünberg. Ibidem, p. 19.
71 *Ibidem*, p. 245.
72 Henri Coudreau. *La France Equinoxiale.* Paris. T. II, pp. 234, 235, 395 e 396.

aos outros índios. Não lhe ocorria indagar por que, então, os próprios xirianás e seus aliados uaicás não desciam dos imponentes chapadões do Parima e do Urutanin e se espalhavam por todo aquele vale.

Se, no entanto, além dos índios lhe interessasse a Geografia, Grünberg teria sabido que a riqueza florística daquelas montanhas provém mais do calor e da umidade que da fertilidade do solo.[73] Veria, também, que a força da erosão rasgou, nos rochedos, sinuosos desfiladeiros de encostas escarpadas, separados por cristas afiladas de difícil transposição; que a orientação atravessada dos anticlinais em relação ao fluxo predominante das águas vai dar naquela sucessão de cataratas e corredeiras que inferniza a navegação;[74] que a febre amarela e a malária, endêmicas no vale, deixam de existir no clima mais frio da serra, onde o mosquito transmissor não chega;[75] que, em contraste com as dificuldades de baixo, no altiplano da Venezuela, bem ao lado e muito perto, o ar é mais puro; o trânsito, pelos campos abertos, fácil e franco; a caça abundante e os rios mansos e piscosos.

Sabedor disso, o sábio alemão teria entendido o vazio humano e a preferência dos xirianás pelos "lugares em que se haviam estabelecido", em cima do planalto. Lugares que, por sinal, estavam, quase todos, entre os meridianos de 63 e 66 graus, sobre os tabulei-

---

73 Fundação Delmiro Gouveia. Território Federal de Roraima. v. I, p. 71 *in fine.*
74 *Ibidem,* p. 71.
75 Em 1969, dois soldados de uma equipe encarregada de trazer madeira do Rio Mucajaí, furtando-se à vacina obrigatória, vieram a falecer de febre amarela dois dias depois. Agentes da SUCAM explicaram que o mosquito transmissor convive com os vetores da doença – preguiça e símios – no topo das árvores, ficando desorientado e perigoso por ocasião das derrubadas.

ros do Parima e do Urutanin,[76] mais para o lado da Venezuela. Do lado de cá, só havia mesmo uns oitenta uaicás na margem direita do Uraricoera (3° 30' N – 63° 15' W);[77] outros tantos xirianás no igarapé Motomotó, sobre a vertente setentrional da serra Uafaranda (3° 40' N – 63° 45' W);[78] mais oitenta xirianás das nascentes do Rio Uraricaá (3° 50' N – 62° 40' W);[79] 120 maiongongues no Auari (4° 15' N – 64° 20' W)[80] e uns sessenta macus na confluência deste rio com o Uraricoera.

Mas, Cláudia Andujar não entendia isso. Ela insistia no vazio para os índios, alegando que, embora imperceptíveis para os observadores do Terceiro Mundo, os satélites sensores dos países desenvolvidos detectavam os movimentos dos ianomâmis de um lado a outro daquela selva de duzentos quilômetros de largura, para fazerem suas caçadas e pescarias. Que, de três em três anos, eles precisavam mudar de sede para renovar as roças e, se ficassem com uma área inferior a dez milhões de hectares, poderiam morrer de fome ou de angústia...[81]

E o limite acabou passando mesmo nos 62°, como ela queria. No entanto, os xirianás e uaicás continuam no Alto Uraricoera e nas serras Parima e Urutanin, "nos mesmos lugares em que se estabeleceram ao chegar".

E, conforme o depoimento de policiais e garim-

76 Grünberg. *Ibidem*, p. 26.
77 *Ibidem*, p. 266.
78 *Ibidem*, p. 251.
79 *Ibidem*, p. 250 *in fine*.
80 *Ibidem*, p. 267.
81. *O Globo*. Carta do Presidente Fernando Collor ao Dr. Roberto Marinho. Rio de Janeiro. Cad. O País, 1991.

peiros que têm percorrido aquelas selvas, só há perigo de encontrá-los muito perto desses "lugares". Bem para oeste dos 62°. Pois, na verdade, os índios evitam cruzar aquelas matas e só o fazem de canoa ou de avião, para oferecerem suas bugigangas em troca dos utensílios dos civilizados. Jamais irão plantar roças ou erguer tapiris ali.

Enquanto isso, o grande vazio humano a oeste do meridiano dos 62° permanece com suas riquezas escondidas, sem utilidade para ninguém: nem para o branco, que não pode entrar lá, nem para o índio, que lá não quer ficar...[82]

82 Cumpre-se assim a profecia de Dionísio Cerqueira, em 1881, quando integrou a Comissão Demarcatória de Limites: "Estas solidões do Pacaraima, estas paragens misteriosas e desertas, desprovidas de recursos e dominadas por hordas bravias de maracanãs e xirianás e por tantas outras tribos que a infestam, permanecerão inacessíveis ao homem civilizado e envoltas nos mistérios em que hoje estão mergulhadas."

6

O Desmembramento do Brasil

Jovem capitão, em 1958, tive de destacar alguns subordinados para, com outros pára-quedistas e companheiros da FAB, procederem à abertura de pistas na selva amazônica. Não imaginava, então, que fossem cedê-las a "missionários" estrangeiros, para anos depois ser nelas recebido como forasteiro indesejável.[83] Nem poderia imaginá-lo porque, na época, era muito mais forte o sentimento de brasilidade. Tanto assim, que a missão recebida mencionava apenas a necessidade de melhorar a

83 Os pára-quedistas eram lançados em pequenas clareiras, onde iniciavam a derrubada com explosivos, criando condições para a descida de helicópteros com material mais pesado de terraplanagem.

infra-estrutura de apoio às operações aéreas ou aeroterrestres na fronteira norte.

E se fôssemos declarar a intenção de entregá-las a estrangeiros depois de prontas, a missão, com certeza, teria sido rejeitada. Pois, a idéia de achar "careta" o patriotismo só surgiu anos mais tarde. Antes, era virtude e bandeira política. Sobretudo, das esquerdas. De uns tempos para cá é que segmentos da Imprensa, do Teatro, da Igreja, da Escola e de todas as influências formadoras da opinião pública se conjuraram para subverter as crenças, os costumes e as tradições nacionais e fazer com que a sociedade se voltasse contra si mesma, numa atitude iconoclasta e suicida. Então, passou a ser chique renegar a glória dos nossos heróis, depreciar os valores da nossa cultura e diminuir a importância dos nossos feitos.[84]

É possível, contudo, que, aqui ou ali, a estranha moda já estivesse começando naquele tempo, porquanto as pistas, prontinhas, foram cedidas aos "evangélicos" para usá-las como bem quisessem, conforme revela o pedido de informações do Ministro Oswaldo Cordeiro de Farias sobre suas atividades e intenções dez anos depois. Por escusas razões ou mero servilismo, resolveram dar de presente aos "gringos" aquele pedaço da Pátria e, para maior requinte, embrulharam-no com verbas anuais de manutenção, sempre escassas para nós. Tomei conhecimento dessa absurda inversão das coisas pouco depois de haver assumido o Comando de Fronteira de Roraima, em maio de 1969, ao visitar as pistas a convite do Governador Walmor Leal Dalcin.

Na condição de autoridades brasileiras responsáveis pela área, pareceu-me impróprio viajarmos em avião

84 Ver Anexo C.

da Cruzada de Evangelização Mundial como visitantes, em vez de preservarmos a majestade dos cargos e a autonomia das decisões, usando transporte oficial e programação própria. Não me cabia, porém, contestar o que fora estabelecido pelo governador. E, com ele, fui por onde nos levaram e vi o que nos quiseram mostrar: as fantásticas pistas abertas, como por encanto, na selva densa e gigantesca; as confortáveis residências dos "missionários", feitas com sábio aproveitamento dos recursos locais; as malocas de proporções e aspecto impressionante, como se fossem grandes circos cobertos de palha; e os índios com sua nudez ingênua e sua face desfigurada pelo tabaco mascado que lhes extravasava da boca.

Todavia, mais importante que desvendar o passado remoto da humanidade, num mergulho retrospectivo naquele mundo assombroso e inédito, povoado por selvagens e feras, era descobrir o que estava por trás de tão suspeita religiosidade. E, para confirmar a procedência dessa desconfiança patriótica, logo de início apareceu uma contradição assaz reveladora. Os que se diziam missionários alardeavam o interesse único de cristianizar os índios, traduzindo-lhes até a Bíblia para o xirianá. Os que se declaravam etnólogos e antropólogos proibiam qualquer assistência médica, odontológica ou alimentar aos selvagens para evitar interferência na cultura deles. Como se a catequese não interferisse muito mais...[85] Chamou a atenção,

---

85 Estranhei em Auari que um indiozinho, arfante e pálido, deitado sobre uma esteira em evidente agonia, ficasse aos cuidados de três pajés, expelindo fumaça de seus cachimbos e sacudindo suas máscaras medonhas, em vez de merecer assistência médica adequada de um dos missionários ali presentes, que se dizia médico. O chefe do posto, visivelmente irritado com a minha ponderação, alegou que tinham de respeitar a cultura e os costumes indígenas. Sugeri, então, que voltassem à sua terra, pois a catequese por eles pretendida lhes afetaria muito mais a cultura.

também, o número elevado de pessoas tidas como participantes de grupos de cientistas da Universidade de Massachusetts, colhendo dados para a formulação de teses de doutorado em Etnologia, Antropologia, Sociologia e Geologia. Pois, se afinal pretendiam realmente catequizar os hereges, não parecia lógico que devessem ter tantos cientistas e tão raros pastores.

Era estranho, além disso, que pregadores da Doutrina Cristã, baseada no amor ao próximo e na humildade, revelassem tanta arrogância no trato e na atitude. Estava claro, nesse comportamento,o desprezo com que nos viam, após havermos consentido mansamente naquela invasão mal disfarçada de projeto religioso. Não adiantava dizer-lhes que, embora brasileiros, não estávamos de acordo com aquilo. Tínhamos de sofrer em silêncio a vergonha e a humilhação pelo crime de outros. E ver, sem protestar, que nada mais havia de brasileiro ali: nem o controle de quem entrava e saía, nem o idioma que se falava, nem a bandeira que se desfraldava.[86] No fim da visita, concordei com o comentário do governador de que teria sido ridículo e inútil pretendermos inspecionar o que, na prática, não era mais nosso.

Dias depois, apresentou-se em minha casa um tal de William Neil Hawkins, secretário-geral da Cruzada de Evangelização Mundial, para, de modo insolente e atrevido,

---

86 A seqüência dos pousos foi: Uaicás–Auari–Surucucus–Mucajaí. Nos dois primeiros, o governador reclamou a falta de uma bandeira brasileira na pista ou na sede da missão. Em Surucucus hastearam então a nossa bandeira no mastro junto à pista, porém, de cabeça para baixo. Mais tarde, durante o almoço, ao abrirem a gaveta de um armário, pudemos notar, bem em cima, a bandeira deles, bastante surrada pelo vento...

exigir-me satisfações pelas críticas feitas durante a visita. Depois de havê-lo expulsado porta afora com a energia que se impunha, **transmiti ao escalão superior**, em Manaus, minhas impressões sobre a viagem e o incidente com Neil.

Com surpreendente rapidez, chegou-me a resposta, determinando que não interferisse em "problemas indígenas", por estarem afetos ao Ministério do Interior.

7

A Vingança da Gringa

No começo de dezembro de 1985, a população de Boa Vista admirou-se com tantos aviões da FAB fazendo evoluções e roncando por cima do Rio Branco e da Praça do Garimpeiro. Ninguém lá se lembrava de um dia ter visto algo parecido. Eram dois transportes *Búfalo*, uma esquadrilha de jatos e alguns helicópteros *Puma*. Pensou-se que estavam chegando para compor a Base Aérea de Boa Vista recém-inaugurada. Mas, logo no dia seguinte, um domingo, a euforia patriótica decorrente da inédita aparição se transformava em pesadelo para aquela pobre gente.

Na delegacia de plantão choviam queixas e acusações. Contavam que policiais federais, transportados pela FAB, haviam descido de helicóptero no Garimpo de Santa Rosa e, após retirarem as pessoas de suas choupanas ao lado da pista, as teriam obrigado a se despirem, submetendo-as a

vexames, ofensas e agressões, enquanto outras equipes procediam à destruição dos equipamentos e mantimentos existentes nas imediações. Um dos queixosos, o oficial de justiça Ubirajara Rodrigues, vulgo "Bira", declarou ter sido agredido pelo agente federal Newton de Tal com a prancha da coronha da espingarda que, pouco antes, lhe confiscara e, tamanha fora a pancada, que a arma se partira no delgado.

Segundo Ubirajara, o mesmo agente teria feito referências ofensivas e desrespeitosas ao governador e ao secretário de segurança, dizendo depois, em altos brados, chamar-se Newton e não ter medo de nada. E, finalmente, após repetidas ameaças e imprecações aos pobres roraimenses que ganhavam a vida naquele secular garimpo, as temerárias autoridades, que se diziam encarregadas de dar cumprimento a uma portaria interministerial desconhecida de todos, teriam resolvido decolar antes do cair da noite.

Incrédulo e perplexo, fui lá no dia seguinte, com o Diretor de Polícia do Interior e o delegado com jurisdição na área. Após dezenas de inquirições e o exame do local, ficamos convencidos da procedência das queixas e da gravidade dos delitos praticados, impondo-se, assim, a abertura de inquérito policial.

Pela conversa que corria, por conta de inconfidências atribuídas a colegas da FAB, eles deviam, no prazo de quatro semanas, esvaziar os garimpos a oeste dos 62° e as áreas reivindicadas por macuxis, ingaricós e taulipangues nos Rios Suapi, Quinô, Cotingo e Maú, na região montanhosa, ao norte do Território.

Ante tão grave ameaça e sem que o Governador Getúlio Cruz conseguisse em Brasília qualquer esclarecimen-

to sobre a maldita *operação*, resolvi mobilizar os PMs que coubessem nos três monomotores disponíveis, para enfrentar os misteriosos invasores – aparentemente militares e policiais amotinados, pois, em Brasília e Manaus, os comandos da FAB e as delegacias da Polícia Federal nada sabiam a respeito.

Tudo preparado para a manhã seguinte, o governador telefonou de Brasília determinando que, em vez disso, fosse um avião somente até Surucucus, onde parecia estarem baseados, para esclarecer o assunto. Caso pretendessem, de fato, desencadear as quatro semanas de terror, desde logo, autorizava-me a tentar expulsá-los.

Em Surucucus, pelas nove horas, quando aterrissamos, o pessoal remanescente, para surpresa nossa, já se preparava para embarcar em um dos *búfalos*. A caminho de lá havíamos cruzado com o outro. Do lado oposto da pista, veio em nossa direção um homem gordo, de pele escura e cara de poucos amigos, armado, como eu, com um 45. Indaguei-lhe quem era e o que pretendia com tanta violência contra pessoas simples e inocentes, empenhadas em uma atividade lícita e tradicional do território, que era garimpagem. Perguntei-lhe, também, com que direito operava em nossa unidade federativa sem o conhecimento do governo local, ao qual competia o poder de polícia. E retrucou com sua voz grave e seus modos grosseiros que ali estava em missão secreta e não iria identificar-se, mas já havia sido informado da minha vinda, acompanhado pelo Diretor de Polícia do Interior – Jacy Cruz – e pelo Delegado da FUNAI.

Aproximaram-se de nós, em seguida, alguns indivíduos com metralhadora a tiracolo, que, pelas circuns-

tâncias, só podiam ser agentes da Federal. Debalde tentei saber qual deles era o Newton "Valentão", porque tudo encobriam com a desculpa do secreto. Intimei-os, então, a se retirarem dali, antes que tivesse que forçá-los a isso, quando voltasse naquela tarde ou na manhã seguinte com o necessário reforço da PM. Respondeu-me o provável delegado que estava mesmo de saída, não por receio de minhas ameaças, mas por haver recebido ordens nesse sentido. E com isso, finalmente tivemos certeza de que, por trás de tudo, alguém lhes dava ordens... Mas, se não era de Brasília nem de Manaus que as mesmas procediam, onde estava e quem era essa autoridade inimiga do povo e das autoridades constituídas do Território? Em Brasília, o governador levou o assunto para a pilhéria, dizendo-se desconfiado de estarem os invasores chegando de Marte.

Infelizmente, porém, as providências do encarregado do inquérito para apuração das responsabilidades no episódio de Santa Rosa suscitaram crescentes resistências e ressentimentos dos elementos e das instituições envolvidos, estabelecendo-se um clima de hostilidade declarada. O Ministério da Aeronáutica e a Polícia Federal a muito custo dignaram-se responder às cartas precatórias do delegado, informando secamente nada terem a esclarecer. Diante da prepotência das autoridades federais, resignei-me em determinar a remessa do inquérito ao juiz, sem a inquirição dos indiciados e testemunhas, para as providências que lhe aprouvesse.

Tempos depois – por informações vazadas da FUNAI – soube-se que a autoridade misteriosa não era outra senão a belga Cláudia Andujar. Com singular prestígio nas

altas rodas de Brasília, intimidou órgãos do Governo com um protesto pela existência de brasileiros a oeste do meridiano de 62º, no Garimpo de Santa Rosa. A solução encontrada foi desencadear uma operação secreta de espancamento de garimpeiros, de modo a contentá-la, sem que mais ninguém neste país ficasse sabendo...

8

A Falácia do Estatuto

Dizer que exterminamos nossos índios é querer desmentir a História e fechar os olhos a esta convivência brasileira de raças, sem igual no mundo. Houve, sim, quem matasse índios, como também houve quem morresse nas mãos deles. Mas o ódio, que chegou a matar, foi pouco para apagar as chamas do amor, que fez surgir tanta gente com as marcas inconfundíveis da mestiçagem, no rosto e nos costumes.

Propalar, com base em meras suposições, que havia um milhão de índios em 1500 e só restaram do massacre uns poucos mil – como faz o etnólogo norte-americano Julian Steward – é urdir fantástica impostura científica, para dividir conosco as culpas pelos excessos que só eles cometeram.[88] E

---

88 Julian Steward: Handbook of South American Indians. Smithsonian Institution. *Bureau of American Ethnology*. Bull 143. Washington, V. V, pp. 666 e seguintes.

estimá-los, como Sidney Possuelo, em cinco milhões e, não em apenas um, como pretende o norte-americano, é acrescentar o ridículo ao descrédito da instituição governamental que ele preside.[89]

Surpreendente e muito estranho é ver etnólogos brasileiros se curvarem à absurda invencionice de Steward, admitindo o desaparecimento de 87 grupos indígenas de 1900 para cá, sem levarem em conta que, feito o contato com a civilização, o índio é logo assimilado por ela, passando à categoria de cidadão e nunca à de desaparecido.[90] Ninguém de sã consciência irá acreditar que, em menos de um século, tantos índios tenham sucumbido à tuberculose, à sífilis e ao sarampo trazidos pelos brancos. E, tampouco, que possa ter acontecido aqui uma chacina de trezentos índios indefesos, como a de *Wounded Knee*, no Dakota do Sul, cem anos atrás, ou como tantas outras naquele país.[91]

---

89 Ronaldo Brasiliense. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 14/07/91, 1º Caderno, p. 25.

90 Darcy Ribeiro. *Línguas e Culturas Indígenas do Brasil*. Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais. Rio de Janeiro, 1957, pp. 35 e seguintes. Citado por Heloisa Alberto Torres. *In* Enciclopédia Delta Larousse. Tomo V, p. 2258. "O etnólogo patrício considera as seguintes situações dos índios para com os civilizados: a) de isolamento; b) de contatos intermitentes; c) de contatos permanentes e d) de integração. Define como *integrado* o grupo que, vivendo de maneira quase igual à das populações civilizadas próximas de seu habitat – às quais empresta, todavia, grande parte dos elementos de sua cultura original – serve-se de utilidades produzidas por civilizados e fornece-lhes eventualmente artefatos de sua própria indústria. Participa, portanto, em medida variável, da vida econômica da nação que, no entanto, diferencia do seu grupo; e é, por sua vez, apontado pelos civilizados como população distinta. *Assimilados*, para ele, são indivíduos de origem indígena, mas que levam vida idêntica à dos civilizados. Podem apresentar caracteres físicos de índios, mas não se acham vinculados socialmente à vida de nenhum grupo dessa natureza, nem são, tampouco, considerados como tal."

91 Dee Brown. Bury my Heart at Wounded Knee. *An Indian History of the American West*. Trad. Geraldo G. Ferraz. São Paulo, p. 281.

O Brasil sempre foi modelo de integração racial. Nossos ancestrais mostraram ao mundo como se pode, pelos caminhos do amor, transpor os umbrais que separam raças e culturas. E os milhões de brasileiros com inegável ascendência indígena, que predominam no Norte e no Centro-Oeste, são o desmentido mais eloqüente das fantasiosas teses do cidadão norte-americano e do presidente da FUNAI de então. Os índios não desapareceram: casaram. Ou se mudaram para a cidade, por preferirem os riscos e os prazeres da civilização. Ou quiseram, a seu turno, viver a aventura do descobrimento de um novo mundo. E nada os impede de escolher livremente seus próprios caminhos.

Negar-lhes acesso aos benefícios do progresso científico e tecnológico, mantendo-os segregados em reservas, como animais exóticos, para divertimento público e pesquisa científica, é desrespeito intolerável aos foros humanitários que lhes são devidos pelos civilizados. Manda a tradição brasileira trazê-los ao convívio generoso e acolhedor da sociedade, em vez de sujeitá-los ao ridículo dessa exibição ingênua de seu milenar atraso cultural.

E o sentimento cristão exige o fim desse estatuto mesquinho, que proscreve o índio de nosso meio e o branco do meio deles e consagra o rancor, ao invés da compaixão e da tolerância antigas, na pretensão de resgatar assim as culpas atribuídas a outras gerações. Denúncia, aliás, de quem não sabe que o Bem e o Mal mudam com o tempo e a circunstância. A primitiva crença indígena de adquirir-se as virtudes e os defeitos de quem se devorava, fazia do banquete canibal a celebração máxima do heroísmo.

E tamanha era a infâmia de ser recusado no repasto dos vitoriosos, que a salvação da vida soava-lhes

qual uma desgraça.[92] A ferocidade assumia, então, ares de nobreza e virtude, como na guerra dos brancos. Pois o mesmo ato ancestral que manchou as mãos de Caim, se repete a cada passo como dever e glória, quando as trombetas da guerra ressoam no ar o seu chamado.

É injusto, pois, e descabido, julgar o passado com idéias do presente e os atos de guerra com critérios dos tempos de paz. E, também, é temerário dizer, centenas de anos passados, o que os outros pensavam ou sentiam, quantos mataram a quantos, em lugares remotos e em condições não sabidas. Sobretudo, quem se arvora em amante da verdade,

---

92 Jean de Lery. *Histoire d'un Voyage*. Berna, 1578. Cap. XV (Trad. e Ed. BIBLIEX, Rio de janeiro, 1961). A respeito, relembrem-se os versos magistrais de Gonçalves Dias, no poema *I - Juca - Pirama*, que em português quer dizer "o que é digno de ser morto":

"Nada farei do que dizes:
É teu filho imbele e fraco!
Aviltaria o triunfo
Da mais guerreira das tribos
Derramar seu ignóbil sangue.
Ele chorou de covarde;
Nós outros, fortes Timbiras,
Só de heróis fazemos pasto.

Do velho tupi guerreiro
A surda voz na garganta
Faz ouvir uns sons confusos
Como os rugidos de um tigre,
Que pouco a pouco se assanha!

Tu choraste em presença da morte?
Na presença de estranhos choraste?
Não descende o covarde do forte;
Pois choraste, meu filho não és!
Possas tu, descendente maldito,
De uma tribo de nobres guerreiros,
Implorando cruéis forasteiros,
Seres presa de vis Aimorés."

em procurador dos injustiçados e desmistificador da História...É melhor rastrear o passado em documentos e testemunhos, que imaginá-lo ou inventá-lo simplesmente, para justificar o que hoje se pretende defender.

Mas, certa ou errada, não se pode desfazer a História. Mesmo que quisessem, como poderiam brancos e índios voltar aos lugares de origem, na Europa e na Ásia?[93] Como se iria ressuscitar o *homo erectus* ou o *homo sapiens* de priscas eras, que, porventura, tenham existido por aqui, para reintegrá-los no usufruto do continente? E, se isso é impossível, como julgar quem tem direito a que? De acordo com as fantasias dos fanáticos ou mal-intencionados das ONGs internacionais? Será lícito obrigar os povos primitivos a permanecer como eram há duzentos, quinhentos, mil ou dez mil anos? Dever-se-á forçá-los ou induzi-los a praticar a antropofagia e a se digladiar em intermináveis e cruentas guerras, como antes? Será justo impedir-lhes o uso do rádio, da televisão, dos antibióticos e de tudo mais? Será preferível demolir as cidades, afundar os navios, destruir as

93 Tarcísio Torres Messias. *In* Enciclopédia Delta Larousse, Rio de Janeiro, Tomo XIII, p. 6864. "O indígena da América do Sul pertence ao grupo étnico mongolóide; apresenta, no tipo somático, diferenças que permitem, grosso modo, a identificação de quatro tipos raciais; os brasílio-guaranis, de pequena estatura e mesocéfalos; os ando-peruveanos, de baixa estatura e braquicéfalos; os pampeanos, de estatura elevada e mesocéfalos; finalmente, os páleo-americanos, que são os mais antigos ocupantes do continente e têm estatura baixa e crâneo alongado (dolicocéfalos). Os mais numerosos são os brasílio-guaranis. Cabe ainda acrescentar que o índio não é originário da América, para onde imigrou da Ásia, via Estreito de Bhering, em tempos recentes." "Tal opinião filia-se à corrente de Humboldt, seguida por Hrdlicka e os sábios da *Escola Americana*, que defende a origem única do homem americano. Outra teoria, apresentada por Paul Rivet e outros etnólogos, sustenta a hipótese da origem múltipla, com base em vestígios, não só de elementos asiáticos, como também australianos e malaio-polinésios". *Ibidem*, Tomo II, p. 853.

máquinas, acabar com os veículos, queimar as roupas e voltar à vida selvagem tão elogiada pelas ONGs e pela mídia?

Leitura Complementar

ÍNDIO QUER APITO

João Ubaldo Ribeiro

A respeito dos índios brasileiros, duas noções, para perplexidade minha, continuam politicamente corretas. A primeira é um preconceito às avessas, ou seja, um preconceito positivo. O índio é um puro, não mente, não agride a Natureza, não tem ambições etc. Já ouvi isso de gente que nunca viu um índio, exceto em fotografias, e de gente que conviveu com eles algum tempo. Desconheço que fundamento há nessa convicção, até porque as evidências indicam o oposto, a não ser para um ou outro deslumbrado que, depois de passar duas semanas filmando na selva, acha que conhece uma realidade em que mal roçou.

Se os índios fossem imunes aos defeitos humanos, não seriam humanos, é claro. Como são, estão sujeitos às mesmíssimas deformações de caráter ou personalidade a que estamos nós todos. Apenas, vivendo em sociedades primitivas, não são expostos às pressões sofridas pelos civilizados. (Um radical diria "assim chamados civilizados", como se mosquitos, desconforto e comida mefítica fossem preferíveis a ar-condicionado, banheiros decentes e almoços em que o drinque não resultasse da mastigação de alguma raiz posteriormente cuspida pelas mulheres da tribo.) Ou seja, a pureza vem do atraso. Só se preocupam em produzir o suficiente para cada dia porque têm uma economia primitiva, onde a nocão de armazenamento de valor praticamente não existe, não porque a ambição seja um sentimento que não possa atingi-los.

Para inteirar-se das evidências, basta ler os jornais. A todo instante há denúncias de agressões ao meio ambiente levadas a cabo por índios, inclusive desmatamento em grande escala. Certos grupos se tornaram milionários e, embora não queiram abdicar de alguns privilégios derivados de sua condição de índios, usufruem tudo a que têm direito, desde vinho, mulheres e música a aviões particulares, carros de último tipo e fazendas prósperas. Quanto a muitos que ainda vivem

em estado selvagem, não se pode dizer que sejam exemplo de comportamento que desejemos seguir. Os ianomâmis, para citar um caso, são violentos e, volta e meia, caem de pau uns nos outros, matando, seqüestrando e mutilando.

Ainda ignorando as evidências, atos de hostilidade de brancos contra índios são vistos como manifestação de racismo. Racismo, se houver, é acessório, instrumento de racionalização. Na verdade, o problema é econômico, questões de terras, de garimpo. Constituindo obstáculo para empreendimentos nessas e em outras áreas, os índios são combatidos pelos interessados. Se não fosse isso, provavelmente ninguém os hostilizaria. Mas não há romantismo em constatação tão prática, de forma que a crença no racismo permanece.

Acho que ninguém, em sã consciência, gosta de saber que culturas, primitivas mas culturas, foram, estão sendo e serão extintas. Mas esta, infelizmente, é a história da Humanidade. Não se pode fazer nada para evitar que as culturas tecnologicamente superiores dominem as inferiores. E, na verdade, os índios em contato com a civilização muitas vezes não querem de fato preservar sua cultura. Querem freqüentemente conservar dela o que lhes convém e auferir da outra o que lhes interessa. Isto a longo prazo, não é possível, não porque se queira, mas porque não acontece assim, nunca aconteceu e nenhum pensamento voluntarista fará com que aconteça. Talvez, embalsamadas em fitas magnéticas e transcrições fonéticas, apenas sobrevivam as línguas que agora começam a perder-se. Como as línguas são sempre o reflexo de maneiras de ver o mundo, dir-se-ia que essas culturas ainda deram sorte (e nós também, pelo que poderemos aprender), porque, antes, as culturas ditas ágrafas raramente tinham essa possibilidade.

A segunda noção politicamente correta é a de que nós fomos, não descobertos, mas invadidos por Portugal. Nós quem? Acho que não tenho um só amigo ou conhecido que não seja descendente dos invasores, dos negros escravizados ou dos imigrantes, ou tudo isso junto. Em outros países da América Latina, onde a população nativa é muito grande ou majoritária, o raciocínio pode estar correto, mas aqui não. Eu não posso – nem o leitor, a não ser que se chame Popokantán ou porte um cinzeiro no lábio inferior – sentir-me invadido. Portugal não só descobriu, como inventou o Brasil. Os silvícolas que, com suas vergonhas à

mostra, receberam Cabral não sabiam geografia, não conheciam o conceito de Estado ou nação e, na verdade, não faziam a mais vaga idéia de onde estavam – estavam "aqui" ou "ali". O expansionismo europeu ocupou isto aqui, tomou conta e fez o que somos hoje. A terceira "raça triste" tem muito pouco a ver com nossa história como nação. Portanto, especular sobre como estaríamos, na hipótese absurda de não havermos sido descobertos, é uma perfeita palermice. Nós não estaríamos. Eu provavelmente estaria em Portugal, Antônio Pitanga na África e Oscar do basquete na Alemanha. Aqui estariam, besuntando-se de jenipapo e ainda com as vergonhas à mostra, os descendentes dos que cá se encontravam em 1500.

Tudo isso não teria importância, a não ser pela irritação que causa nos que pensam com alguma objetividade, se não tivesse efeitos sobre a opinião pública, que talvez, assim, seja levada a apoiar causas na verdade suspeitas. Os Estados Unidos mataram seus índios de todas as formas, num festival genocida que envolveu até cobertores infectados, e depois degredaram os sobreviventes para reservas em terras semidesérticas. Hoje em dia, santimonialmente, vivem ditando regras a países como o nosso, como no caso das terras dos ianomâmis. O "modo de vida" desses índios exige, para alguns milhares de pessoas, um território maior que o de Portugal. Se é assim, por que também não se defende o modo de vida dos negros baianos adeptos do candomblé, que não podem realizar alguns rituais da forma tradicional porque têm obrigações profissionais e não dispõem mais do tempo livre necessário? Tudo muda neste mundo, até os ianomâmis, como verificará qualquer um que dê um facão ou um rádio a um deles.

Agora os americanos fazem manobras militares lá por perto. Quem duvida que um dia destes ocupem a área, para garantir a sobrevivência física e cultural de um povo ameaçado? Autodeterminação dos povos, minorias étnicas, essas coisas. Como os curdos no Iraque, ou os macedônios na ex-Iugoslávia. E quem duvida que a ação iria receber apoio de alguns brasileiros, aceitando fervorosamente esses e outros argumentos? Por isso achei de dar minha contribuição ao debate, lembrando que índio, como todos nós, quer apito.

(Transcrito de *O Globo*, 4 de julho de 1993.)

9

A Soberania Tribal

A 20 de fevereiro de 1841, o encarregado de negócios de Sua Majestade Britânica no Rio de Janeiro, W. G. Ouseley, comunicava ao Ministro Aureliano Coutinho que "o governo da Rainha vinha de encarregar Robert Schomburgk de fazer a exploração e a delimitação da fronteira da Guiana Britânica com o Brasil e de enviar ao Governador daquela colônia instruções para se opor a qualquer usurpação sobre o Pirara ou sobre o território ocupado até agora por tribos independentes".[94]

Respaldava-se a truculenta intimação de Ouseley no poderio de uma esquadra ancorada na Baía de Guanabara e dava como prova dos direitos alegados sobre o Pirara a simples presença na região de Thomas Youd e de Roberto Schomburgk disfarçados, um de missionário, e o

---

94 Hélio Viana. *História das Fronteiras do Brasil. Rio de Janeiro, 1948. Cap. XXIII, pp. 237 a 245.*

outro de geógrafo. E, ainda, introduzia o insólito precedente de considerar a tribo selvagem como entidade de Direito Internacional Público.

O governo maiorista recém-empossado, a braços com a Revolução Farroupilha e a ameaça de desintegração do Império, com inexpressivas forças de terra e mar dispersas pela vastidão do País, acovardou-se e submeteu-se às exigências que lhe eram impostas. E o Tenente-Coronel José Joaquim de Souza, comandante do Forte São Joaquim, que havia expulsado o "missionário" Youd da Vila de Pirara, por insuflar os macuxis contra a sua autoridade, convencendo-os a não enviarem equipes de trabalho ao forte, viu-se, de súbito, por imposição inglesa, afastado do comando e transferido de guarnição, enquanto um destacamento de soldados britânicos ocupava militarmente a região contestada, sem nenhuma reação brasileira, a não ser tímidos protestos diplomáticos. A fraqueza dos governantes da época se refletia nos que cumpriam o dever e sabiam honrar a Bandeira, cobrindo-os de vergonha por não poderem agir, chegada a hora, como a consciência lhes indicava, mas a disciplina os impedia.[95]

Sessenta e três anos depois – o que não é muito na vida das nações – o rei da Itália homologava, em laudo arbitral, as pretensões inglesas. E aquele território, antes ocupado por tribos "independentes", tornava-se, desse modo, parte do Império Britânico. Sem nenhum tiro, sem mortos nem feridos. Bastara a esquadra inglesa ancorada na Guanabara, e a inexistência de navios brasileiros para fazer-lhe frente.

95 Como nos versos de Luís de Camões: "O fraco rei faz fraca a forte gente."

Mas, ao mesmo tempo em que nos apontavam seus canhões, propalavam, mundo afora, só estarem ali para reprimir o tráfico negreiro, movidos pelo espírito humanitário do seu povo... E se outro brasileiro menos tímido, à frente do Ministério, os tivesse arrostado, ficaria para a História que o fizera em defesa do infame comércio. Esse comércio que enriquecera os ingleses por dois séculos e agora os impedia de obter melhores preços para os produtos de suas colônias asiáticas, pela concorrência da mão-de-obra vil.

Há tantos anos ouvindo a pérfida e cínica argumentação dos poderosos, estamos habituados a fingir que acreditamos neles, para disfarçar nossa tibieza. Sabedores disso, eles nos mandam agora outros "missionários" e outros "cientistas", para de novo protegerem tribos "independentes". E, outra vez, transige-se. E se suspende a construção da BR-174 e da BR-364 para não criar problemas "ecológicos". E nos rendemos às pressões para demarcar a "Terra Ianomâmi".

Não é, porém, com gestos pacifistas que os manteremos longe de nós. Porque, após o colapso da União Soviética, voltamos a viver os sobressaltos dos velhos tempos, diante dos mesmos sete grandes bem conhecidos.

Diz Liddell Hart, o eminente estrategista inglês, que "as nações pacíficas tendem a atrair perigos desnecessários com sua aparente fraqueza. Quando, porém, estes se concretizam, mostram-se mais dispostos a ir a extremos do que as nações de caráter predatório. Estas últimas, que fazem da guerra um meio de obter vantagens, estão sempre

mais propensas a suspendê-la quando o adversário se mostra bastante forte para não ser facilmente derrotado".[96]

É mais sábio, portanto, como aliás a História ensina, evitar a guerra pela intimidação dos prováveis inimigos, que ser forçado a empreendê-la, com incalculáveis sofrimentos e prejuízos, para contrapor-se a imprevistas agressões. Velha máxima, inscrita nos portões dos quartéis,[97] lembra cotidianamente os chefes militares dessa conveniência estratégica, para que, na qualidade de responsáveis pela preparação e condução da guerra, aconselhem nesse sentido os governantes. Recusar-se a ouvi-los por mesquinhos preconceitos é deslustrar a nobreza esperada da investidura de dirigente supremo dos destinos da Pátria.

Leitura Complementar

A REDOMA FATAL

O ato presidencial que demarcou a reserva ianomâmi não está alcançando internamente o acolhimento que foi projetado para o horizonte internacional.

Por isso críticas e protestos surgem aqui de todos os lados e, no Congresso, já tramita o projeto de decreto legislativo do Senador César Dias suspendendo a demarcação.

Com o lance ianomâmi, a política indigenista brasileira pretende dar um salto do chão raso em que vinha chapinhando para níveis estratosféricos. Os 9,4 milhões de hectares destinados a alegados 12 mil índios (provavelmente, o número real será muito inferior a este, fruto da propaganda), numa área fronteiriça estratégica e rica de minerais no-

---

96 Basil Henry Liddell Hart: *Strategy*. Londres (Trad. de Celso dos Santos Meyer. Rio de Janeiro. BIBLIEX, 1966, p. 463).
97 A frase em latim: *Si vis pacem para bellum*. Se queres a paz, prepara-te para a guerra.

bres, demonstram ao mesmo tempo o irrealismo dessa dimensão física (três vezes a Bélgica) e o absurdo dos critérios adotados em todos os planos: o antropológico, o da segurança nacional, o do desenvolvimento econômico do País etc. O Governo faz da pequena comunidade indígena um clube privilegiado de zeladores de um tesouro inviolável e de opções econômicas petrificadas – quando esses eleitos ainda clamam pelo atendimento de necessidades básicas. Nenhuma das quais, registre-se, atendida pelo gesto político da demarcação.

Uma faixa de segurança na fronteira com a Venezuela em nada reduziria o número de pacas e tatus da caça dos ianomâmis. Por que perturbar, através do tampão da reserva, o que o Programa Calha Norte representa como fator de segurança, de soberania e de desenvolvimento da região?

O País não pode ter donos, nem a preservação da cultura indígena exige esse preço.

A preservação de grupos étnicos em redomas que se mantenham distantes de contatos humanos não passa de uma tentativa de fazer parar o tempo, como se isso fosse possível, em zonas cujas dimensões e natureza tornam impossível um policiamento protetor.

O artificialismo condena esse equívoco – e o resultado final ameaça ser a contaminação dos grupos primitivos pela ação clandestina do que há de pior na sociedade moderna, enquanto o que esta tem de melhor é mantido à distância pelo respeito à lei.

(Editorial de *O Globo*, 1992.)

10

A Negação da Fé

Sou católico. Há dez anos participo, com minha mulher, da pastoral do *Encontro de Casais com Cristo*. No Rio de Janeiro, reunimo-nos mensalmente com outros sete casais para discutir temas alusivos à Doutrina Cristã e coordenar atividades de auxílio aos necessitados, sob orientação paroquial.

Acredito ser a força do apelo para se amarem uns aos outros a razão maior da propagação da fé, pelo fascínio que exercem as causas sublimes e grandiosas. E, em reforço a isso, a religiosidade imanente ao ser humano toma vulto e vigor com a mística transcendental que a pregação cristã desperta ao evocar o sacrifício e a glória do Senhor.

Quem se tenha contagiado de sentimentos tais, dessa fé tão intensa e envolvente, não pode duvidar da existência de Deus, porque percebe em toda parte sua presença.

É impossível, então, ser católico e marxista ateu ao mesmo tempo. Porquanto não há como conciliar a fé com a sua negação, como pretende a chamada *Igreja Progressista*. E, tampouco, se pode mutilar o sentido universal do apelo generoso que mudou até a contagem dos tempos, limitando-o apenas aos pobres. O cristão ama igualmente a todos os semelhantes, pobres ou ricos, brancos ou índios, negros ou asiáticos, europeus ou americanos.

Cristianismo é sinônimo de amor, de perdão, de tolerância, de nobreza. Uma ideologia tão recente não pode querer mudar uma crença que há dois mil anos vem influindo decisivamente para a moderação da violência e do egoísmo, com a pretensão de transformá-la em outra bandeira política, outra razão de discórdia, outra fonte de ódio.

Quam odeia não é cristão. Ainda que vá à missa e comungue todo dia. Ou mesmo que use batina e se diga sacerdote. São os *judas iscariotes* de nossos tempos, escondidos detrás da máscara de uma falsa devoção, prontos para atraiçoar-nos com um beijo...

A profissão de fé católica se invalida com a adesão ao credo marxista. E tal ortodoxia se esvazia diante de Deus. Mas somente o bem ou o mal que se pratica pode revelar o que, de fato, se guarda no coração...

Nomeado Secretário de Segurança de Roraima, surpreendeu-me a profunda mudança havida no clero da região por influência do bispo local de então. Eram freqüentes as queixas dos fazendeiros, funcionários, professores, médicos, engenheiros, comerciantes e tuxáuas, contra o procedimento de alguns "sacerdotes", engajando-se em tropelias e abusos de caboclos desordeiros, a título de protesto contra a

ordem estabelecida pelos "brancos" e de solidariedade com as reivindicações indígenas.

Muito embora a infiltração subversiva na Igreja já fosse a essa altura assunto cediço, havia sempre o temor de cometer-se alguma injustiça, estendendo o mau julgamento aos verdadeiros sacerdotes, devotados inteiramente à atividade pastoral, os quais constituíam, aliás, expressiva maioria. E havia, também, a vaga esperança de que tudo não passasse de intriga e exagero e logo as coisas se corrigissem espontaneamente, em decorrência do então recente advento da Nova República.

Dada, outrossim, à minha formação católica, repugnava-me ter de usar a Polícia contra ministros da Igreja. Era um dilema constrangedor, do qual, porém, não havia como fugir. Procurei junto ao bispo uma providência efetiva que refreasse as atitudes mais radicais de alguns "padres" no interior. Infelizmente, passadas poucas semanas de tranqüilidade após as promessas de atendimento, a agitação se reiniciava com a mesma intensidade e violência.

E as vítimas das ações terroristas desencadeadas em nome de um ideal confuso e incerto, cada vez mais indignadas, clamavam por medidas enérgicas do Governo, enquanto alertavam a sociedade para o escândalo do envolvimento ostensivo de "padres" em tais arruaças.

Era preciso, portanto, agir com isenção, equilíbrio e sem vacilações para pôr fim às desordens encabeçadas por esses falsos católicos infiltrados no ministério eclesiástico. Pois, com a Proclamação da República, o Estado brasileiro separou-se da Igreja Católica, em obediência ao postulado doutrinário da liberdade de

crença desse regime político. Desde então, vigora no País a antiga regra ensinada por Jesus: "A César o que é de César e a Deus o que é de Deus".

Cabia-me, assim, aplicá-la com o máximo rigor, punindo os infratores, "padres"ou leigos. Pesar, porque, malgrado sua conduta contrária ao sentimento cristão, continuavam eles a ser oficialmente "padres" católicos. Sem arrependimento, porque lhes cobrava, a um tempo, a desobediência a César e a traição a Deus...

11

O Separatismo Ingaricó

Mal o piloto cortou o motor, nos vimos cercados por mais de cinqüenta índios. Eram ingaricós da maloca da Serra do Sol, situada quase no sopé do Monte Roraima. Estavam terminando de levantar dois tapiris dentro da Fazenda Campo Grande, bem perto do igarapé que serve de limite da propriedade.

Com certeza o faziam instigados pelos "padres" estrangeiros que andavam por lá havia bem quinze anos, semeando o ódio e a vingança, em vez do amor pregado por Cristo. Porque, logo ao descer do avião e declarar quem era, ouvi de uma das mulheres que seria inútil tentar tirá-los dali, pois muito antes de Cabral chegar, aquilo tudo já lhes pertencia. E índios ignorantes não tirariam sozinhos essa conclusão...

Indaguei-lhes por que não erguiam os tapiris mais além, no imenso território deles que se perdia na direção do

Monte Roraima. Mas não tive resposta. Insistiam estupidamente na alegada precedência de ocupação, esquecidos de que, se isso valesse, deviam devolver aquelas terras aos uapixanas, como primitivos donos do lugar, quando, duzentos anos atrás, seus antepassados vieram da Venezuela para conquistá-lo.

Adverti, então, o tuxáua de estar violando o direito de propriedade do fazendeiro, de acordo com as leis brasileiras, e intimei-o a passar para o outro lado da cerca, com todo o seu pessoal. Para minha surpresa, a pequena turba enfureceu-se com a ordem e, de súbito, investiu contra mim e o Delegado Jaeder Natal Ribeiro, que me acompanhava e, como eu, estava desarmado. Aos gritos, numa reação instintiva, consegui acalmá-los e fazer com que ficassem agachados em torno de nós, enquanto tentava convencê-los a voltar pacificamente para a maloca.

Procurei explicar-lhes a importância da lei e da ordem para a boa convivência em uma sociedade. E, também, a necessidade de ser a lei igual para todos os brasileiros em qualquer parte do território nacional. Mas, a índia voltou-se de novo contra mim, mandando-me embora e dizendo que ali não era Brasil nada e, para eles, só valia a palavra do tuxáua.

E, naquele instante, sua voz esganiçada e raivosa como que me despertou para a realidade. Ela tinha razão. Aquilo não era mesmo Brasil. Podia ser um pouco do país dos "padres" subversivos ou, com certeza, o tal território de tribos independentes, mas Brasil não era. As leis, os costumes, as tradições, a língua, a administração pública, a moeda – todas essas coisas que podiam marcar nossa presença –

não existiam ali. Só havia um ódio imenso contra nós, que se declarava no vozerio inflamado e no olhar sinistro dos indígenas.

A despeito dessa realidade eu tinha de cumprir a determinação judicial de reintegrar a terra na posse do proprietário legítimo, com registro em cartório. E viera pessoalmente fazê-lo para evitar problemas maiores.

Fez-se então um silêncio pesado como o prenúncio das tempestades. Os índios entreolharam-se consultando-se para resolver se deviam submeter-se ou atacar-nos. Encarei-os com a firmeza que podia, tentando intimidá-los, mas os segundos pareciam arrastar-se naquela expectativa sem fim...

De repente, o roncar do motor de outro avião que chegava com reforço da PM tirou-nos da ansiedade. E antes que alguém dissesse qualquer coisa, ele disse tudo... Sem mais conversa, foram eles caminhando para o outro lado do igarapé, enquanto os policiais controlaram a situação, restabelecendo a ordem pacificamente.

Do avião contemplei aquelas planuras verdejantes que esbarravam no penhasco do Roraima, coroado de nuvens, como se continuasse subindo para o infinito. E pensei: "vale a pena lutar por um recanto do mundo como este". Alguma coisa tem de ser feita para reintegrá-lo ao País. Sob pena de repetir-se nesse lado o acontecido com o Pirara, a leste; desta vez com o provável patrocínio de outro povo...

12

A Validade do Direito

De quantos aqui viveram, num passado que ninguém sabe, só restam vestígios vagos e escusos rastos; há muitos soterrados, em lugares incertos por onde andaram. E as densas trevas de quinze mil anos guardam ainda segredo da história dos primitivos povos que lograram impor no continente a força do seu domínio.

Mas, pela evidência dos traços impressos no semblante dos heróicos descendentes que, desde a chegada dos brancos, disputaram a primazia nestas terras, se deduz a origem asiática e malaio-polinésia que tiveram. Porque o pensamento científico hoje predominante rejeita a hipótese de ter sido na Patagônia,[99] ou noutro lugar das Américas, o berço da humanidade. Admite-se, pois, no contexto dessa

---

99 Referência ao autoctonismo de Florentino Ameghino, baseado em restos humanos com esqueletos de animais e objetos de origem supostamente muito remota, achados na Patagônia. Essa hipótese, entretanto, não dispunha de provas suficientes para sustentar-se.

teoria, a probabilidade de terem vindo pelas Aleutas, ao norte; por uma ligação terrestre que teria existido há quinze mil anos ao sul do continente; e, navegando de ilha em ilha, pela Indonésia e a Polinésia, em período mais recente.

Explica-se, assim, o parentesco dos índios norte-americanos com a raça mongólica e, dos brasileiros e andinos, com a malaio-polinésia. Conclusão que se reforça com a semelhança de utensílios, usos e costumes de uns e outros.

Lendas, crenças, ritos e tradições remanescentes revelam entre eles, outrossim, o mesmo culto ao heroísmo e a mesma vocação marcial que têm santificado as guerras no resto do mundo, igualando pelos sentimentos comuns a diversidade do sangue e da aparência. E o que aqui se viu em cinco séculos, bem como o que parece ter havido antes, permite julgá-los tão bons ou tão maus quanto os habitantes de outros continentes. Pois a lei da seleção natural e o desejo de viver melhor sempre se conjugam para impelir os homens à aventura da conquista e ao prazer da dominação. Mais alto que o instinto de conservação de cada um, fala o interesse de todos, valorizando a honra de lutar e a glória de morrer lutando. Qualificar vencedores de bárbaros e vencidos de vítimas é esconder a realidade da natureza com a máscara da hipocrisia.

A derrota, com a submissão ou a fuga, e o triunfo, com a imposição de leis e costumes próprios, são as alternativas que regem o destino dos povos. Tudo mais se atrela ao caráter incessante e eterno desse entrechoque de interesses, que faz do futuro esperança ou ameaça, mobilizando os grupos e as nações.

Que direitos imemoriais de posse então são esses, que não têm o apoio da força nem o reconhecimento da justiça? E qual a validade de um critério que aprova a invasão vinda da Ásia e condena a que chegou da Europa? Quem veio antes também não teve de repelir ou submeter outros grupos? Existiria data marcada para a vigência dos pecados? Ou a inimputabilidade dos índios valeria também no céu? De onde vem a certeza de que os índios, apesar dos hábitos guerreiros e do passado nômade, ocupam os mesmos lugares há mil ou dez mil anos?

Quando o direito alegado não decorre de lei anterior que o defina, só pode basear-se no senso de justiça coletivo, resultante da preponderância de algumas idéias ou conceitos formadores da consciência dos indivíduos em épocas e lugares determinados. Os usos e costumes vigentes e os sentidos naturais de eqüidade, necessidade e utilidade avultam de importância para a formação desse consenso.

Como condenar os hunos, por exemplo, que, tangidos pelos rigores do clima da Sibéria, lançaram-se com fúria nunca vista em busca de melhores terras, no ocidente europeu? Para respeitar os outros, deveriam eles conformar-se em morrer de frio? E como reprovar os tupis por haverem preferido o litoral, expulsando os jês (tapuias) para o sertão? Ou os caribes, por fazerem algo parecido com os aruaques? Ou mesmo os espanhóis e portugueses por se terem aventurado na conquista do Novo Mundo? Teriam eles com isso violado alguma lei humana ou divina? Parece que não, pois *a única lei da natureza é essa mesmo, a do mais forte*... E Deus, que tudo criou, teve, por certo, motivos relevantes para decretá-la.

A precedência de ocupação é uma vantagem, não um direito. O direito surge quando o ocupante impõe suas leis e garante a posse. E dura enquanto essa garantia existir. Direito não é poesia, que nasce da inspiração e do sentimento. Porque, para valer, precisa ser imposto e respeitado.

Além disso, o direito deve ser claramente definido e estipulado. Não comporta a generalização imprecisa e vaga do sempre e do quase. Se os antecedentes são desconhecidos não podem servir de fundamento para qualquer reivindicação. Se são imemoriais, não são direitos. Se são direitos, não podem ser imemoriais...

13

O Culto à Incultura

A paixão pela idéia ou a obra pode levar ao exagero de confundir-se meios com fins. E fazer da reverência ou curiosidade com que se olha o passado um apostolado, em vez de simples busca de inspiração cívica ou desejo de melhor interpretar nossas origens.

O passado é o exemplo, o mito, a língua, a raça, a tradição. O presente é a vida; o futuro, a esperança. Não há como inverter o tempo, remontando aos túmulos ou antecipando os sonhos. As desigualdades humanas podem criar tal ilusão. Mas nem o antigo, nem o provável conseguem superar o ridículo diante do presente.

Não se vive de sonhos nem de lembranças. É na realidade vinda do passado, com o nome de cultura, que se constrói o presente a cada dia e a cada hora. A cultura não pára. Progride sempre, com o ímpeto de perfeição inerente ao ser humano, numa competição incessante e decisiva.

Quem fica para trás é subjugado e esquecido. Nela só importa a vanguarda. É inútil, pois, e insensato, cultuar aquilo em que não se acredita, o que não serve mais, o que já não se usa. Como os costumes e práticas dos selvagens que pretendem eternizar, obrigando-os a permanecerem primitivos, numa absurda distorção do conceito de bem-comum, que não pode excluir o índio nem ninguém. Pois, a sociedade brasileira é uma só e não admite preconceitos ou privilégios. A cultura que nela existe provém da generalidade de pensadores e artistas europeus de incontáveis gerações ancestrais: as obras-primas da pintura, a música eterna, a arquitetura monumental de antigos e contemporâneos, o teatro e a literatura consagrados em três mil anos, as maravilhas da Ciência e da Medicina, os ensinamentos dos filósofos e os exemplos dos grandes homens.

Nesse contexto não têm sentido a veneração ao machado de pedra ou o elogio aos cânticos de uma nota só. Cabe-nos, isso sim, reverenciar os que trouxeram para cá tão maravilhosas conquistas do engenho humano. E resguardar-lhes a memória augusta de invejosas e levianas contestações da moralidade do que fizeram para impor suas leis e seus costumes aos povos selvagens aqui encontrados. Porque o triunfo é uma bênção, não um pecado.

A História só registra os grandes feitos, sem preocupar-se com o banal, nem referir-se ao esdrúxulo. Por isso, ninguém pode apagar com calúnias a página escrita por Cristóvão Colombo com denodo e argúcia, antecipando em seu tempo o feito do astronauta de nossos dias que desceu na Lua. E ninguém pode desmerecer-lhe a glória de haver-nos trazido o gérmen da cultura ocidental no bojo de suas naus.

O mal nasce com o homem. E não se pode culpar os pioneiros pelos excessos perpetrados nas terras que devassaram. Se a maldade pudesse ser contida, Deus, antes de nós, o teria feito. O sacrifício de índios e brancos na fúria das lutas que travaram foi o preço da difusão da cultura e da aproximação dos povos. E cabe ao bom senso desmentir a injustiça de chamarem depois de tudo a segregação de benefício.

Desde o limiar dos tempos, a cultura superior de alguns se alastra no vazio do atraso da maioria. Não vem ao caso julgar se é certo, mas compreender que é assim a lei da vida e admitir como inevitável que o avanço cultural do branco se imponha ao retardo milenar do índio. Não aceitá-lo é insurgir-se contra a ordem natural das coisas, em pretensiosa e vã teimosia.

O Brasil que se almeja é o lugar da igualdade e da fraternidade. E o muito que disso já se tem não se deve perder na turbulência fratricida que nos vem de longe, com os ventos desintegradores do hemisfério norte...

14

Ineficiência da FUNAI

Julga Sidney Possuelo que a existência de reservas indígenas na faixa de fronteira não afeta a segurança nacional. Para ele, os ingaricós da Serra do Sol dizerem que ali "não é Brasil nada" e demonstrarem tanto ódio dos brasileiros não é motivo de preocupação. Manter os vazios humanos nas bacias do Uraricoera, do Mucajaí e do Catrimani, também não. Tampouco lhe parece perigoso ignorar-se o que se passa naqueles confins do Brasil: quem os freqüenta e quem os habita. E, muito embora "tolere" a presença nessas áreas de escassos efetivos militares, não a valoriza nem a prestigia como deveria fazê-lo todo agente direto ou indireto da administração federal.

Aliás, outros maus brasileiros, que exerceram a presidência da FUNAI, não escondiam, também, sua aversão aos militares – a despeito de ter sido Rondon um general. Um deles, para cúmulo do ridículo, enviou correspon-

dência ao Ministério do Exército, em 1975, protestando contra a construção de um quartel em BV-8, por ser o local – segundo pensava – pertencente à Fazenda São Marcos, propriedade da FUNAI... Na realidade, o reclamante confundia o Rio Surumu, limite setentrional da fazenda, que passa trinta quilômetros abaixo de BV-8, com o seu afluente Cotingo, situado muito a leste, demonstrando assim completo desconhecimento da reserva mais antiga dos índios brasileiros.[100]

Mas, a propósito da presença de civilizados nas reservas, cumpre, então, indagar: por que não lhe parecia igualmente inconveniente e indevida a intromissão de padres e de pastores evangélicos estrangeiros nessas terras? Ou, qual a razão de haverem cedido ilegalmente 32 fazendas, com trinta mil cabeças, no interior de São Marcos, ao português J. G. Araújo, que as arrendou depois, em 1963, por 25 anos, a um grupo do Texas sob a condição, por ele declarada, de lhe serem devolvidas com setenta mil cabeças?[101]

Desconhecem, esses falsos amigos dos índios, que aquela parte mais bela e mais rica da Amazônia só nos pertence porque, em 1775, se erigiu ali, na confluência do Uraricoera com o Tacutu, o Forte São Joaquim, guarnecendo-o com trinta soldados portugueses. Não fora isso, não estariam eles agora agitando a opinião mundial com essa farsa ianomâmi, pois o lugar pertenceria, certamente, a descendentes de espanhóis ou ingleses.

Nas horas graves, como em 1969, quando as tro-

---

100 O autor, por acaso, chefiava, na época, a subseção do Estado-Maior do Exército encarregada, entre outras coisas, da construção de quartéis. Coube-lhe, por isso, o estudo do assunto para despacho do ministro.
101 Fundação Delmiro Gouveia. *Op. cit.* V. II, p. 188.

pas da Guiana entraram enfurecidas Brasil adentro, atrás dos rebeldes do Rupununi – quem, senão os herdeiros da tradição de valentia das guarnições do glorioso forte, haveria de socorrer índios e brancos ameaçados?

Foram também militares ilustres, como o Coronel Manoel da Gama Lobo D'Almada, o Capitão José Antonio Evora e o Capitão Nicolau de Sá Sarmento os responsáveis pela fundação das *Fazendas Del Rei* – São Bento, São José e São Marcos – em torno do Forte São Joaquim, dando origem, em 1787, à criação de gado nos campos do Rio Branco e à propriedade transferida em 1915 ao SPI como Fazenda São Marcos, entre os Rios Uraricoera, Tacutu, Surumu e Parimé.

Além desses pioneiros, muitos outros soldados do Exército e da Força Aérea têm contribuído, com denodo e abnegação, para a segurança e o engrandecimento desse torrão da Pátria. Demarcaram fronteiras, estenderam linhas telegráficas, construíram estradas, encarregaram-se do correio aéreo, trouxeram mantimentos, vacinaram crianças, socorreram doentes, resgataram flagelados, repeliram ameaças e reprimiram abusos na fronteira, foram professores, prefeitos, secretários e governadores.

E que fizeram os agentes da FUNAI por Roraima desde os tempos do SPI? A única propriedade que lhes cabia administrar em favor dos índios – a Fazenda São Marcos – passou, como se viu, para mãos estranhas, com o seu consentimento ou a sua indiferença.

Enquanto comandei a Fronteira de Roraima ou exerci a função de Secretário de Segurança, mantive, por iniciativa própria, ampla assistência médica, odontológica

e social aos índios, sem que nenhum representante dessa instituição jamais se interessasse em cooperar de algum modo nesse trabalho humanitário. Sua atenção sempre se voltou, como agora, para a intriga do governo local com Brasília, ou o favorecimento dos interesses estrangeiros, em detrimento do Brasil.

15

A Defesa do Privilégio

Tarde da noite, o governador telefonou preocupado: os índios tinham invadido a Fazenda Guanabara, de Newton Tavares, em Normandia. Era um sábado de verão. Quem não estava para o interior tinha saído para jantar ou dançar na alegre noite de Boa Vista. Reunir o pessoal de folga não seria nada fácil. Deixar para segunda-feira poderia agravar o problema com a vinda de mais índios trazidos pelos "padres" das malocas da Serra e da Guiana, conforme rumores chegados ao palácio.

Precisávamos agir com rapidez para nos anteciparmos aos reforços e surpreendê-los com a prontidão da resposta. O fazendeiro avaliava os invasores em quatrocentos a quinhentos e dizia estarem armados com arcos, machados, bordunas, espingardas e revólveres. A fazenda fica numa alça do Rio Maú, formando quase uma península, do tipo que os gaúchos chamam de rincão. Dois morrotes escarpa-

dos fecham-lhe a entrada pelo norte, exceto no estreito corredor entre eles e nos trechos entre o rio e as encostas. Os índios haviam ocupado o corredor, em um retiro cedido, anos antes, pelo fazendeiro, para residência de umas dez famílias, em casas muito bem construídas.

A violência fora motivada, segundo diziam, pela proibição de acesso ao rio por dentro da fazenda, como forma de conter o abate indiscriminado de reses pelos índios. Funcionários de uma empresa de segurança, contratada em Manaus, passaram a controlar a passagem pela propriedade, erguendo, para isso, algumas cercas de arame e fechando as porteiras a cadeado. As novidades enfureceram índios e "padres"que, em represália, prenderam três desses guardas e os acorrentaram ao teto de um tapiri, de cabeça para baixo. Os que conseguiram fugir relataram o acontecido ao delegado de Normandia.

A delegacia dispunha de apenas cinco policiais. O destacamento da PM também não ia além disso. Era preciso mais gente. Reunidos, quando muito, vinte policiais civis e outros tantos soldados da PM, pela madrugada, seguiram em caminhões para a Vila de Normandia, distante uns duzentos quilômetros de Boa Vista.

Ao amanhecer, desloquei-me para lá de helicóptero, em companhia do Comandante da PM, e reconhecemos o local. Vimos os caboclos espalhados pela área com as armas mal disfarçadas embaixo dos arbustos. E percebemos que, se concentrássemos nossos homens numa só direção, romperíamos o dispositivo diluído deles, dividindo-os em duas partes, para dominá-los mais facilmente.

Entrementes, o nosso pessoal já estava a cami-

nho, formando um pequeno comboio dentro da fazenda. Aterrissei para dar-lhes as ordens. Designei-lhes um matagal, a mais ou menos um quilômetro, para ponto de reunião e o curso de um igarapé, com nascentes no casario, como direção a seguir. Em poucos minutos, assistíamos do ar a debandada dos índios com a aproximação dos soldados da PM, seguidos de perto pelos policiais civis. Descemos, então, no local onde se refugiavam, antes que surgissem os soldados, para evitar o choque. Resgatados os três guardas do castigo cruel que lhes impunham, embarcamos os cinqüenta índios de aparência mais feroz nos dois veículos disponíveis, dispensando o restante, após um bom sermão e muitos conselhos. Em Boa Vista, providenciou-se a lavratura do flagrante e o posterior recolhimento deles à penitenciária, em dependências separadas dos outros presos.

A ansiedade de saber o desfecho do caso e o rumo que teriam as investigações enchia corredores e salas da Secretaria de Segurança de curiosos e jornalistas, transformando-a em foco de notícias e de atenções do mundo inteiro. Da Itália, da Áustria, da Bélgica, da Holanda, da França, da Alemanha, da Suécia, dos Estados Unidos, do Canadá, de Brasília e nem sei mais de quantos lugares, chegavam incontáveis telegramas, em péssimo português e feitio autoritário, com idêntico teor de protesto contra a prisão dos índios.

Com a rapidez e o vulto da reação multinacional, pretendiam constranger e intimidar as autoridades brasileiras. Fosse uma questão de justiça ou a defesa indeclinável de uma causa humanitária, ainda se poderia tolerar a exaltação e o desrespeito. Não nesse caso, em que o abuso culminara com

a violência. Cena semelhante seria inconcebível nos países de onde os telegramas procediam. Mas, no Brasil, tinham, ao invés de repúdio, os aplausos e o apoio de autoridades federais. De Brasília, interpelavam o governador e o juiz da vara criminal de Boa Vista, por serem os índios inimputáveis e deverem, por isso, ser postos, imediatamente, em liberdade. Mas, a despeito das pressões, o governador e o juiz se mantiveram firmes e altivos, na aprovação das medidas por mim adotadas, em obediência às suas ordens.

Passados uns poucos dias, chegava a Boa Vista o procurador Cláudio Fontelles. Em meu gabinete, pôs-se a criticar com veemência a convocação do bispo Aldo Mongiano para depor no inquérito, em conseqüência de denúncias de sua participação decisiva no episódio, promovendo reuniões com os índios para contestar o direito constitucional de propriedade e convencê-los de ser a violência o único caminho para derrogá-lo. Lembrando ao procurador minha condição de autoridade estadual, apesar do nome de Território Federal, convidei-o a retirar-se e recomendei-lhe que se dirigisse ao governador. Não demorou, então, a chegar do Tribunal de Justiça de Brasília uma truculenta e arbitrária ordem para arquivamento do inquérito instaurado em decorrência das prisões em flagrante. Com isso, os índios criminosos deviam ser postos imediatamente em liberdade e as inquirições dos "padres" desordeiros ficavam suspensas.

Era uma estranha decisão num regime político surgido como reação libertária ao dito militar, denominado "Nova República". Porque ao consagrar o privilégio da impunidade a índios e "padres", violava o princípio basilar do regime republicano que é a igualdade perante a Lei.

16

A Contestação de Rondon

Em carta de 14 de março de 1910 ao Ministro Rodolfo de Miranda, como resposta ao convite para chefiar o Serviço de Proteção aos Índios, em via de ser instituído, Cândido da Silva Rondon expressava seu pensamento a respeito desse discutido assunto.[102] Desde logo declarava-se contrário à catequese pela simples razão de violar o princípio republicano da liberdade de crença. Julgava também que, em vez de intrometer-se na religião dos índios sem nenhum proveito para eles, o serviço a ser criado deveria garantir a "efetividade da posse dos terrenos em que habitavam, restituindo às tribos subsistentes, cujos territórios foram usurpados, os mesmos territórios sempre que possível, ou uma suficiente extensão que lhes fixasse o Governo federal mediante acordos amistosos".[103]

102 Esther de Viveiros. *Rondon Conta sua Vida*. Ed. Cooperativa Cultural dos Esperantistas. Rio de Janeiro, 1969, pp.339 e seguintes.
103 *Ibidem*, pp. 340 e 341.

Citava, como exemplo, o seu entendimento com os índios parecis para que trocassem os chapadões áridos, onde viviam havia séculos, pelos campos e matas, mais exíguos, porém mais férteis, junto às estações da linha telegráfica em construção no Estado de Mato Grosso, de modo a poderem cooperar para a sua conservação, em troca de maior assistência do Governo, que assim os teria mais perto.

Sugeria que se lhes proporcionassem animais de criação, ferramentas, utensílios e assistência técnica, de modo a facilitar-lhes o progresso cultural e a prosperidade financeira. E, ressalvando a necessidade de respeitar-se sempre a mentalidade indígena, avessa a compromissos ou atividades continuadas e sistemáticas, mostrava-se inteiramente favorável à progressiva integração de todos eles à sociedade brasileira.

Se os espíritos continuam a existir depois da morte, o de Rondon estará, certamente, indignado com os rumos seguidos pelo serviço que fundou, pois o que mais se vê hoje em Roraima são os padres e os missionários evangélicos visitando malocas ou vivendo junto a elas, sob o pretexto dessa mesma catequese, que, em vez de violação de um postulado republicano, passou a ser benefício e proteção. Mais grave, contudo, é servirem-se dela para encobrir propaganda ideológica subversiva e a doutrinação antibrasileira. Mas, a despeito de todas as evidências, o tempo passa e a situação não muda. A FUNAI, herdeira do serviço criado por Rondon, não vê, não reprova e não impede os abusos de estranhos.

Emérito estudioso de nossa história, Rondon encontrava no passado sobejos motivos para proibir a

catequese dos índios. Um deles seria, por certo, prevenir a repetição do funesto episódio que, em meado do século XVIII, ensangüentou as plagas rio-grandenses, conhecido como Guerra dos Guaranis. Empolgados com o êxito obtido na cristianização do gentio tupi-guarani da banda oriental do Uruguai (tupis e minuanos), pretenderam os jesuítas transformar as aldeias ali existentes, conhecidas como Sete Povos das Missões, em um Estado teocrático-socialista, independente das metrópoles ibéricas. Fomentaram-lhes, para isso, o progresso material (notório na bela arquitetura dos templos, cujas ruínas se pode ainda admirar), fortaleceram-lhes a economia, pelo incremento dos ervais e a comercialização de seu produto nas regiões vizinhas; e desenvolveram-lhes uma cultura independente com uso exclusivo do dialeto guarani da língua geral dos tupis.

Baldos, porém, de recursos bélicos e experiência militar, nem a maciça superioridade numérica de seu contingente de trinta mil guerreiros, contra pouco mais de dois mil lusitanos e espanhóis os salvou de serem desbaratados em Caaibaté, pelo grande Gomes Freire de Andrade e o espanhol José Andoanegui, deixando 1.200 mortos e 154 feridos no campo de batalha. Além da fé religiosa, os padres lhes haviam incutido o fanatismo político e o ódio formidável que os cegavam e os faziam se arremessar, numa heróica fúria suicida, contra mosquetes e canhões que os dizimavam. Era o fim da catequese e do sonho de grandeza. Rondon queria evitar a repetição dessa tragédia encenada pelos jesuítas.

Não houvesse, por trás de tudo, a sombra da traição, só elogios se teria para descrever o trabalho que desenvolveram em tão belo recanto do continente. Porquanto,

despertar-lhes o gosto de semear e colher, de laçar e campear, de progredir e enriquecer na árdua e nobre faina do campo ou da pequena indústria rural era justamente o caminho para a integração que o grande brasileiro apontava.

Mas a integração não se obtém com ódio e violência. A FUNAI precisa convencer-se disso. Como também deve render-se às idéias do grande patrono do indianismo brasileiro, admitindo a integração como objetivo a ser atingido no relacionamento das duas raças. Porque, ou se muda a política da FUNAI, ou se repudia Rondon.

17

A Vitória da Intriga

Bons tempos se vivia em Roraima, vinte anos atrás, quando comandei o CFR/2º BEF.[104] Tudo era difícil e precário. Não havia eletricidade, telefone nem asfalto. As casas eram, quase todas, de taipa, cobertas de palha de buriti. Algumas nem portas tinham, porque não havia ladrões e assim ficava mais arejado.

Mas, com toda a pobreza, nunca vi gente tão boa e tão feliz! E, também, nunca vi melhores soldados! Poucos se podiam dizer "puros-sangues". A miscigenação estava estampada nas feições do rosto e nos costumes de quase todos. Não eram índios nem brancos: eram mestiços. E orgulhavam-se disso. Porque assim se sentiam mais brasileiros. E duvido que existisse povo mais patriota! Talvez a disputa pelo Pirara os tivesse deixado com aquela brasilidade

---

104 Comando de Fronteira de Roraima / 2º Batalhão Especial de Fronteira.

à flor da pele... E, em acréscimo a isso, vinham-lhes, das agruras e bons ares da vida agreste, a iniciativa e o denodo que forjam os heróis na guerra.

No mais recôndito sertão, havia sempre uma escola, mantida com modéstia, mas com enorme orgulho cívico por qualquer fazendeiro que se prezasse. A professora, por seu turno, gabava-se de não cobrar mais que o passadio. Não havia, então, analfabetos. Com dezoito anos tinham noções de História do Brasil e rudimentos de Geografia. Sabiam ler, escrever, contar e de cor todos os hinos e canções militares da Infantaria, da Engenharia e das tropas de fronteira. Muitos deles aprendiam a marchar de passo certo, a tocar corneta e a bater tambor, nos desfiles dos colégios, em Boa Vista e no interior. Chegavam ao quartel sabendo atirar tão bem como os sargentos e ensinando os segredos da campanha roraimense aos velhos soldados de outras origens. Era só entregar-lhes os uniformes e os fuzis, que estavam prontos para ir à guerra no dia da incorporação.

Boa parte deles provinha das malocas macuxis, taulipangues e uapixanas, como nos tempos do Forte São Joaquim. Sentiam-se orgulhosos da farda verde-oliva e dava gosto ver o garbo com que a envergavam. Eram rústicos, resistentes, disciplinados e perseverantes. Tendências atávicas de um milenar passado guerreiro facilitavam seu pronto entrosamento na rotina da caserna. Não queriam mais ser chamados de índios. A seu ver, só eram índios os selvagens do meio da floresta, andando nus e devorando-se uns aos outros. Quem, como eles, sabia ler, escrever e contar e havia jurado, diante da Bandeira, morrer pelo Brasil, não podia ser índio. Ao darem baixa, voltavam tranqüilos e vai-

dosos aos confins donde tinham vindo, com o coração transbordante de amor à Pátria e com saudosa lembrança dos chefes e companheiros. E iam espalhando, Roraima afora, a compenetração com os deveres cívicos de cidadão e o orgulho de serem brasileiros.

Quando voltei, quatorze anos depois, já havia eletricidade e belas avenidas, mas a gente era outra. Os antigos soldados, vaidosos de suas fardas, estavam agora vaidosos de serem índios e lembravam com raiva de um dia terem sido brasileiros. Não queriam mais ser vaqueiros nas fazendas e viviam, preguiçosamente, nas malocas, do gado que roubavam e do pouco que pescavam. Não deixavam os filhos freqüentar as escolas rurais para não aprenderem Português, nem Educação Moral e Cívica. Só aceitavam os professores marxistas enviados pelos padres, com cartilhas em macuxi ou uapixana e contando a História do Brasil pelo avesso, para desfigurar nossos heróis e ridicularizar nossas conquistas.

O ambiente de terror nas fazendas, decorrente das constantes ameaças de invasão e dos atos de vandalismo, como o incêndio de campos e cercas, afastava as professoras voluntárias e impossibilitava o ensino fundamental, antes tão efetivo. Também afastava as equipes de combate à malária, que no passado haviam conseguido a façanha de erradicar a doença – reconhecidamente endêmica na Amazônia. Não se viam mais os alegres piqueniques, as caçadas e as festanças pelo interior. Os "padres", ocupados em preparar a agitação, não tinham tempo de promover quermesses, nem de rezar missas ou de fazer batizados. O povo estava infeliz, desarvorado e desiludido. Não sobrara nada

da vibração e da energia de antes. E minha decepção mais parecia um pesadelo.

Não demorou, porém, que, no cargo de secretário de segurança, viesse a entender o estranho fenômeno. No tempo em que estivera ausente, haviam chegado a Roraima, fugidos da repressão anticomunista em Moçambique, o bispo Aldo Mongiano e meia dúzia de padres europeus. Ao lado de um país comunista e não muito longe de Cuba, com precárias ligações internas e cercado de florestas e montanhas – o Território era o cenário ideal para a guerrilha que pretendiam montar.

Ocultando sob a batina as motivações políticas e prevalecendo-se da cristandade e da tolerância ingênua dos roraimenses, semearam a discórdia entre as raças, intrigaram peões com fazendeiros, apoiaram o terrorismo no campo, dificultaram a assistência cívico-social do Exército aos índios e pobres do interior, intimidaram as professoras e os funcionários da SUCAM e tentaram desacreditar as autoridades constituídas e as instituições nacionais em panfletagens nas igrejas. Não sei como o governo brasileiro podia fechar os olhos para tamanho abuso.

Durante o governo dito autoritário, a preocupação exagerada de evitar problemas, com eventuais repercussões desfavoráveis na opinião pública, acabava por paralisar as autoridades estaduais na repressão à desordem e à violência. Depois, com o advento da "Nova República", temiam em Brasília que a dureza da lei pudesse acarretar vexames inaceitáveis aos sacerdotes, dada a tradição católica dos brasileiros. Em outras palavras, a lei não valia para padres e índios, o que constituía uma visão inédita dos princí-

pios republicanos. Mas, como antes, a timidez, em lugar de resolver, agravava o problema.

A última esperança da gente da terra estava na transformação do Território em Estado, pois ficaria livre das resoluções tomadas em Brasília, por pessoas alheias à realidade e aos interesses locais. No entanto, tão intensas eram já as pressões alienígenas das ONGs, que a mudança para Estado pouco adiantou. E, apesar dela, proclamaram a independência dos falsos ianomâmis e estão para fazer o mesmo com outras tribos.

Chegou-se a pensar que o fim do comunismo pudesse acabar com tantos problemas. Mas os agitadores só mudaram a cor da camisa, do vermelho para o verde. Antes combatiam a ditadura, depois defendiam os índios e agora querem salvar a floresta...

Leitura Complementar

PREOCUPAÇÃO COM RESERVA IANOMÂMI

A convocação ao boicote que a revista *The Ecologist* publicará condiciona a presença dos ecologistas europeus no Rio à reorganização da agenda das Nações Unidas e à demarcação das terras dos índios ianomâmi.

Ontem a noite, ao ser informado pelo GLOBO que a demarcação da reserva ianomâmi acabara de ser assinada pelo Presidente Fernando Collor, Nicholas Hildyard, editor do *The Ecologist* e redator do manifesto da Ecoropa, disse que isto era apenas uma parte do problema:

– Se as terras realmente começarem a ser demarcadas, nossa posição mudará em relação ao Governo brasileiro, mas não em relação à Rio-92. Temos muitas reservas quanto aos trabalhos preparatórios – disse.

Para ele, as Nações Unidas querem limitar a discussão a proble-

mas técnicos de preservação do meio ambiente, excluindo as questões de desenvolvimento. Ele diz que para evitar que a Conferência vire pura retórica, é preciso discutir os direitos dos povos locais, a reforma agrária no hemisfério Sul e a redução da emissão de dióxido de carbono no hemisfério Norte.

Ele também se opõe às críticas que vêm sendo feitas ao Brasil pela sua omissão ou descaso pelas reuniões preparatórias da Rio-92:

– Não é possível acusar só o Brasil. Praticamente todos os países abordam a questão ecológica exclusivamente de acordo com seus interesses políticos imediatos.

(Transcrito de *O Globo*, 16 de novembro de 1991.)

A UTOPIA ECOLÓGICA SUBSTITUI A SOCIALISTA

O diplomata Carlos Augusto Santos Neves, falando no Centro de Perspectivas Internacionais da Universidade de New Hampshire, analisa a dispersão do poder por quatro centros em decorrência do fim da guerra fria e da bipolarização ditada pela política das superpotências. Nessa perspectiva procura situar a relação das nações pobres que, independentemente da geografia, formam o Sul em oposição ao Norte rico, com essas novas vertentes do poder mundial. Norte e Sul é a classificação possível depois de eliminada a idéia do Terceiro Mundo com o desaparecimento do que seria o Segundo Mundo.

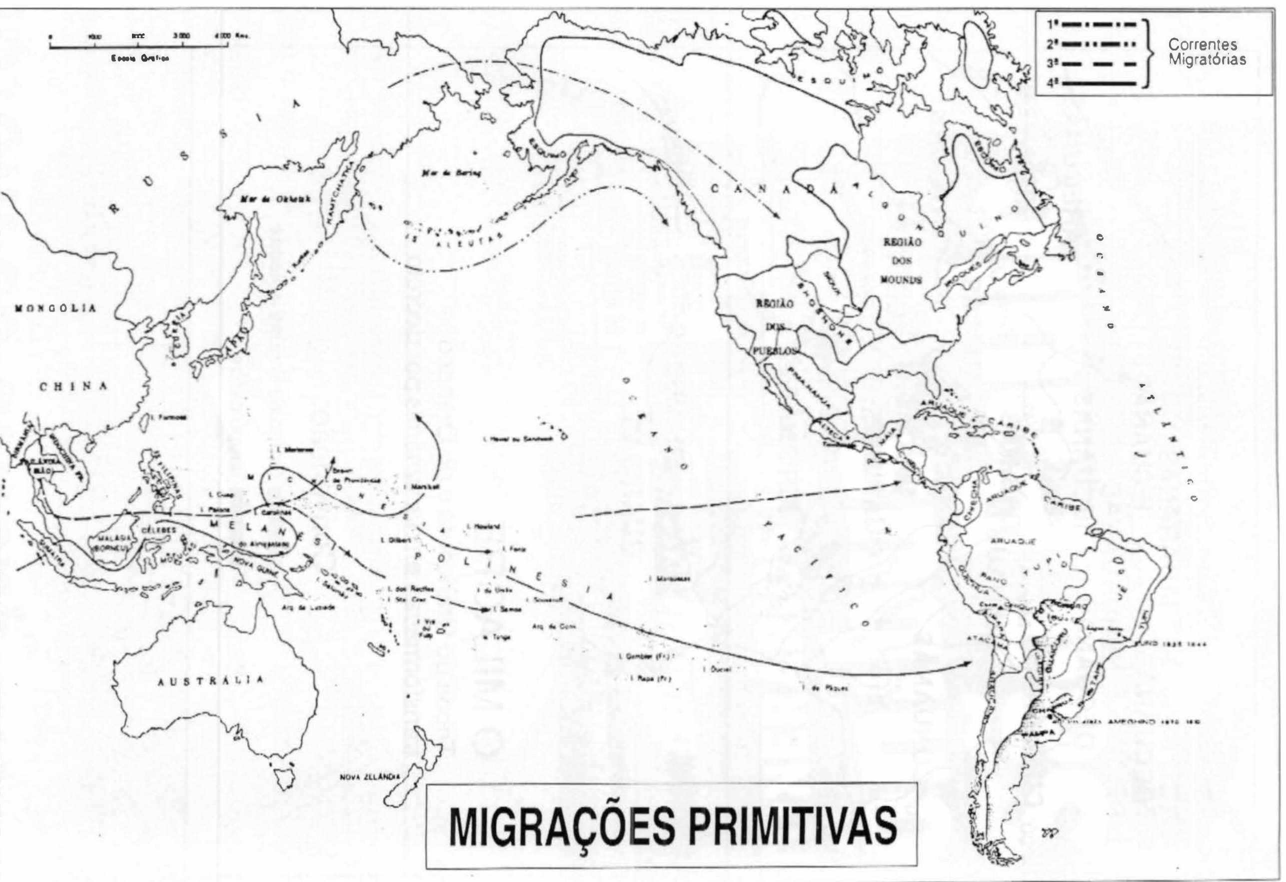
Os quatro pólos que reaglutinam as nações situadas ao Norte seriam as duas potências terrestres, Alemanha e Rússia, e as duas potências marítimas, Estados Unidos e Japão. O desenvolvimento da tese do nosso cônsul-geral em Nova York faz-se com eficiência intelectual que lembra o falecido Embaixador Araújo Castro, autor da famosa conferência preconizando a redistribuição do poder mundial, o fim da bipolarização e o surgimento de cinco centros nevrálgicos de poder, aproximadamente os mesmos que estariam agora emergindo e mais outro de que não nos lembramos. Seria esse o processo que restauraria um equilíbrio de poder em escala universal.

Concentrados na consolidação das respectivas áreas de influên-



O MILAGRE

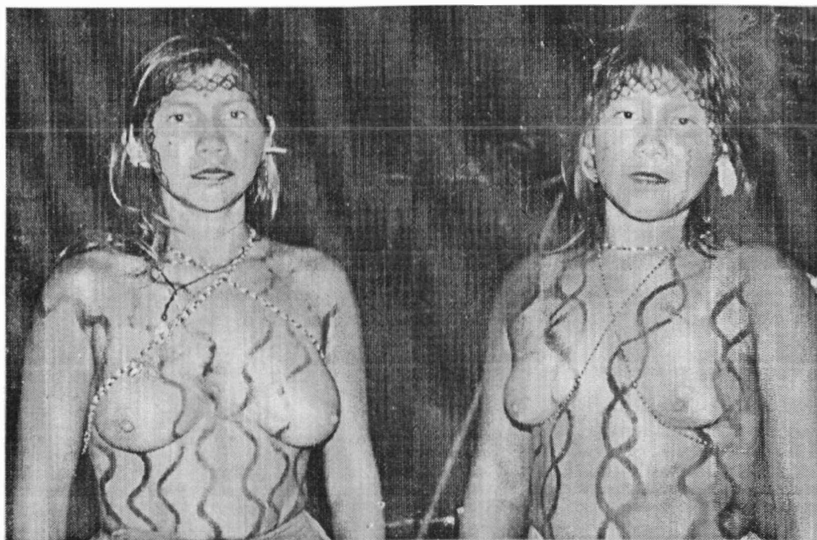
Tribos do Uraricoera e do Orenoco transformadas em *Ianomâmis* por decreto


MIGRAÇÕES PRIMITIVAS
1ª
2ª
3ª
4ª
Correntes Migratórias
MONGOLIA
CHINA
RÚSSIA
Mar de Bering
CANADÁ
ALGONQUINO
ESQUIMÓ
REGIÃO DOS MOUNDS
REGIÃO DOS PUEBLOS
SIOUX
SHOSHONE
ARUAQUE
CARIBE
TUPI
AUSTRÁLIA
NOVA ZELÂNDIA
NOVA GUINÉ
CÉLEBES
MELANÉSIA
POLINÉSIA
MICRONÉSIA
OCEANO PACÍFICO
OCEANO ATLÂNTICO



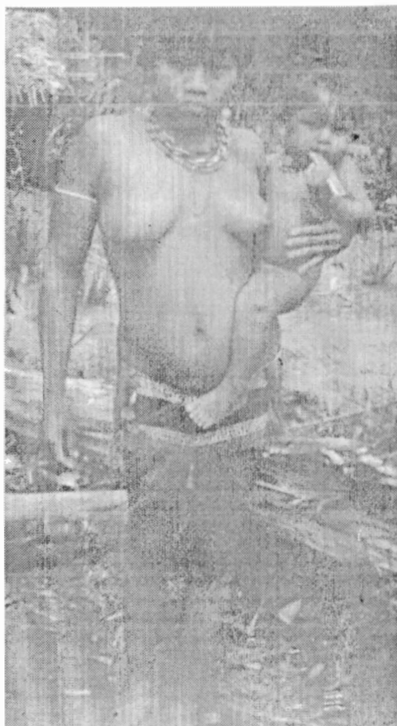
Xirianás do Alto Uraricaá

Observe a graciosidade das índias

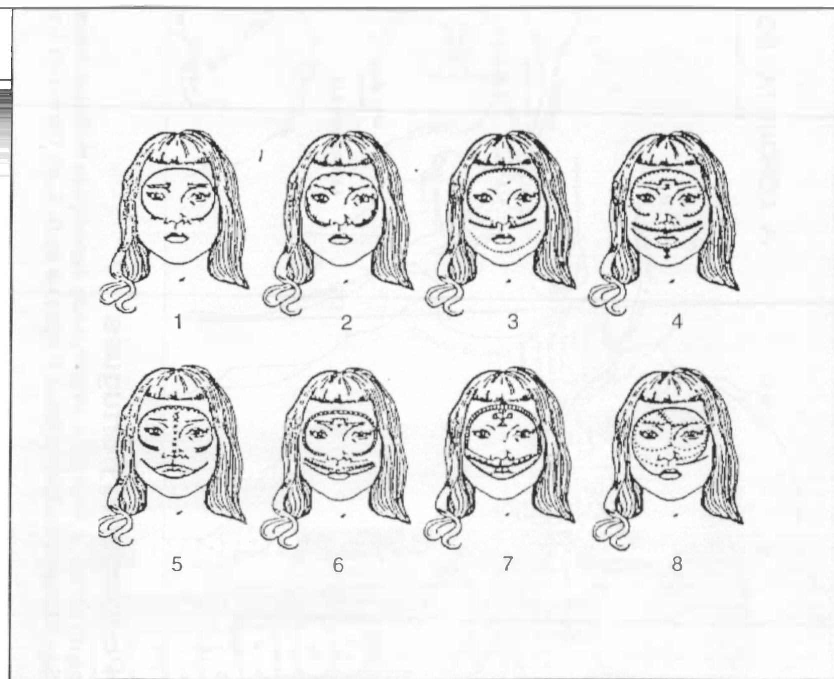


A farsa

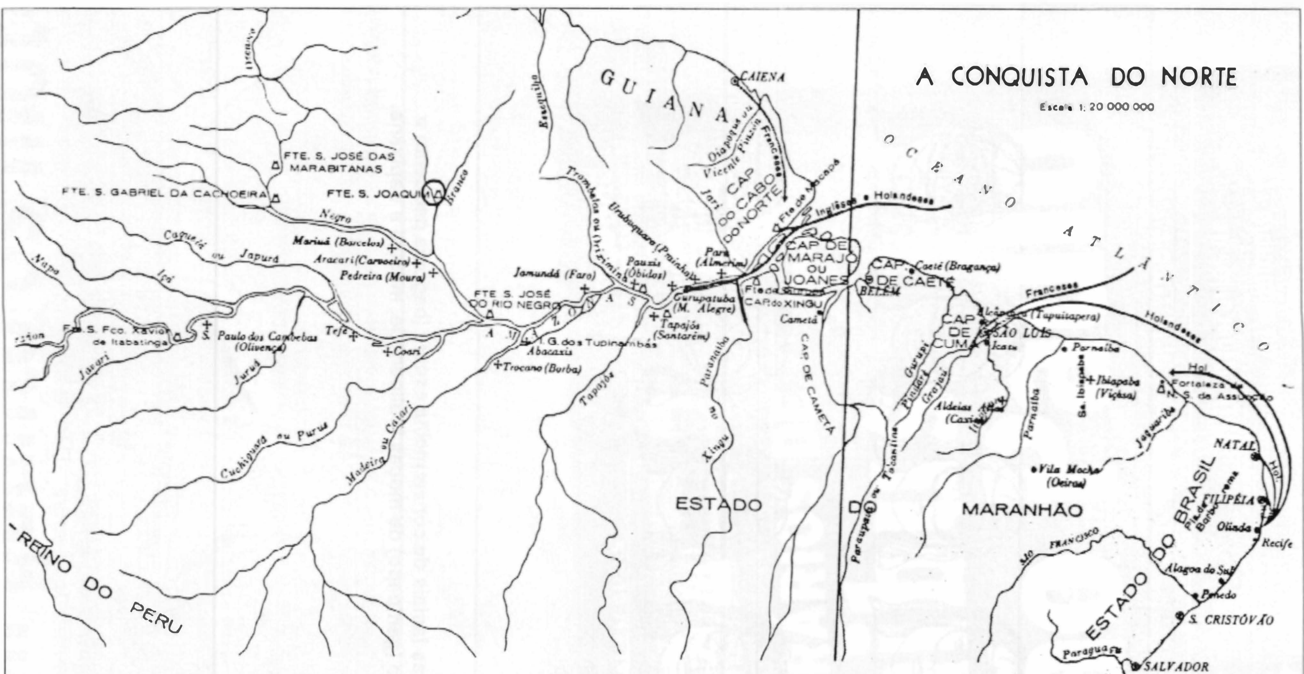
Acima, aruaques de Maturacá(AM).
À esquerda,xirianá fotografada pelo autor em Surubai(RR). Abaixo, uaicá em Surucucus(RR).
Veja-se a enorme diferença.







1-8 Pinturas faciais de cor vermelha escura (begônia pequena) e azul-negro (genipapo) de moças taulipangue, macuxi e uapixana.



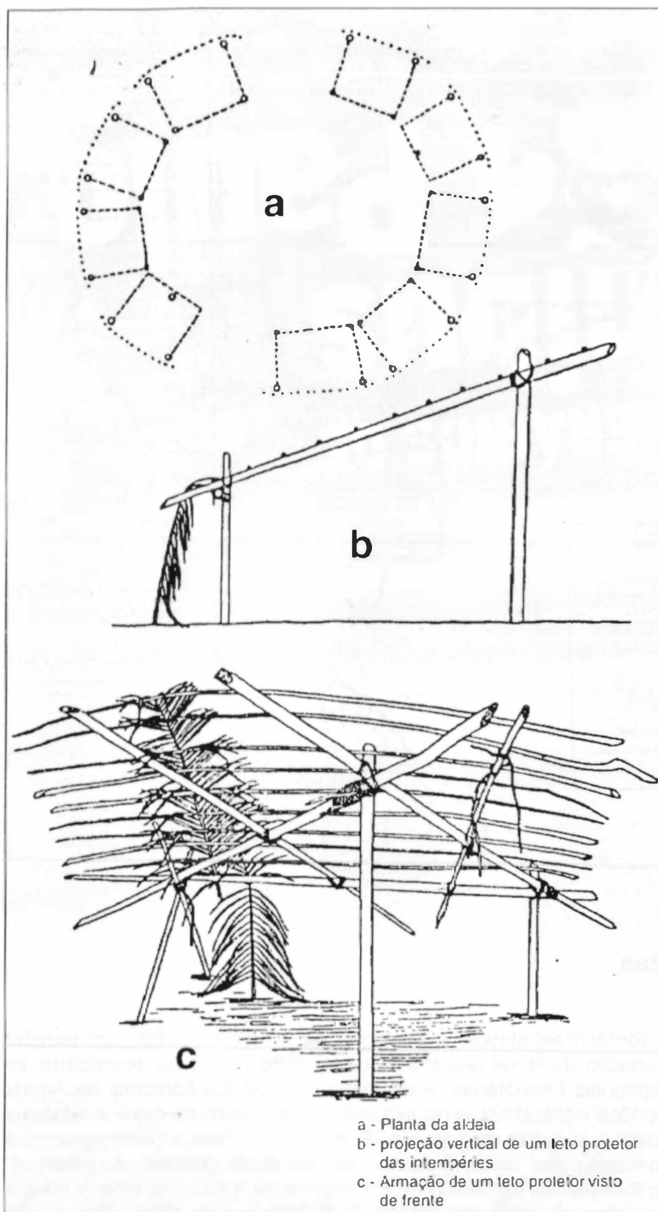
O Povoamento Português

Antes que outros o fizessem, trataram os lusos de ocupar a Amazônia, organizando expedições militares e missões religiosas com esse fim. Os militares fundaram o Forte São Joaquim; os carmelitas, a Fraguesia de N. S. do Carmo da Boa Vista

COLONIZAÇÃO PORTUGUESA

As riquezas

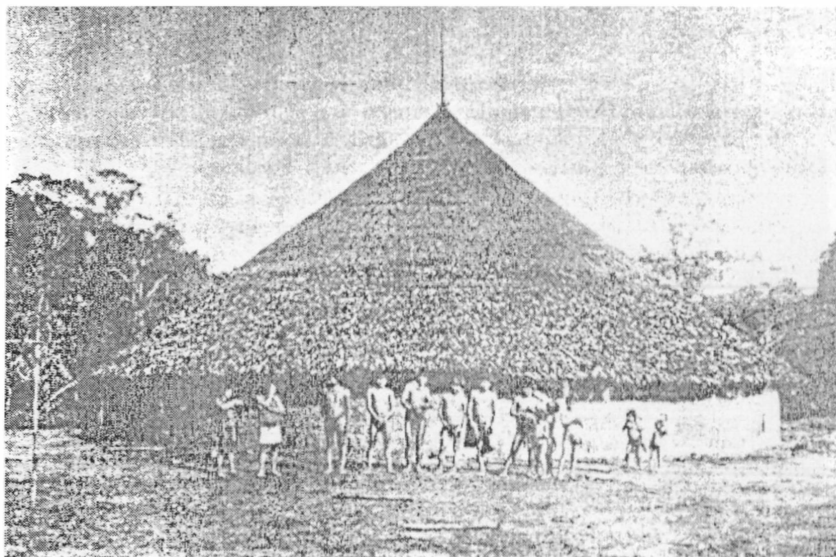
O Tratado de Tordesilhas atribuiu a Portugal, na América do Sul, um território ao longo do Atlântico. A ocupação do litoral realizou-se no primeiro século da descoberta, começando pelo sistema das capitanias hereditárias. A colheita dos produtos florestais na Amazônia, a criação do gado nos sertões nordestinos e no extremo sul, a cultura da cana e a fabricação do açúcar no nordeste úmido, a extração do ouro em Minas, Mato Grosso e Goiás, levaram à ampliação do território e à formação das várias áreas sociais do Brasil colonial. As missões religiosas, em particular as da Companhia de Jesus, especialmente na Amazônia e no Nordeste, asseguraram a contribuição pacífica do elemento indígena. Os Tratados de Madri e S. Ildefonso, celebrados respectivamente em 1750 e 1777, legalizaram a expansão bandeirante. Núcleos urbanos, fortificações e administrações locais asseguraram a fronteira e a estabilidade interior e litorânea da colônia.



Maloca Xirianá de Motomotó

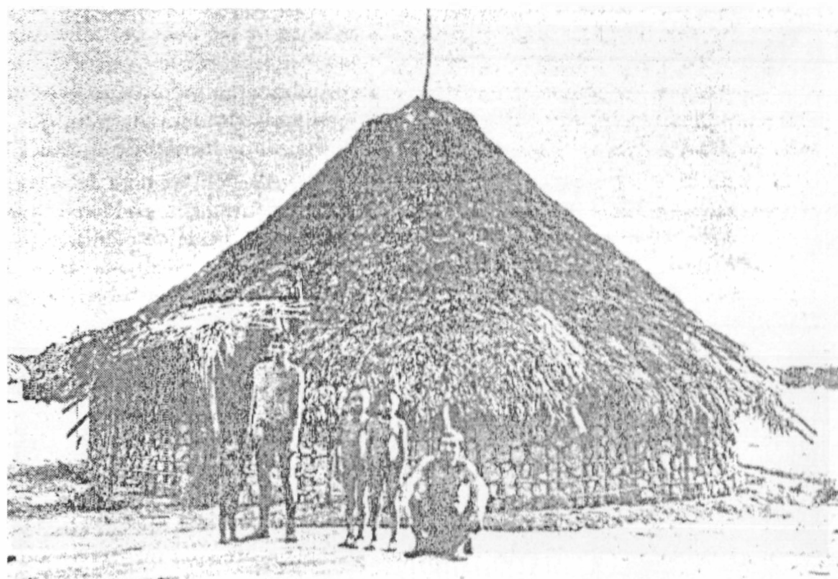
Desenho descritivo de Grünberg, op. cit. p. 253

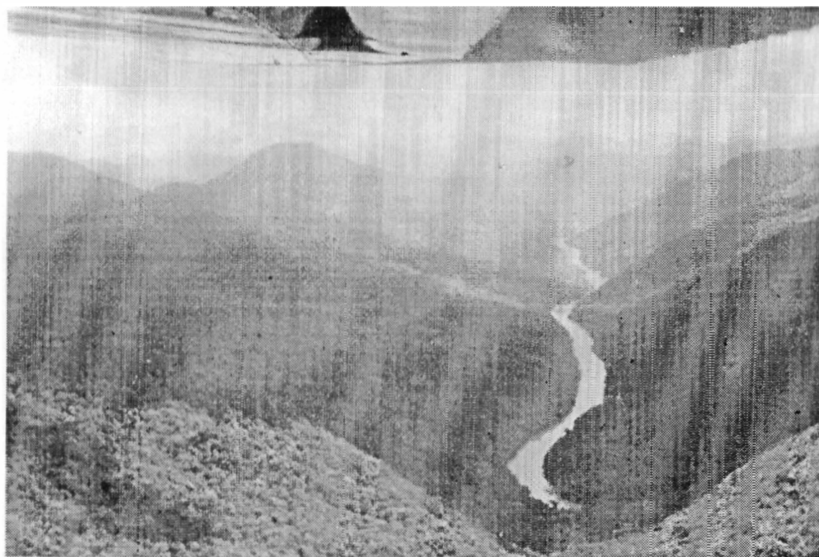
Observe-se o extremo primitivismo



Malocas de tribos caribes

Veja-se acima o acabamento perfeito obtido pelos iecuianás-Ihuruanás. Compare-se com a de Motomotó.

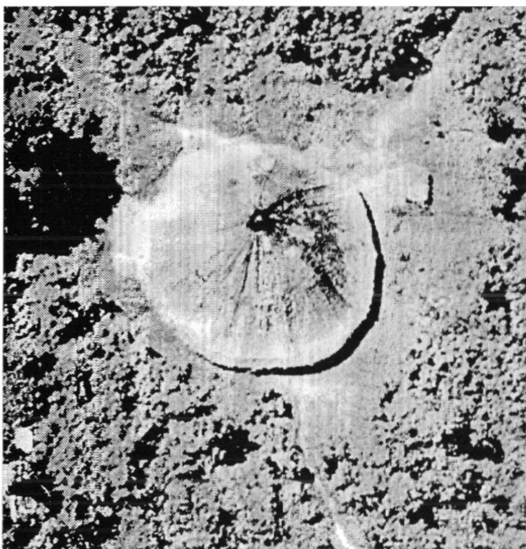




O vale e o planalto

Acima, o Uraricoera cortando as montanhas cobertas de floresta, em frente à Missão de Uaicás. Abaixo, a "Gran Sabana"do planalto venezuelano, na região de Santa Helena, junto à fronteira.

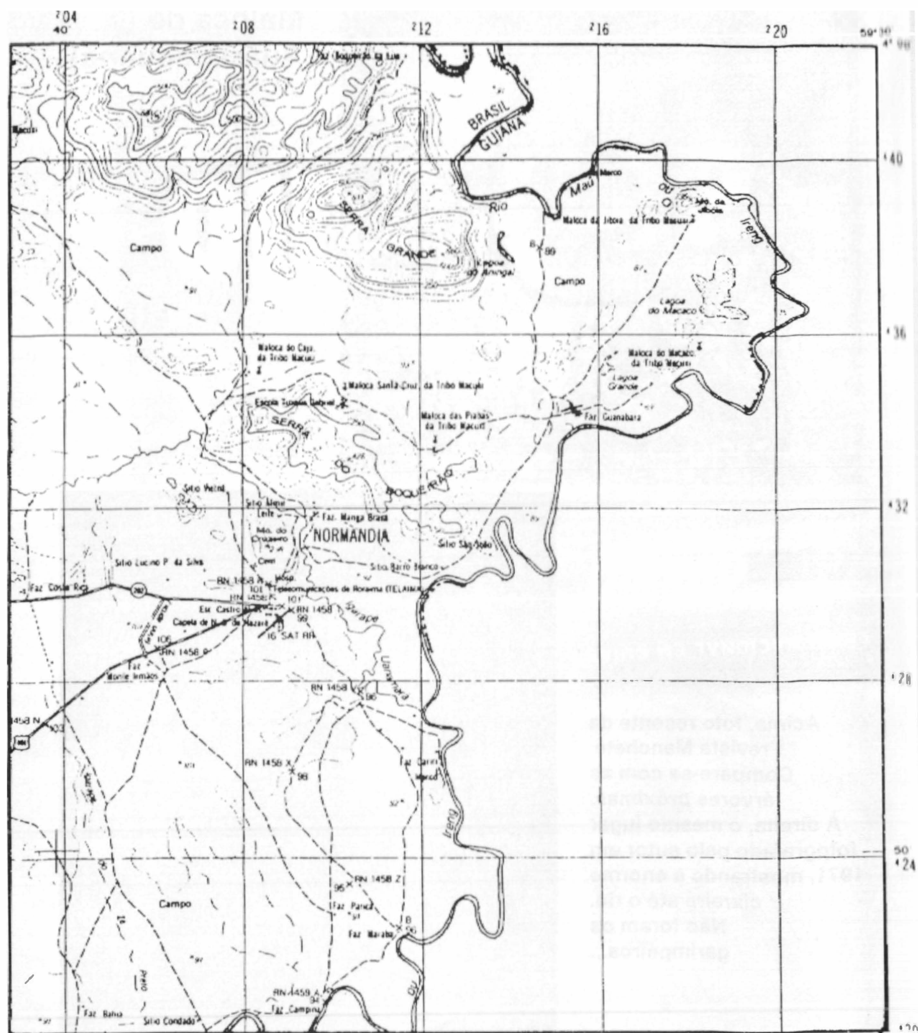




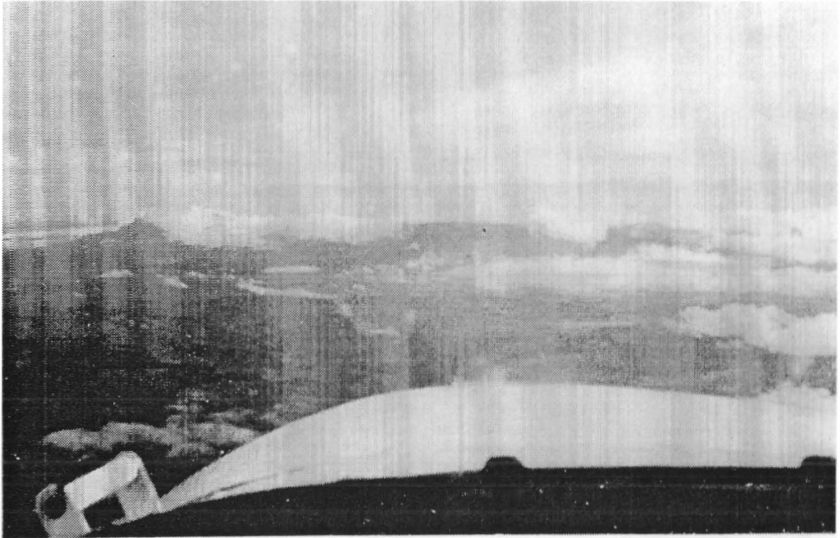
Maloca de Auari (Iecuaná)



Acima, foto recente da revista Manchete. Compare-se com as árvores próximas. À direita, o mesmo lugar fotografado pelo autor em 1971, mostrando a enorme clareira até o rio. Não foram os garimpeiros...

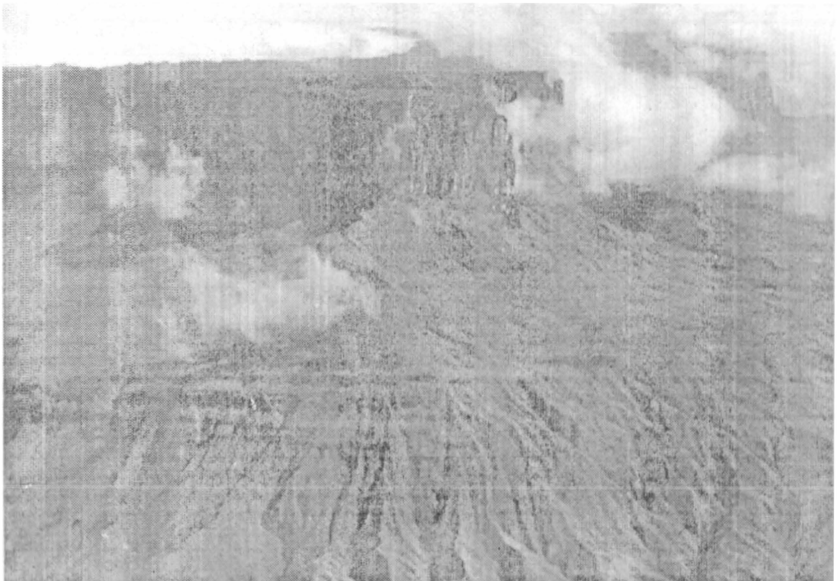


Fazenda Guanabara



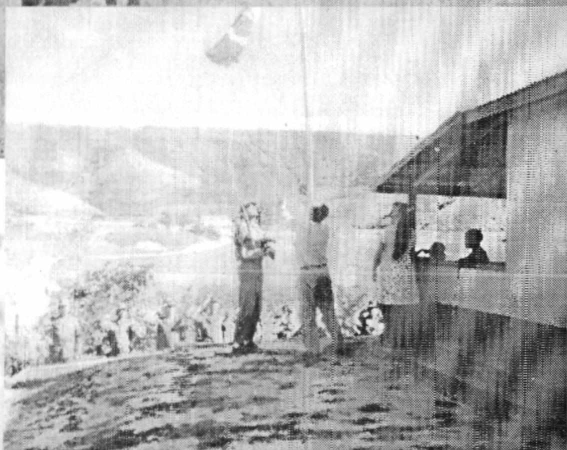
O Monte Roraima coroado de nuvens

A grande escarpa do Roraima





Galgando a montanha rumo a Suapi



Em Fazenda Milagre, no Alto Surumu, após 173 km de marcha a pé

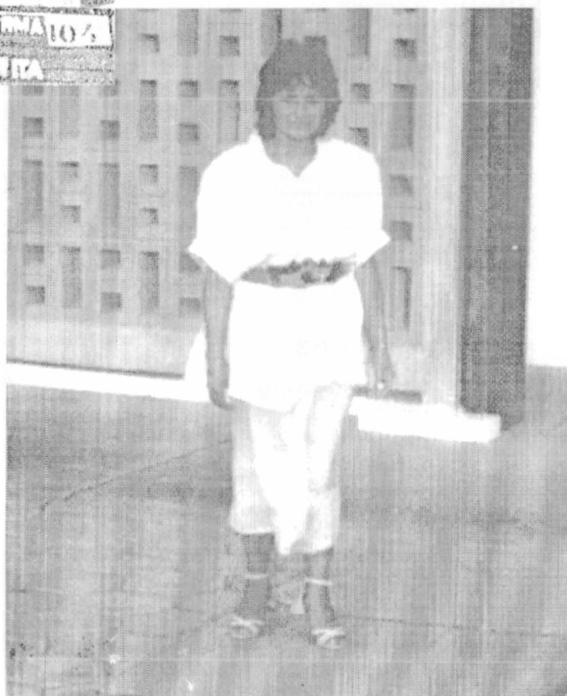


Em Suapi

Dina



Na escola, em Brasília



No dia do casamento
em Bela Vista



A place to call their own: the Yanomami Indian tribe in the Amazon rain forest of Brazil

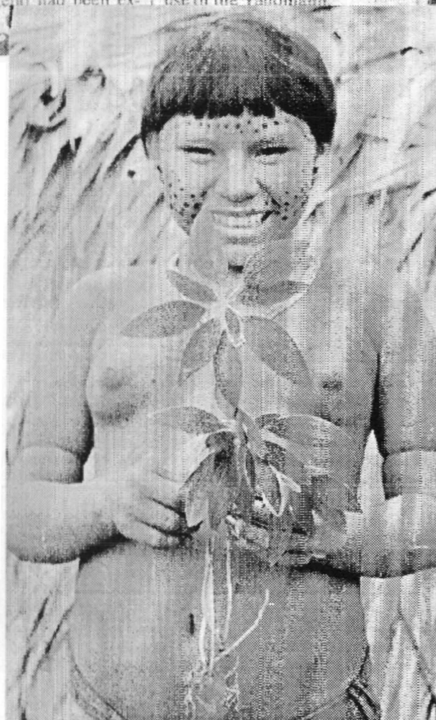
BRAZIL

Fending Off The World

aside an 82,900-sq.-km preserve for the Yanomami.

Brazil's President Fernando Collor de Mello had been ex- pected to do

Amazon rain forest adjoining the Venezuelan sanctuary will be set aside for the undisturbed use of the Yanomami.



O declínio da fama

Índios são notícia no exterior

cia, as nações-chaves dos quatro blocos pouco teriam a fazer com o Sul além de continuar sua "satanização", deixando-o à margem da ordem e do progresso. A força de coação se exerceria no sentido de transferir culpas e responsabilidades para as nações que outrora eram subjugadas em outras pautas de dominação. À conta dos pobres são debitados a poluição da atmosfera terrestre e a produção e o tráfico de drogas.

As nações ricas eliminam sua própria consciência de culpa pelo envenenamento da atmosfera e as alterações letais do meio ambiente, jogando toda a responsabilidade nos países situados em regiões que abrigam paraísos ecológicos remanescentes e que estariam sendo devastados para atender a desprezíveis empenhos de melhorar suas próprias condições de vida. Querem por efeito de uma condenação moral e financeira coagir o Sul a permanecer na situação de fornecedor de oxigênio, a nova matéria-prima indispensável para o desfrute dos bens de que são donos privilegiados.

Quanto às drogas, esquecem-se as nações ricas de que o essencial para a produção delas é a existência de um mercado de consumo. Na América do Norte e Europa suaviza-se a repressão ao comércio e consumo das drogas para financiar campanhas mundiais destinadas a eliminar as fontes da produção de matéria-prima nas nações indigentes da Ásia e América do Sul. Gasta-se tudo para combater os cartéis de produção e distribuição da droga e quase nada para reduzir ou eliminar os mercados de consumo.

Santos Neves, como fecho da sua análise, conclui que há sempre uma referência de natureza universal a justificar as estruturas de poder. Estados Unidos e União Soviética lutavam pela difusão de concepções antagônicas que tentavam simbolizar. Hoje, com o fim da utopia socialista, seria necessária outra idéia-força para justificar a armação de um novo poder. O ideal ecológico de união de todos os homens para o bom uso e a preservação do planeta que habitamos seria essa nova utopia, numa suave sugestão de quem não se quer render às realidades do mundo.

À margem da palestra do diplomata brasileiro, deve-se anotar indícios do possível diálogo que já começa a brotar desse esboço de utopia. Os grupos radicais de esquerda ou contestatórios sem definição

anterior em todos os setores, juventude, artes, esportes etc., emigram dos partidos comunistas ou da ação direta para os partidos verdes, que são ecumênicos. Por outro lado, vertentes dos dois mundos que sobrevivem, o primeiro e o terceiro, confluem para a preservação da terra a tal ponto que Chico Mendes, por exemplo, se tornou herói e mártir cultuado ao mesmo tempo pelo *New York Times*, a mídia eletrônica européia, e, entre nós, por Lula e pelo PT.

(Transcrito do *Jornal do Brasil*, Coluna do Castello, 16 de dezembro de 1990.)

18

O Encantamento do Eldorado

Há lugares que encantam pela beleza, outros, pela magnitude, e, alguns pelo mistério que os envolve. O Planalto do Roraima encanta pelos três motivos. A imponência da gigantesca escarpa rochosa cria o cenário adequado ao apelo transcendental que parece vir das profundezas ou do espaço sideral, inundando o ambiente de misticismo e devoção. Como Machupichu e o Vale do Amanhecer, desperta-nos para os segredos inescrutáveis do Universo. Quem o conhece sabe por que se diz ter sido ali o lendário Eldorado.

Existem razões para crer que, bem antes dos portugueses, outros representantes da raça branca tenham

andado por lá. Uma delas é a grande Ilha Brasil resgistrada em alguns mapas dos séculos XIII e XIV. A verdade é que, além dos ventos alíseos, foram as esperanças trazidas por esses pioneiros que empurraram pelo oceano imenso lusitanos e espanhóis, na era dos descobrimentos. Lendas surgidas de expedições misteriosas por remotas terras, de habitantes exóticos e fantásticos tesouros incendiavam-lhes a imaginação e incitavam-lhes a cobiça.

A do Eldorado era, de todas, a mais verossímil, pois, ao descrever um país de inexauríveis riquezas e eternas delícias, não afrontava a lógica nem elidia o bom senso, como a da Pedra Filosofal, por exemplo. Riquezas eram, então, muito mais que agora e acima de qualquer outra coisa, as pedras e os metais preciosos; e delícias, as amenidades do clima das baixas latitudes, opostas à aspereza do frio europeu. O rumo dos sonhos apontava, por causa disso, para a grande região ao sul do Mar das Caraíbas, onde, a par dos cálidos ares tropicais, se dizia existir muito ouro nas serras drenadas pelas altas bacias do Orenoco e do Essequibo.

Entre muitos que por lá transitaram, em cinco ou seis séculos, ficou registrado o nome do holandês Nicolau Hortsman, o qual, em 1741, subiu o Essequibo, em busca do Eldorado ou Parimé (lago dourado no idioma aruaque). Tendo seguido o Rupununi e o Tacutu para alcançar o Branco e o Amazonas, deixou o Planalto de Roraima à direita e longe do seu itinerário, terminando a expedição em Belém, desiludido e fracassado.[105] Nem todos, porém, tiveram tão triste sorte. Tanto assim que, em uma carta holandesa do século

---

105 Fundação Delmiro Gouveia. *Ibidem*, V. I, p. 49.

XVIII, utilizada por Schomburgk em seu relatório de 1836, para ilustrar a primeira proposta de limites da Guiana Inglesa com o Brasil, aparece, manuscrito, o topônimo *El Dorado*, entre os Rios Cotingo e Maú, bem no centro do Planalto do Roraima. E tamanho foi o interesse suscitado em Londres por esse "detalhe" cartográfico, que os lindes ali sugeridos – das cabeceiras do Corentine à Serra do Araí – tiveram de avançar para o Cotingo, em novo "estudo" apresentado em 1840, dando origem à Questão do Pirara.

O geólogo chileno George Stevenson vem realizando pesquisas em Roraima e na Guiana, nos últimos anos, para comprovar sua tese de haver realmente existido, em tempo não muito recuado, o Lago Dourado ou Parimé, na área dos atuais campos do Rio Branco, conhecidos, regionalmente, como lavrados. Inscrições rupestres a mais de dez metros de altura, existentes nas ribanceiras da Pedra Pintada, perto de Surumu, são fortes indícios do nível primitivo das águas na região. Com base nesse e noutros testemunhos, julga o ilustre cientista que o grande lago se limitava: ao norte, no degrau do Planalto do Roraima; a leste, na Cordilheira de Cuanocuano; a oeste, nos contrafortes da Serra Parima, na altura da Ilha de Maracá; e ao sul, nas Serras de Mucajaí, da Prata e da Lua.

O Rio Branco correria, então, a jusante de Caracaraí. Através dele, chibchas e incas, vindos dos Andes pelo Solimões e o Negro, atingiriam a margem meridional do lago, donde supõe o chileno que navegassem até a região hoje conhecida como Planalto do Roraima, para apanhar ouro e diamantes.[106] Na

106 Conforme informação de antigos moradores, até a década de 40, encontravam-se ouro e diamante em grande abundância nos vales do Quinô, Suapi, Cotingo e Maú.

Ilha de Maracá, ele encontrou restos de antigas fundições de ouro, usadas, a seu ver, para o preparo de barras ou algo semelhante, que facilitasse a esses exploradores andinos o transporte da preciosa carga na longa viagem de regresso. Tal hipótese se fundamenta na conclusão de que a descoberta de jazidas auríferas no Equador e no Peru seria muito recente para explicar a abundância do metal ali encontrado por Francisco Pizarro no começo do século XVI.

A erosão da margem sul do lago, causada pela progressão das nascentes dos tributários do Branco, teria, em certa época, capturado as águas represadas, escoando-as através das corredeiras do Bem Querer para integrá-las, desse modo, à grande Bacia do Amazonas.

Sabe-se hoje que o Planalto do Roraima está contido em uma formação geológica conhecida como *Cinturão de Pedras Verdes*, com a maior reserva mundial de minérios de ferro, cromo, cobre, manganês e ouro. É uma faixa de derrames basálticos que vai da Colômbia ao Amapá, com cerca de 100 km de largura e 2.200 km de extensão. A gigantesca jazida abrange a reserva ianomâmi, no Brasil e na Venezuela, de modo que, conseguida a criação da reserva macuxi na região do planalto, ficaria, quase toda, em mãos indígenas...

Segundo o anuário *Goldfields* publicado nos Estados Unidos, "o Brasil é um gigante adormecido cheio de ouro. E, por causa disso, está na lista negra das mineradoras". Mantida a descomunal riqueza embaixo da terra, elas se previnem contra o surgimento de eventuais concorrentes e de indesejáveis alterações no mercado mundial. E oportunamente, poderão ainda valer-se de facilidades legais por nós admitidas, para se apossarem de tudo para sempre...

Leitura Complementar

CONSULTOR DIZ QUE
O BRASIL É UM GIGANTE CHEIO DE OURO

"O Brasil é um gigante adormecido cheio de ouro. E, por isso, está na lista negra de todas as mineradoras do mundo." A afirmativa é de Peter Rich, importante consultor mineiro internacional, responsável pelo capítulo sobre o Brasil da publicação *Goldfields*, anuário sobre a produção mundial de ouro, conforme informação da agência de notícias Reuter.

Na opinião dele, a Floresta Amazônica é a maior reserva inexplorada de minerais do mundo. A área, compreendida numa formação conhecida como "cinturão de pedras verdes", é uma gigantesca jazida de minério de ferro, cromo, cobre, manganês e estanho. Essas reservas, segundo Rich, jamais se esgotarão, se os grupos de ecologistas e de defesa dos índios continuarem com suas campanhas.

A área mencionada por Rich, com cerca de 2.200 quilômetros, se estende da Colômbia e da Venezuela a Roraima e ao Amapá e tem uma geologia encontrada em todas as grandes minas do mundo. Nela se localizam, também, a reserva dos índios ianomâmis, a maior tribo das Américas, cujas terras são freqüentemente invadidas por garimpeiros clandestinos.

– Ao longo da década de 80, as reservas dos índios ianomâmis se estendeu até as zonas onde os garimpeiros clandestinos encontravam um extraordinariamente rico depósito de ouro de aluvião – disse Rich.

Os ianomâmis reclamaram da destruição causada pelos garimpeiros e despertaram a atenção mundial. O Governo começou então a combater os garimpeiros e, eventualmente, tenta permitir o ingresso de grandes companhias mineradoras. Quando a reserva dos ianomâmis foi criada, com 9,4 milhões de hectares, o então Ministro da Justiça Jarbas Passarinho garantiu que ela não seria um santuário indígena.

Rich explicou que as grandes mineradoras causam uma destruição mínima na floresta, porque trabalham em zonas relativamente pequenas e não utilizam mercúrio para separar o ouro das impurezas, como fazem os garimpeiros. Apesar disso, o Brasil é criticado pelas

mineradoras, devido à severa legislação: além do imposto de 53%, um dos mais elevados do mundo, elas só podem remeter para fora do País lucros de 16% do capital. Muitas mineradoras estrangeiras se retiraram do Brasil logo após a aprovação da Constituição de 1988, porque as novas leis exigem que 51% de suas ações sejam de brasileiros.

(Transcrito de *O Globo*, domingo, 10 de maio de 1992.)

19

A Suspeição do Interesse

A natureza humana é mais propensa a destruir que a edificar. Primeiro, porque é mais fácil. Segundo, porque é mais divertido. E, terceiro, pelo gosto de assim prejudicar ou tirar vantagem. O amor e a amizade requerem, por causa disso, um forte motivo que os faça surgir e os mantenha vivos em nossos corações. Para o amor, pode ser a sedução dos encantos ou a força da paixão. Para a amizade, a admiração pela nobreza e pelo valor.

A solidariedade, que só aproxima uns para acabar com os outros, não exige mais que um alvo capaz de congregar interesses e ódios. Quanto maior o interesse ou mais intenso o ódio, mais fáceis as adesões... Daí a razão de desconfiar-se da solidariedade de tantos países do Primeiro Mundo à causa pela criação do país ianomâmi. Se não há por que nos odiarem, só um descomunal interesse pode estar por trás de tudo isso. Pois seria demasiado ingênuo en-

tender de outra forma essa estranha predileção por um povo fantasma, artificiosamente instalado em um território de tão conhecida riqueza.

Sidney Possuelo afirma existirem outros 85 grupos no Amazonas (26), no Pará (20), no Mato Grosso (11), em Rondônia (10), no Maranhão (8), em Roraima (4), no Acre (4) e em Goiás (2), ainda isolados da civilização. Mas, ninguém se interessa em ir fotografá-los ou em saber que idioma falam...[107]

Tão humanitários com os "ianomâmis", os países ricos pouco se comovem, entretanto, com as imagens dos habitantes esqueléticos do Sudão e da Somália, ou com o extermínio dos curdos e a miséria de Bangladesh. E, tampouco, se importam com a fome e a sede dos nordestinos, com os barracos à beira dos precipícios nas favelas ou com o sacrifício dos subdesenvolvidos para pagar suas dívidas. Não os preocupam a mortalidade infantil nem a devastação das epidemias ao sul do Equador. Não. Nada disso os aflige. Porque, na verdade, não vêem negros, latinos e malaios com muita simpatia. E preferem manter-nos bem longe deles; se possível, proibidos ou impedidos artificialmente de procriar, a bem da salvação do planeta. Por isso, em vez de lamentar, não se comovem com tais desgraças. Desprezam judeus, árabes, asiáticos, eslavos e quem quer que tenha nascido abaixo do Equador. Mas amam e veneram os ianomâmis...

É uma fixação estranha, um inexplicável interesse, uma preferência extravagante e suspeita para quem

107 Márcio Brandão. *In* Jornal *O Globo*. Rio de Janeiro, Ed. 19/07/89, Cad. O País, p. 12.

pretende isolar-se do resto da humanidade no paraíso terrestre da Europa Ocidental, num retorno surpreendente e odioso ao *status* pré-colombiano, quando o mundo conhecido era pouco mais que aquilo. Seria mais coerente com mentalidade assim preconceituosa, o simples esquecimento dos imaginários ianomâmis de Roraima, ao invés do insólito desejo de protegê-los.

É de pensar-se, então, que o fazem para disfarçar a intromissão indébita com um fingido sentimento humanitário. Pois, os negros e os índios de verdade bem se lembram do tipo de proteção que os europeus lhes deram... Depois de haverem exterminado a maior parte das tribos peles-vermelhas, inventaram as reservas indígenas, para manter os sobreviventes à distância. Quanto aos negros, é bem recente a lembrança da odiosa discriminação que os manteve, longos anos, apartados das sociedades norte-americana e européia.

Com tão triste passado, se arvoram, de repente, em protetores dos índios de Roraima... Primeiro, dos "ianomâmis". Depois, dos taulipangues, ingaricós, macuxis e uapixanas. E, para cúmulo da insolência, querem protegêlos afastando-nos de lá. Escorraçando nossos fazendeiros dos vales do Cotingo, do Amajari e do Maú, pela intimidação resultante do terrorismo rural que patrocinam.

Caso persista a indiferença do Governo brasileiro, dentro em breve terão estabelecido ali outro *território de tribos independentes*, como primeiro passo de um novo *Pirara* e da perda definitiva daquela "terra de riquezas e delícias", que os brasileiros chamam de Roraima...

20

O Exemplo da Dina

Maria Dina era o nome da indiazinha simpática e desconfiada que minha mulher resolveu trazer conosco do Suapi. Meu batalhão realizava manobras na fazenda de Levindo de Oliveira, um bravo uberabense estabelecido no lugar havia muitos anos. Em suas terras, misturavam-se as atividades de mineração e pecuária como, aliás, era comum naquele famoso planalto que tivera um dia o nome de Eldorado.

O Estado-Maior do Exército determinara a realização de um exercício com tropa, dentro de uma hipótese realista, que lhe permitisse avaliar a conveniência de transferir para BV-8 o pelotão de Surumu. Já no final dos meus três anos de comando, julguei-me, não obstante, na obrigação moral de realizá-lo para não transferir ao meu substituto um oneroso encargo decorrente de proposta minha.

Foram 163 km de marcha a pé, subindo da Vila Surumu à Fazenda Suapi; daí à Vila BV-8 e, depois, descendo até a Fazenda Milagre, no alto Surumu. A limitação do apoio logístico disponível, então, no Comando Militar da Amazônia e a pobreza dos recursos locais obrigavam-nos a conduzir na mochila as rações e tudo o mais que fosse necessário ao combate e à sobrevivência, para não fugir ao realismo indispensável ao julgamento do Estado-Maior. Até hoje os velhos camaradas, participantes daquela verdadeira epopéia, recordam-se de tudo com muito orgulho e um pouco de saudade.

O *quadro tático* do exercício considerava uma *invasão do território nacional por um país estrangeiro*. E, de acordo com o plano estabelecido, ficaríamos dois dias em torno da fazenda, realizando escaramuças com a retaguarda do inimigo figurado.

Aproveitando-se disso, *Seu* Levindo, em sua extrema gentileza, trouxe de avião a Suapi algumas esposas que se encorajaram a visitar-nos em circunstâncias tão especiais. Ao cabo de duas jornadas de marcha forçada, subindo a serra com aquela mochila de chumbo, já extenuado, nada mais reconfortante que ser recebido nos braços de minha mulher.

Percorrendo a fazenda no dia seguinte, em companhia das filhas e da esposa do *Seu* Levindo, encontrou-se minha mulher com um grupo de crianças à margem do rio. Tomada de simpatia pela menina, convidou-a a ir conhecer Boa Vista conosco, iniciando assim uma longa e afetuosa convivência.

Macuxis de uma maloca próxima da fazenda, consentiram os pais de Dina, perante o juiz de Boa Vista,

que ela ficasse sob nossos cuidados enquanto desejasse. Trouxemo-la ao Rio de Janeiro e, mais tarde, a Brasília, onde cursou a escola primária. Depois, ajudando a criar nossos netos, com sua extrema devoção, concluiu o curso ginasial, em outras cidades do sul.

Professora formada, foi reencontrar-nos em Roraima, onde eu era então secretário de segurança. Admitida no quadro estadual do magistério público, foi designada para uma escola do interior, na Maloca do Caju, onde se destacou pela competência profissional e a invulgar liderança no âmbito comunitário. A influência de sua personalidade, conciliadora, digna e patriótica, opõe-se, desde então, ao separatismo antibrasileiro de outros índios seguidores dos "padres" marxistas europeus.

Ela ensina a bondade, o perdão, o amor e a solidariedade. Eles, o ódio, a vingança, a separação.

Ela propõe a criação de um órgão coordenador da comunidade, na Região da Serra, para impulsionar o ensino, facilitar a assistência médica e incentivar as atividades agrícolas e pastoris com propósitos de subsistência e comercialização dos excedentes, em moldes consentâneos com os costumes cooperativistas dos indígenas. Eles se batem pela criação de uma reserva macuxi na área, para cobrar *royalties* dos pobres garimpeiros que mal conseguem sobreviver do que restou da antiga abundância de diamantes.

Ela ensina as crianças a cantar o Hino, a reverenciar a Bandeira, a homenagear nossos heróis e grandes homens e a amar a nossa Pátria. Eles só deixam os filhos freqüentar escolas que *ensinam macuxi*

em vez de macuxi e português e distorcem a História para desfigurar nossos ancestrais.

Ela luta contra todas as deficiências e só recebe o apoio frágil dos irmãos de sangue. Eles são endeusados pela mídia e protegidos pelas autoridades...

21

O Declínio da Fama

Enquanto, na teoria, se discute em vão, há cinco séculos, a melhor forma de conviver com os nativos ainda selvagens, na prática, o que se tem visto ao longo da história é o prevalecimento sempre da "razão do mais forte", como ensina La Fontaine na fábula (*A razão do mais forte é sempre a melhor*). A mesma razão que tem presidido as relações entre os povos no correr dos tempos. A consciência de sua validade refreia os instintos destruidores, pelo temor da vingança e prestigia os mais fortes, pela ameaça maior que representam de torná-la mais cruel. Porque, se é obrigatório revidar-se os inimigos, que não sejam eles os mais temíveis, diz a lógica do amor à vida... E, como ensinava Sigmund Freud, nenhuma influência é maior que os instintos de conservação no comportamento humano. O sexo para a sociedade; o medo para o indivíduo.

Nos primórdios da saga européia pelo Novo Mundo, lusitanos e franceses aliaram-se a diferente tribos tupis, ocupantes da costa atlântica, transferindo-lhes as rivalidades trazidas de além-mar e assimilando-lhes as desavenças que as separavam. Jean de Léry, no livro *Histoire d'un Voyage*, refere-se com admiração à extrema lealdade dos tupinambás que, em seu dizer, "assim como odeiam os inimigos e os matam e comem quando podem, amam os amigos e aliados e não hesitam em morrer para defendê-los".[108] "Sustentam uma guerra sem tréguas contra várias nações deste país", diz ele ainda, "porém seus mais encarniçados inimigos são os indígenas chamados maracajás e os portugueses a eles aliados. Do mesmo modo não se limitam os maracajás a retribuir aos tupinambás esses sentimentos, mas odeiam também os franceses amigos deles".

"Esses selvagens se guerreiam não para conquistar países e terras uns dos outros, porquanto sobejam terras para todos; não pretendem tampouco enriquecer-se com os despojos dos vencidos ou o resgate dos prisioneiros. Nada disso os move. Mas eles próprios confessam serem impelidos por outro motivo: o de vingar pais e amigos presos e comidos, no passado. E são tão encarniçados uns contra os outros que quem cai no poder do inimigo não pode esperar remissão."[109]

"Em Pernambuco, entre o Paraíba e o São Francisco, os caetés hostilizam duplamente os potiguares ao norte e os tupinambás ao sul, embora pertençam, como as duas outras tribos, à imensa família dos tupis, cuja língua geral nunca foi entre elas uma razão para se apaziguarem. Têm

---

108 Jean de Lery: *Histoire d'un Voyage*. (Trad. BIBLIEX. Rio de Janeiro, 1961, p. 165.

109 *Ibidem*, p. 166.

lutado duramente contra Duarte Coelho e, a exemplo dos do Rio Grande, aceitaram a aliança dos franceses, bem recebidos nos seus portos ricos de pau de tinta."[110]

Ansiosos de garantirem então seus direitos sobre os achados a leste do meridiano de Tordesilhas, esforçaram-se os lusos, "mais do que prometia a força humana", para ocupar o Brasil, antes que os franceses o fizessem com o apoio do gentio. Na heróica ambição de dilatar o reino e propagar a fé, haviam percorrido oceanos infinitos, devassando o mundo e ilustrando a História. Era justo, pois, que lhes fosse dado, afinal, recolher os frutos de tanto sacrifício e receber as glórias da inédita epopéia. E não aos franceses que nada descobriram...

A formidável extensão a colonizar e a escassez de gente apta a fazê-lo indicavam-lhes a aliança com os indígenas como preciosa ajuda a ser por eles obtida. Os célebres e afortunados náufragos Diogo Álvares (o Caramuru), na Bahia, e João Ramalho, em São Vicente, garantiram-lhes boa acolhida entre tupinambás e tupiniquins. Mas, com isso, atraíram sobre eles a animosidade de caetés e tamoios, com aqueles desavindos. E, muito pior que isso, o ódio terrível dos tapuias (não tupis) do sertão, mais atrasados e ferozes que os tupis. Estar em paz com uns era declarar-se em guerra com os outros. Porque, no código de honra de americanos e europeus, era a vingança a prova maior da lealdade devida aos companheiros tombados em mãos inimigas. Não havia então alternativas a considerar na política de ocupação a ser estabelecida. Era cumprir-se a velha lei.

---

110 *In* Enciclopédia Larousse, T. II, p. 958.

Pensando assim, D. João III, no regimento de 17 de dezembro de 1548, baixado a Tomé de Souza, como orientação para o governo do Brasil, recomendava-lhe a construção da Fortaleza de Salvador, mandava-o proteger os índios amigos dos portugueses e fazer guerra aos que haviam hostilizado Francisco Pereira; determinava-lhe visitar a costa, reparar as cercas das vilas de cada capitania e proibir que entre elas traficassem os portugueses e mamelucos responsáveis por sublevações do gentio ocorridas no país; orientava-o no sentido de fazer com que os donatários se fortificassem para a defesa de suas capitanias e "assim, também os senhorios dos engenhos e fazendas se dispusessem nas suas torres".

Devia ainda o Governador-Geral "promover a fundação de engenhos de açúcar, impedir a ida de brancos às aldeias indígenas, exigir preços razoáveis das utilidades, preservar o real monopólio do pau-brasil, combater e destruir os selvagens infensos aos portugueses (sobretudo os tupiniquins de Ilhéus), vigiar a ordem e sustentar o domínio luso na vasta colônia..."[111]

Em sua lúcida visão da natureza humana, sabia El Rei ser o respeito ao poderio das armas e ao valor dos exércitos mais proveitoso que o tratamento gentil na conquista de amigos e parceiros comerciais... Se a intermediação de Caramuru e João Ramalho bem podia ajudar os portugueses em tão colossal empresa, muito mais haveriam de fazê-lo o temor dos canhões de suas naus e o receio da fúria de seus soldados. Porque a amizade resulta antes da admiração que do agradecimento.

---

111 *Ibidem*, p. 942.

Em 1640, por ocasião do malogro da poderosa esquadra de 87 velas ao mando do Conde da Torre, diante dos 41 navios dos holandeses que devia destruir, para então retomar-lhes as terras invadidas, lamentou o Padre Antonio Vieira: "Perderam os derrotados e tristes conquistadores o mar, perderam a terra, perderam a esperança. E nós que neles a tínhamos fundado, também a perdemos".

"Os que tanto costumados éramos a vencer e triunfar, não por fracos, mas por castigados, fazeis que voltemos as costas a nossos inimigos..."

"E aquele nome português, tão celebrado nos Anais da Fama, já o herege insolente com as vitórias o afronta; e o gentio de que éramos cercados, e que tanto o venerava e temia, já o despreza..."[112]

Parodiando o grande Vieira em sua eloqüente e amarga queixa, dir-se-ia com justiça que, dois séculos passados daquele fracasso, perderam nossos temerosos e tristes governantes o Pirara, perderam agora metade de Roraima, perderam a confiança. E nós, que neles a tínhamos fundado, também a perdemos.

E aquele nome brasileiro, tão celebrado nos Anais da Fama, já o estrangeiro insolente com as vitórias o afronta; e o gentio macuxi e uapixana que nos cercavam, e que tanto o veneravam e temiam, já o desprezam...

112 *Ibidem*, p. 990.

Leitura Complementar

ÍNDIOS SÃO NOTÍCIA NO EXTERIOR

Revista *Time* dá meia página aos ianomâmis.

"Ainda que mais de 22 mil índios ianomâmis, que vivem em condições semelhantes às da Idade da Pedra na América do Sul, não saibam, sua sobrevivência foi uma causa pela qual lutaram ecologistas e antropólogos durante 20 anos." Assim começa uma reportagem de meia página publicada na última edição da revista semanal *Time International*.

A reportagem fala de pressões que o Governo brasileiro teria sofrido por parte dos militares e de grupos econômicos vinculados à mineração, contrários à demarcação das terras dos índios ianomâmis, mas registra de maneira positiva que, no final de outubro, o Presidente Fernando Collor anunciou finalmente a demarcação daquelas reservas.

A *Time International* é vinculada à famosa revista *Time* e, apesar de americana e escrita em inglês, circula principalmente fora dos Estados Unidos, em países da América Latina.

(Transcrito de *O Globo*, 28 de novembro de 1991.)

22

A Herança Lusa

A enormidade do território brasileiro ao proclamar-se a Independência constitui, por si só, a maior glória de Portugal. Não há paralelo histórico para tão fantástica conquista. Era preciso outro *Os Lusíadas* para descrevê-la com a merecida gala.

Aquela gente escassa, multiplicando-se pelo heroísmo, lançou-se impávida oceano afora, expulsou os flamengos, perseguiu os franceses, afastou os espanhóis e se impôs aos índios para legar-nos, três séculos passados, este país imenso, com os limites definidos e integrado, de sul a norte, de leste a oeste, pela mesma fé e o mesmo idioma. Cabia-nos, tão-somente, preservar a herança formidável. E havê-lo conseguido, nesses quase dois séculos, contra a ambição estranha e a traição nativa, é também a nossa maior glória.

Mas, agora que a explosão demográfica aflige nações e governos, a antiga idéia de lançarem mão da Amazônia

para resolver o problema mundial de falta de espaço ressurge com perigosas possibilidades de generalizada adesão. Pois, se todos sabem que por trás da máscara de imperativo universal de sobrevivência está a ambição do Primeiro Mundo, seria de esperar-se maior solidariedade dos subdesenvolvidos à nossa causa. O silêncio deles é então sinal de terem sucumbido à propaganda da mídia dos países ricos. E também indica que nada mais impede a temida internacionalização, agora condicionada apenas ao número adequado de participantes da quadrilha em via de formação para assaltar-nos sob a égide das Nações Unidas.

Diante disso, só resta buscar-se inspiração no exemplo lusitano de sabedoria e audácia para não perder o ânimo de enfrentá-los. As Forças Armadas, responsáveis pela defesa da Pátria e imbuídas desse espírito ancestral, vêm adotando por isso, nos últimos trinta anos, algumas medidas com tal propósito. Fundou-se o Centro de Instrução de Guerra na Selva. Criaram-se bases aéreas, estações navais, batalhões de selva, batalhões especiais de fronteira, batalhões de construção e unidades diversas de apoio. Concentrou-se maior efetivo na área, mediante transferência ou desativação de órgãos e comandos de outras partes do país. Criou-se o Comando Militar da Amazônia. Ativou-se o Projeto Calha Norte. E, durante o "governo militar", implantou-se a Zona Franca de Manaus, construíram-se rodovias de ligação com o restante do Brasil, estabeleceram-se incentivos diversos para o comércio e a agropecuária na região e promoveu-se o desenvolvimento acelerado dos antigos territórios federais.

Tanto foram adequadas e eficazes as providências, que logo se viram contestadas e desmerecidas pela mídia e pela

igreja "progressista", representantes notórias dos interesses externos. Valendo-se da impopularidade do regime militar, conseguiram, afinal, paralisar parcialmente tudo que se fazia em benefício da Amazônia e em prol do Brasil, frustrando a população sofredora e desamparada daqueles confins imensos e selvagens.

A mesquinhez dos ressentimentos políticos sobrepunha-se desse modo aos interesses maiores da Nação, invalidando o titânico esforço e as avultadas despesas já realizadas. Vingavam-se destruindo a obra que, na verdade, só os beneficiava ao desencorajar o imperialismo estrangeiro e evitar futuros sacrifícios e percalços na defesa eventual da nossa terra.

O Brasil, com seu gigantismo e sua imensa potencialidade de riqueza e poderio, tentou decolar nos anos setenta. E quase o conseguiu.

Para prevenir a repetição dessa ameaça, surge a tentativa camuflada de acabar com o formidável império que nos foi legado, transformando-o em um punhado de republiquetas acorrentadas irremediavelmente aos poderosos blocos econômicos transnacionais.

Nesse maquiavélico propósito, acionam a poderosa "quinta-coluna" nativa para manter os índices calamitosos de inflação, incrementar o tráfico de drogas, estimular a corrupção, desacreditar as instituições políticas e governamentais do País e, com a colaboração da mídia, desmoralizar os brasileiros perante o mundo, como depravados, incapazes e criminosos.

Leitura Complementar

A AMEAÇA

Carlos Castello Branco

É provável que tenha faltado naturalidade ao encontro de ontem em Tóquio, dos presidentes do Brasil e dos Estados Unidos, programado para escassa meia hora. A insólita divulgação por autoridades norte-americanas de que Bush advertira o Governo japonês para não financiar o projeto de conclusão e pavimentação da estrada que, através do Peru, abrirá acesso de produtos brasileiros ao Pacífico criou entre autoridades nacionais a impressão de que o chefe do governo dos Estados Unidos estava atuando como uma espécie de *lobby* dos produtores de grãos do seu país. A estes não interessaria a melhoria das condições de competitividade do concorrente sul-americano, em condições de ampliar sua já notável produção de soja em Mato Grosso e Rondônia, que seguiria uma rota de 1.500 quilômetros (contra os quase 4 mil atuais) até um porto na bacia do Pacífico, na qual se concentra hoje a fome por esse e outros grãos.

O secretário-geral do Itamarati, embaixador Paulo Tarso Flexa de Lima, tem gasto nos últimos dias pelo menos 20% do seu tempo útil para tratar das questões ecológicas suscitadas contra o desenvolvimento brasileiro, não só nos Estados Unidos como na Europa. Ele acha que as pressões atuais são as mais chocantes que já se exerceram contra os projetos brasileiros, superiores mesmo, em escala e em tom, à campanha do governo Carter relacionada com a defesa dos direitos humanos. Para o secretário-geral do Ministério do Interior, José Carlos Mello, especialista em engenharia de transportes e que vem de uma viagem a Washington e Nova York, os americanos ainda não entenderan que a rota para o Pacífico está praticamente aberta, carecendo apenas de melhoramento das picadas abertas na selva (já foram derrubadas as árvores que teriam de cair), da construção de obras de arte e de pavimentação para que utilizemos o porto de Callao, no Peru, já por convênio aberto aos embarques dos nossos produtos. A estrada será completada com ou sem ajuda dos Estados Unidos ou do Japão.

A propósito lembra-se que, em 1960, quando o presidente Eisenhower veio a Brasília, numa conversa com Juscelino Kubitschek

no Palácio da Alvorada, ouvida por repórteres que a registraram na época, o chefe do governo do Brasil disse a seu colega dos Estados Unidos que se esse país quisesse nos ajudar seria ótimo. Se não quisesse ou não pudesse, iríamos para a frente assim mesmo. E se quisesse atropelar o Brasil, já não o conseguiria. Há alguma fanfarronice no tom desse diálogo que, sem dúvida, expressa uma determinação de governo de enfrentar pressões externas e internas para alcançar seus objetivos. Há a crescente impressão de mobilização de interesses financeiros para bloquear projetos de ocupação e desenvolvimento da Amazônia a pretexto de ameaças à ecologia, representadas por hipóteses ainda não consolidaas cientificamente.

O mundo industrial continua a produzir milhares de vezes mais calor do que os incêndios de matas tropicais. A Holanda parece temer que esses incêndios façam desabar a calota polar e aumentar o volume de água do Mar do Norte, que recuperaria as áreas perdidas na primeira operação antiecológica de vulto registrada na Europa, o aterro de faixas marítimas para a construção das belas e prósperas cidades holandesas. Lembra-se também que a França, recentemente, afundou um barco de ecologistas e pacifistas da Nova Zelândia que protestavam contra a explosão nuclear num atol do Pacífico. As áreas da Amazônia que seriam alagadas pela construção de todos os projetos hidrelétricos, até o ano 200 mil, atingiriam 0,2% da região. Impedir que o Brasil recorra às suas fontes naturais de energia seria vetar o progresso do país para favorecer competidores.

A questão dos índios não chega a ser levada a sério, a não ser por roqueiros excitados e atrizes brasileiras com a mente feita pelas campanhas ecológicas suscitadas por grupos cristãos europeus que difundem a crença de que o Brasil é incapaz de gerir o *pulmão do mundo*. Reunidas todas as tribos, os índios brasileiros somam menos gente do que a metade da população da Rocinha, no Rio, e ocupam uma área 20 vezes maior do que a reservada pelos Estados Unidos para suas tribos que escaparam ao genocídio dos séculos anteriores. De diplomatas ouvi a estranha idéia de que haveria na Europa e na América do Norte a tentativa de instalar na Amazônia um *zoológico humano* para distração das novas gerações que guardariam memória viva das civilizações primitivas. Alega-se também que as riquezas minerais da re-

gião, obviamente já identificadas, poderiam estar na base da paralisação do desenvolvimento da Amazônia.

Nacionalistas brasileiros lutaram pela criação das reservas ianomâmis no extremo norte, sob o receio de que o Governo fosse bastante fraco e permeável a infiltrações de interesses estrangeiros na exploração das ricas jazidas de minério da região. Hoje a suspeita é a contrária: os índios estariam sendo usados para impedir que o Brasil, um dia, entre na posse dessas riquezas. Para tanto vale tudo, até mesmo retirar do nosso controle a legenda de um herói popular como Chico Mendes, para fazê-lo um herói ecológico dos Estados Unidos, cultuado pela mídia desse país.

(Transcrito do *Jornal do Brasil*, Coluna do Castello, 20 de fevereiro de 1989.)

23

Catequese e pretextos ecológicos

No instante final de sua trágica agonia, perdoou Jesus os ímpios que, nos limites da condição humana, não puderam reconhecer-lhe a divindade e, assim, ignoravam o mal que faziam ao crucificá-lo. Porque só o arrependimento do pecado ou a inconsciência de havê-lo cometido merecem a misericórdia dos céus ou o perdão dos homens.

E, em seu extremo sacrifício, o próprio Mestre admitia o justo preço do perdão. Pois ensinava, nesse exemplo, não ser a graça devida a quem, sabedor do mal que causa, ainda sustente o ânimo de continuar a praticá-lo, como alguns índios de Roraima que, desprezando apelos e com-

promissos, invadem as fazendas, roubam o gado, rompem as cercas e incendeiam os campos, na sanha implacável insuflada em seus corações pelo clero subversivo.

A catequese política reacende invejosos rancores com o falso nome de idealismo, para justificar-lhes a violência e o fanatismo, mas não consegue silenciar-lhes a consciência. Quem sabe outros vinte anos de impunidade dos abusos acabarão por varrer-lhes da lembrança os outros duzentos de respeito e acatamento à Lei e, sem medo do castigo dos homens, deixem também de esperar a reprovação do céu?... Pois o mal que não se reprime nem se condena passa a ser uma nova visão do bem nas consciências perplexas e aviltadas. Odiai-os! Vingai-vos! É o que pregam "bispos" e "padres" em sermões pelas malocas, incitando à desordem e ao crime. Uns e outros sabem o mal que fazem e não merecem nem querem perdão... Quem talvez não saiba são as elites nacionais, quando, por timidez, demagogia ou ingenuidade, cedem às exigências do CIMI, ou às pressões das ONGs, com prejuízo do povo de Roraima, cada dia mais acuado, no fundo de quintal que ainda lhe resta.

Ansiosas por se livrarem do assédio de religiosos e estrangeiros reivindicantes de causas esdrúxulas em favor de índios e florestas da Amazônia, nossas elites dirigentes se vão rendendo às improcedentes e absurdas razões invocadas. E, com essa atitude, só fazem encorajar as ambições imperialistas do Primeiro Mundo. Mas, sabendo ou não, por fraqueza ou indiferença, vão riscando no mapa reservas e mais reservas, parques e mais parques, alheias a tudo que ali possa existir além de índios e macacos. O caboclo de origem nordestina, que sobrevive por milagre na sel-

va inóspita há mais de um século, sem INSS, sem salário mínimo, sem escola, sem hospital – esse nada merece. Se a tapera em que mora ficar nos limites da reserva, estará condenado a mudar-se. O que lhes importa é se exibirem como defensores de índios e florestas e inimigos de garimpeiros e empresários, sem se preocuparem com o entreguismo embutido nessa bandeira.

A mudança da capital fez com que os políticos e as elites dirigentes do país passassem a ver estrangeiros somente nas embaixadas, nos banquetes e nas cerimônias oficiais, onde comparecem com suas "peles de cordeiro". No Rio de Janeiro, a lembrança ou a vaga possibilidade de bombardeios ou desembarques aguçava-lhes o patriotismo. Agora nada mais os perturba, nada os intimida... Deixam a desgraça sobrevir para terem do que culpar os outros depois. Sua omissão rememora o abandono de Portugal pelos cortesãos de D. João VI. Embarcados em navios ingleses, não lhes interessava o destino da pátria invadida por Junot...

A nobreza das grandes causas convoca o idealismo e o patriotismo. E se abraçá-las é, para uns, o prelúdio épico da glória, para outros, é um sonho vão, sem nenhum sentido. Se há brasileiros capazes de imolar-se pela Amazônia, há também os que preferem, em vez disso, dividi-la ou entregá-la. E não fosse o temor da reação dos militares, comprometidos por juramento com a defesa da Pátria, já teriam cedido às ambições estranhas, para se livrarem do pesado ônus que lhe atribuem.

Ao invés, porém, de contribuírem para transformá-la em fonte de riquezas, como nos bons tempos da borracha, vão-lhe retirando os meios de desenvolver-se.

Vedam o acesso às suas regiões mais ricas, anulam o Projeto Calha Norte, impedem a construção de estradas e represas e estão tentando liquidar a Zona Franca.

Não há desculpa para não saberem o mal que fazem, pois têm obrigação de sabê-lo. E de nada vale seu tardio e vão arrependimento das vésperas de eleições. Quem trai a Pátria não merece perdão. Merece o repúdio e a maldição dos brasileiros.

Denunciar o erro, o abuso, a mentira e o crime é missão dos jornalistas. Mas, aliarem-se alguns deles aos detratores do Brasil, para lançar infundadas culpas nos outros brasileiros e escandalizar o mundo com o exagero dos nossos problemas, é traição. Mais odiosa ainda pela petulância de se julgarem acima de tudo e de todos e com direito de impor seus pontos de vista. E mais infame pela ignomínia de renegarem a própria nacionalidade, na presunção de assim se mostrarem imparciais.

Como se não tivessem os mesmos deveres, obrigações e compromissos dos demais! Como se não devessem retribuir com sua lealdade o que tiveram do País na herança invisível dos sentimentos, da cultura e dos valores... É claro que, também, se deve lealdade à família, à religião, aos ideias e a múltiplos compromissos e crenças. Nada, porém, pode ser mais importante, mais solene, mais obrigatório que o amor e a fidelidade à Pátria.

A Pátria encarna o presente que somos e o futuro que desejamos ser. No idioma, na mentalidade, na tradição, na fé, no sangue, na aparência, em tudo se carrega a sina e o privilégio de ser brasileiro. É impossível mudar essa fatalidade. Só se pode renunciar a ela, em troca de ou-

tra. Mas sempre haverá uma pátria, natural ou adotada, a exigir-nos o preito e a lealdade. O preito aos heróis entronizados pela História. A lealdade ao sublime, ao mítico e ao sagrado do ideário nacional.

A imprensa, tal como a História, registra apenas o que, a seu ver, merece ser sabido ou relembrado. E o faz com a frieza ou a paixão que os fatos provocam em quem os relata. Porque a mesma realidade pode parecer diversa, de acordo com a interpretação de cada um. Mas, se a realidade é o Brasil, é imperioso e justo mostrá-la também do lado bom e pintá-la de verde-amarelo.

Bastam os estranhos para tentar denegri-la, com acusações descabidas e razões falsas, inseridas na trama conspiratória contra o Terceiro Mundo. É revoltante e abominável vê-las agravadas em nossos próprios jornais e emissoras. Afinal, o prestígio da imprensa no regime republicano não deve frustrar-se pela atitude impatriótica de alguns. Ou, tampouco, pelo abuso da liberdade que se lhe assegura, para forçar a adesão ao pensamento antibrasileiro de uma minoria radical, mediante pressão ou chantagem de qualquer tipo.

Não se pode tolerar, em plena democracia, a uniformidade de opinião reveladora da censura sub-reptícia, que repete, por outros caminhos, a intolerância dos regimes totalitários. O pluralismo democrático consiste, justamente, em buscar-se o respeito mútuo e a boa convivência de vontades e interesses opostos. No realismo de sua base filosófica, considera que qualquer idéia ou situação apresenta aspectos positivos e negativos, favoráveis e desfavoráveis, bons e maus a serem aceitos igualmente.

Assim, se condenam nos jornais o aborto e a ligação das trompas, não poderão depois queixar-se de superpovoamento das cidades. E, se defendem a proliferação de reservas indígenas e parques nacionais pela Amazônia, com a retirada dos poucos brasileiros que ainda estão por lá, deverão calar-se amanhã, quando estrangeiros decidirem ocupá-la, por nos julgarem incapazes de fazê-lo.

É preciso, entretanto, distinguir essa consciência das desvantagens presentes em qualquer solução, da perplexidade ou vacilação dos indecisos. Diante das diversas faces de uma questão, a coerência e a dignidade obrigam a tomar-se uma só posição. Pois constitui demasiada hipocrisia declarar-se nacionalista e dar cobertura às manifestações das ONGs com pretextos ecológicos, ou apoiar reivindicações antibrasileiras dos indigenistas.

A verdade tem muitas faces, o patriotismo, uma só...

Leitura Complementar

UMA HISTÓRIA ANTIGA

EÇA E AS RIQUEZAS DO BRASIL

Carlos Tavares de Oliveira

Não é de hoje que as grandes potências consideram o Brasil incapaz de cuidar de seu território e de suas imensas riquezas naturais. No século passado impressionante reportagem na primeira página em *The Times*, maior jornal inglês, despertou interesse em toda a Europa, com evidente repercussão na Corte, no Rio de Janeiro.

Ao contrário do que ocorre hoje com a Amazônia – que não se quer ver explorada – , naquela época a preocupação estrangeira era com "a desapontadora magreza dos resultados advindos da grandeza dos recursos do Império do Brasil". Complementando esta observação, assinala a matéria: "Doze milhões de homens estão perdidos num Estado maior que toda a Europa: a receita pública, que é de doze milhões de

libras esterlinas, é muitos milhões inferior à da Holanda e à da Bélgica. Com uma linha de costas de quatro mil milhas e uma largura de duas mil e seiscentas milhas, o Brasil exporta em valor de gêneros a quarta parte menos que o diminuto reino da Bélgica."

Mais adiante, para compor a embutida tese intervencionista, critica o jornal londrino a ambição dos brasileiros de fazerem tudo por si mesmos, vendo com aborrecimento as grandes obras entregues à perícia estrangeira, ainda quando eles falham, custando ao País milhões perdidos. Porém, observa a contradição existente entre este sentimento dos brasileiros e a sua aversão "em agarrar o cabo da enxada, ou tomar a rabiça do arado, que é justamente o serviço que a natureza reclama dele".

E, completando o raciocínio, afirma: "Italianos, alemães, negros estão sendo importados para fazerem o trabalho duro que repugna aos senhores do solo. O brasileiro, ou tem de trabalhar por suas mãos ou então largar a rica herança que é incompetente para administrar".

A defesa do Brasil, na ocasião e na prórpria imprensa européia, brilhante e à altura, foi feita, nada mais nada menos, pelo célebre escritor e jornalista português Eça de Queiroz. Em seu livro *Cartas da Inglaterra*, pouco conhecido entre nós, Eça, indignado com a impertinência britânica, registra o acontecimento comentando-o com observações oportunas e mordazes, como do seu estilo. Embora admitindo não ter autoridade para apreciar as contundentes revelações feitas, por nunca ter visitado o Império, o escritor ironiza o destaque dado à matéria dizendo que "elas enchem, no *Times*, vasto como é, mais espaço que o próprio Brasil ocupa na América do Sul".

Para justificar a tese, já no embrião, àquela época, segundo a qual, com o tempo, "todos os grandes recursos da América do Sul entrarão no patrimônio da humanidade", ressalta o jornal que a civilização não poderá permitir que tão ricos solos permaneçam estéreis e inúteis. Mais adiante, ao reiterar a absurda proposição, afirma que os países sul-americanos "atuais ocupantes do solo terão gradualmente de desaparecer e descer àquela condição inferior que o fraco temperamento lhes marca como destino". Falando especificamente sobre o Brasil, prevê o *Times* que "terá de escolher entre semelhante futuro ou então o trabalho, o duro esforço pessoal, contra o qual tem se rebelado". Eça, ao reclamar da "ferocidade" dessas afirmações e negras previsões – felizmente não

concretizadas – aduz que "nunca se escreveu nada tão ferino". Fulminando esses abusivos comentários do periódico londrino, o escritor foi violento: "É o sistema de expropriação por utilidade da civilização. Teoria favorita da Inglaterra e de todas as nações de rapina..."

Porém, reconheceu a "autoridade formidável" do maior jornal europeu da época, como formador da opinião pública da Inglaterra e do Continente. Por essa razão, diz ele, não podia deixar de recolher suas palavras e procurar restabelecer a verdade. No final do seu artigo, Eça de Queiroz chega a se desculpar da veemência empregada na defesa da causa brasileira, reconhecendo que "por vezes, nestas linhas, fui menos reverente com o *Times*".

Como se verifica, há cem anos, o Brasil era acusado de não explorar suas riquezas naturais. Quando, afinal, se dispõe a aproveitar racionalmente – em seu próprio benefício – as invejáveis reservas da Amazônia, levantam-se, outra vez, as grandes potências com novas ameaças de inaceitável interferência em assuntos territoriais, da exclusiva alçada dos brasileiros. Com os antecedentes relembrados, soa estranhamente essa idéia de "renúncia parcial de soberania" para países como o Brasil, agora apregoada pela França no bojo de proposta para criação de uma autoridade internacional para o meio ambiente.

Contudo, essa enorme celeuma internacional em torno da Amazônia talvez sirva, não só para unir todos os brasileiros na preservação do seu território, como também para alertar o Governo sobre a grave e intransferível responsabilidade que lhe cabe de evitar as execráveis queimadas e derrubadas ilegais de florestas.

(Transcrito de *O Globo*, 19 de março de 1989.)

24

A Exorbitância da Lei e a Deturpação do Idealismo

Democracia é o respeito à Lei, disse Rui Barbosa. E com uma simples frase resumiu o que é fundamental nessa forma de governo. Primeiro, o equilíbrio necessário entre direitos e deveres, obtido pela limitação da liberdade de cada um, de modo a poderem todos ser igualmente livres. Segundo, a primazia da Lei e do Direito em contraste com a insegurança dos regimes autoritários. Terceiro, a importância de que as leis expressem com fidelidade a consciência da população para garantia de serem acatadas. Porque, se não houver limites à liberdade, só os poderosos terão direitos; se as autoridades se colocarem acima da Lei, não haverá respeito a esses direitos e se a lei

não for mais que um disfarce da injustiça e do abuso, não será legítima.

É o caso de medidas pretensamente legais, mas que não passam de flagrantes arbitrariedades e atentados à Democracia, como a criação de gigantescas reservas indígenas, para atender escusos interesses entrangeiros, sem consulta à sociedade brasileira. Como os privilégios concedidos graciosamente a índios e "padres". Como a manutenção das riquezas minerais sob jurisdição federal, inacessíveis e inúteis, enquanto a pobreza aflige os brasileiros e, nos países vizinhos, a regulamentação inteligente estimula o enriquecimento de quem se disponha a explorar as mesmas jazidas, na parte que lhes cabe. Como a ingerência indevida de órgãos e instituições federais nos estados mais fracos, a título de fiscalizarem dispositivos legais de sua alçada. Como as regalias dadas a criminosos pelos tribunais em detrimento da segurança dos habitantes da região. Como o condicionamento de seus projetos energéticos, de transportes e de comunicações ao aval da União e tantas outras.

Realmente, para o Norte e o Nordeste não fez diferença o grito de D. Pedro I. Mudou apenas a metrópole. A arrogância e a prepotência de certos emissários de grupos poderosos nacionais e estrangeiros não são menores que a dos mandados por Lisboa. Mas os portugueses não disfarçavam seu absolutismo com palavras enganosas, como Democracia, Liberdade, República e Federação. Cumpriam fielmente o que deles se esperava: vigiar a ordem e sustentar o domínio. Porém, em compensação, os recursos com esse fim carreados para essas regiões, bem como as melhorias de

infra-estrutura promovidas favoreciam-lhes o desenvolvimento e a segurança.

Alguns representantes das elites nacionais em vez de fazerem, também, o que lhes compete, prestam-se ao papel demagógico de se aliarem a criminosos e desordeiros contra os governos locais. Impregnados então de naturais ressentimentos, passam a hostilizar os estados com o boicote de verbas e o retardo de seus pleitos administrativos, sem justa razão, para sujeitá-los a uma dominação mais completa que a dos tempos coloniais e também mais amarga, porque obtida pela chantagem.

Não menos triste é o cerceamento da economia regional com sucessivos pacotes de reforma econômico-financeira, e embaraços de toda ordem colocados na Zona Franca. Pois, na verdade, o que é bom para São Paulo, pode ser ruim para a Bahia e péssimo para Roraima. E, além disso, a excessiva centralização em um país de porte continental como o nosso, ao invés de promover a integração, cria insatisfações e desperta tendências separatistas. A perenidade da União deverá fundar-se antes no interesse dos estados-membros em preservá-la, que em grilhões impostos à força. Interesse que pode restringir-se a certas atividades importantes de responsabilidade obrigatória da União: a Defesa Externa e Interna, as Relações Exteriores, a Moeda, a Justiça Federal e a Política de Desenvolvimento, entre outras.

Tudo que esteja ao alcance dos estados lhes deve ser deferido. Porque é mais provável que os roraimenses façam melhores leis para regular a vida em seu estado que os rio-grandenses ou os mineiros, que não conhecem de per-

to suas dificuldades, para poderem elaborá-las com as virtudes descritas por Rui Barbosa.

É pouco provável que legisladores de Roraima proibissem os garimpos, as madeireiras, a pecuária, a agricultura, a prospecção do petróleo e a construção de represas e estradas, por causa de índios e do meio ambiente. De qualquer modo, o enriquecimento rápido resultante da liberdade resolveria, então, os problemas energéticos, de transportes, de comunicações, de controle ambiental, de saúde pública, de segurança, de justiça, de educação, de apoio às comunidades indígenas, de comércio e tudo mais.

Será assim mais inteligente e proveitoso respeitar a autonomia dos estados, deixando-os enriquecer e crescer livremente, que mantê-los jungidos a leis inibidoras do progresso e ter de sustentá-los com subsídios e financiamentos intermináveis. Porque, afinal, não é justo exigir-lhes o pagamento de dívidas e ao mesmo tempo impedi-los de exercer as atividades econômicas que os tornem capazes de fazê-lo. Se querem transformar esses estados em reservas indígenas e florestais, não podem esperar, como resultado, que sua economia floresça e suas finanças se equilibrem.

Se tivermos de voltar à Idade da Pedra, teremos de nos transformar em trogloditas...

Idealismo é crença. É nobreza. É renúncia. É sonho de perfeição, que toma conta da alma e se transforma em paixão. É muito mais que um desejo, uma esperança, uma promessa. Sem chegar também a tanto que afaste de si o juízo, virando o sonho loucura e a vida uma obsessão. Como a utopia enganosa que, em vez de ideal, dá aos tolos ilusões e fantasias. E como a insana violência que o fanatis-

mo produz. Violência pela violência, que deixa as causas da luta pelo prazer de matar. Não é ideal a ambição. Nem é ideal a cobiça. Ambas são males do egoísmo e lhes falta o fogo sagrado da virtude e da razão, que ilumina as grandes causas e incendeia os corações.

Ideal legítimo, autêntico, formidável foi o daqueles sessenta e dois pára-quedistas que foram impor respeito ao solo roraimense violado por países vizinhos. O Brasil reclamava a presença deles. Era, pois, a hora de cumprirem o juramento solene de defender-lhe a honra e a integridade. Pouco importava saber se iriam ganhar mais e quanto tempo teriam de ficar tão longe. Deviam ir e foram, cabendo-lhes, então, a honra de enfrentar a maior ameaça, como integrantes dos pelotões de Bonfim e Normandia.

Ali, naqueles desolados lugarejos, à margem dos Rios Maú e Tacutu, onde passa a fronteira, eles mesmos ergueram os tapiris em que teriam de viver aqueles três anos. Em redor era o lavrado imenso e deserto. E o silêncio melancólico só era quebrado pelos toques plangentes da corneta, as vozes de comando e o som abafado da cadência dos desfiles. Pela manhã, a Canção da Fronteira e o Hino Nacional, além do eco dos exercícios de tiro. Era preciso inventar patrulhas, reconhecimentos e competições desportivas, além da alfabetização dos indígenas e caboclos, do serviço de assistência médico-social e o cultivo da agricultura de subsistência, para não enlouquecerem de tédio. Com a chegada do inverno de 1969,[114] o lavrado virou arquipélago. Não havia como chegar lá por terra. Nem pelos rios, devido à

114 Chama-se de inverno, em Roraima, a estação chuvosa que vai de maio a setembro.

forte correnteza e a inexistência de embarcações apropriadas. Para ir de avião, não havia verba. Estavam isolados do mundo e com alguns casos graves de malária e hepatite, além da necessidade de serem reabastecidos. Só a muito custo conseguiu-se socorrê-los...[115] Mas, jamais reclamaram qualquer coisa. Valia a pena vê-los, naqueles ermos em que vegetavam, desfilando imponentes e vibrantes como ninguém...

Ideal magnífico e digno de admiração era o daquelas professorinhas, ensinando o bê-a-bá pelas fazendas e malocas do interior, sem cobrar nada. Só por amor ao Brasil. E, também, o das freiras e padres da missão de Surumu, alfabetizando os índios e prestando assistência a todos. O dos doutores Silvio Lofego Botelho e Manoel Bento, que enobreciam a Medicina com a extrema dedicação aos doentes e o total desinteresse de retribuição material. O dos pilotos da FAB, com sua coragem de sobrevoar todo dia a selva infinita em aviões antigos, com precário auxílio à navegação e tendo que descer em rios e pistas inçados de perigos. O dos policiais daquele tempo, sem armamento, sem viaturas, sem dinheiro, mas cumprindo com rara eficiência, na capital e no interior, sua espinhosa e nobre missão de manter a segurança pública. O dos funcionários da SUCAM, metendo-se sertões adentro, na ânsia cívica de debelar a malária e a febre amarela, sem reclamar dos baixos salários e da Carência de meios e recursos.

115 A disponibilidade para o batalhão no único vôo mensal da FAB para a fronteira (LIA-1) era de apenas 230 kg. Considerados os efetivos dos pelotões de Normandia, Bonfim e Surumu, no total de quase cem homens, isso era muito pouco, quando não se podia contar com outro meio de transporte.

Isso é ideal. Não o exagero de certos ambientalistas, querendo voltar ao tempo das cavernas para salvar o planeta. Pode-se evitar prejuízos ecológicos sem a histeria de ameaçar com o fim do mundo. Um ideal pode ser inatingível, mas não pode ser absurdo.

E muito menos se pode chamar de ideal a conspiração criminosa de alguns "padres" com os índios transviados, para arrancar outro pedaço de Roraima, com a criação pretendida da reserva indígena Raposa – Serra do Sol, em uma parte do estado povoada, há dois séculos, por brasileiros. Agem pela violência, seguindo a conhecida receita da guerrilha: intimidar para subjugar. E nem sabem mais por quê. O terrorismo, a violência deixou de ser o processo para ser o objetivo. E violência não pode ser ideal de ninguém. Bandido não pode ser herói. Bandido é bandido mesmo.

25

O Garimpo e a Tecnocracia

O devassamento e a povoação do Brasil se devem principalmente à indústria extrativa, à pecuária, à agricultura e à mineração. Os fortes, as capelas, as estradas, as vilas e as cidades vieram no rastro do interesse que elas criaram. E viraram ruínas quando o interesse acabou...

Porque a vida civilizada requer condições de conforto, segurança, saúde e cultura, que só a riqueza pode oferecer. E nossa história conta a busca da riqueza em sucessivos ciclos econômicos marcados pela importância comercial predominante de alguns produtos. Como o pau-brasil, a cana-de-açúcar, o ouro, a borracha e o café. Onde maior é a riqueza, mais avançada é a cultura. Mais requintada e nobre é a vida. Mais poderosa e respeitada é a nação.

Ela nasce da iniciativa dos indivíduos para engrandecer a sociedade. Ao contrário da honra, que a força

social impõe a cada um. E se a desonra é para o cidadão uma desgraça, para o país maior desdita é a miséria, que sufoca a honra e tudo mais...

Coibir a iniciativa pessoal é decretar o fim do progresso. E acabar com os ricos. Mas é, também, acabar com os pobres. A riqueza não é boa nem má, é a riqueza. É um bem, um instrumento social. Nesse sentido, é inútil e insano querer julgá-la em termos éticos. O que pode e deve ser julgado é o procedimento das pessoas ricas ou pobres. Não a riqueza em si. Nem o justo desejo de enriquecer, que ingenuamente condenam nos garimpeiros e mineradores, esquecidos de que eles apenas repetem os feitos de nossos antepassados bandeirantes e entradistas.

Em cinco séculos, não se tem registro de nenhuma calamidade decorrente de seus achados de ouro ou de esmeraldas em Minas Gerais, São Paulo, Goiás e Mato Grosso. Só agora se fala do envenenamento pelo mercúrio. Dos buracos dos desmontes. Da morte dos peixes. Da contaminação dos índios. E de mil motivos para amaldiçoar o garimpo e impedir que retiremos as nossas riquezas do fundo da terra, favorecendo os interesses externos.

Fazem os pobres fazendeiros roraimenses se passar por latifundiários e invasores de terras indígenas. Quando se sabe que os índios, em estado selvagem, não tinham noção de propriedade. Não se importavam que outros habitassem lugares por eles desprezados, desde que não os hostilizassem. Pois afinal, a região era bastante ampla para permitir que vivessem em paz, lado a lado. E quando os portugueses introduziram a pecuária, criando riquezas e despertando interesses, todos se beneficiaram igualmente, como

também todos têm enriquecido com o ouro e o diamante que garimpam juntos.

Se as riquezas, porém, tiverem de ficar embaixo da terra, por força de leis absurdas de governos pseudodemocráticos, não haverá mais interesse e também não haverá povoamento nem progresso no estado. Não será essa verdade suficientemente clara para a inteligência das elites? Pretenderão mesmo acabar com Roraima? Por que? Meros ressentimentos de desencontros policiais e judiciários?

Seja o que for, é muito duvidoso o patriotismo dos tecnocratas, com sua ânsia de exibir austeridade a expensas dos desbravadores da Amazônia. Sonegando-lhes verbas. Inviabilizando-lhes os projetos. Destruindo-lhes as esperanças...

Logo após o espancamento secreto do Garimpo Santa Rosa, tentamos consultar a famosa portaria interministerial que, segundo soubera em nossa despedida de 1982, teria proibido a passagem de brasileiros para oeste do meridiano de 62º em Roraima.

Na Secretaria de Segurança e na Polícia Militar não se encontrou nada. Tampouco no Gabinete do Governador, na Polícia Federal ou na FUNAI. Alguém lembrou, então, a possibilidade de se tratar de documento sigiloso. E, embora parecesse uma hipótese absurda para a divulgação de uma medida que, para ser cumprida, teria de ser do conhecimento público, solicitei novas buscas nos arquivos sigilosos dos órgãos citados, pois, afinal, tudo se podia esperar.

Dito e feito. Na Casa Militar do Gabinete do Governador encontraram uma cópia já amarelecida e qua-

se ilegível, de tão apagada. Era uma Portaria reservada. Referia-se a uma área indígena então inexistente, que coincidia com a atual Reserva Ianomâmi. Custava crer que três ministérios tivessem expedido juntos um documento com razões tão inconsistentes para justificar providência de tamanha gravidade.

O assistente jurídico da Secretaria opinou que a interdição, para ter validade, teria de ser determinada em lei ou decreto federal. Julgou, também, inconstitucional a criação de reservas indígenas na faixa de fronteira. E que, portanto, mesmo se fosse promulgada em decreto-lei, ainda seria ilegal.

Com base nesse parecer, sugeri ao governador o desconhecimento da medida, não só pela nulidade, como pelo evidente e suspeito exagero das dimensões da área que pretendiam interditar.

O Governador Getúlio Cruz concordou, em princípio, com as minhas razões. Recomendou, porém, cuidado no relacionamento com a FUNAI e a Polícia Federal, em virtude de pressões que faziam em Brasília para a minha saída.

Na verdade, fora nomeado para conciliar interesses de facções políticas locais, que não aceitavam um homem de partido para a Secretaria pelo receio de represálias ou perseguições no campo policial. Minha indicação partira de um colega e amigo, General Rubens Dennys, em vista do meu passado na área, como primeiro Comandante da Fronteira.

Não obstante o meu amor por Roraima, seria indigno, entretanto, violentar a consciência para permanecer no cargo. E, daí em diante, ignorei totalmente quaisquer solicitações para a retirada ou a prisão de pessoas tidas como

invasoras da pretendida reserva. Com o tempo, essa atitude – dentro do possível – foi, também, adotada pela Polícia Militar. E, em meados do ano seguinte, o movimento para os garimpos na área se intensificou, chegando ao auge em fins de 87, quando os protestos internacionais aumentaram.

Em Boa Vista, o comércio florescia. Grandes boiadas chegavam de Goiás e Mato Grosso. Plantações de arroz surgiam nas margens do Rio Branco. O cultivo do cacau florescia em São Luiz do Anauá. Enfim, sentia-se no ar o cheiro do progresso.

De repente, equipes da Polícia Federal se espalharam pelos garimpos. Cortaram a gasolina da aviação em Boa Vista. Dinamitaram várias pistas dos garimpeiros. Políticos e delegados exibiam-se na televisão, inspecionando heroicamente o resultado das explosões. E, depois de duas semanas, foram embora, deixando para a Polícia Militar a missão de impedir o acesso ao Brasil proibido, do outro lado dos 62º.

O perímetro a vigiar, na parte correspondente ao meridiano, se estendia por 240 km de selva compacta e inacessível a viaturas. Daí, eram mais 100 km para oeste, ao longo do projeto da Perimetral Norte. Era uma extensão equivalente ao trecho do Reno, entre Basiléia, na Suíça, e Arnhen, na Holanda, que faz a fronteira entre a França e a Alemanha. Ou quase a distância do Rio a São Paulo.

O único batalhão da PM de Roraima não chegava a 500 homens. Cabia-lhe assegurar a ordem em sete municípios de um território do tamanho do Rio Grande do Sul. Policiar o trânsito em Boa Vista e Caracaraí. Garantir a segurança das autoridades locais. E guarnecer as duas peni-

tenciárias, os próprios quartéis e o Palácio do Governo, além de outras missões policiais.

É fácil de ver a inviabilidade da nova missão atribuída à PM. Porque mesmo que a confiassem a todo o Exército ainda seria inviável. Só os tecnocratas do Planalto negavam essa evidência, para não terem de admitir o erro de haverem criado uma reserva imensa e incontrolável, em vez de outras quatro de dimensões razoáveis, onde realmente havia índios. Por coincidência, não se tinha notícia da existência de riquezas minerais nesses lugares. Portanto, garimpeiro nenhum iria incomodá-los. E não haveria necessidade de onerar o estado com missões impossíveis de proteção a índios imaginários.

Passados aqueles momentos desagradáveis de veladas ameaças de intervenção federal e de substituição do Governador Roberto Klein, a Polícia Militar teve de ser desviada de suas missões precípuas para atender às imposições de Brasília. No fundo, queriam encontrar um "cristo" para ficar responsável pelo que viesse a acontecer...

Mas, apesar dos esforços da PM, as invasões continuaram. E, por três vezes, já se viu na TV a retirada dos garimpeiros, com policiais federais acionando o explosor das cargas de dinamite nas pistas clandestinas... E o pior é que os índios resolveram valer-se de sua nova identidade ianomâmi, para transitarem, sem medo dos antigos inimigos de outras tribos, por toda a área que lhes foi reservada, à procura do ouro que os garimpeiros lhes ensinaram a retirar dos igarapés. O novo interesse os fez esquecer rivalidades e preconceitos. E também tradições e costumes. Trocaram a panela de barro pela vasilha de alu-

mínio e o caxiri pela cachaça. Em vez do arco passaram a usar a carabina e já sabem falar português.

Ao misturar índios de diferentes grupos na mesma reserva, o Governo federal, ao invés de preservar suas respectivas culturas, condenou-as à extinção. E não havendo mais índios a proteger, ou levam outros índios para lá, ou arranjam outra desculpa para separar de Roraima aquele pedaço...

26

O Restabelecimento da Ordem e a Retomada do Progresso

Não compreendia Grünberg por que os índios preferiam morrer de fome e sede no lavrado, pela inclemência da seca de 1913, a buscar salvação na selva exuberante e despovoada. E hoje, passados oitenta anos, não se compreende também, por que as pessoas têm de morrer de fome no Nordeste e nas favelas das grandes cidades, ao invés de buscarem salvação nas riquezas imensas mantidas ao sopé das serras de Roraima.

Para Grünberg a explicação estava no temor que as flechas mortais dos xirianás inspiravam. Para os brasileiros, a razão de não poderem ir atrás do ouro está no interesse das grandes mineradoras estrangeiras em mantê-lo escondi-

do para não influir no mercado mundial. Só a nossa elite finge não saber disso com medo da reação externa. Porque as pressões são, realmente, muito fortes.

E se, na esperança de poder diminuí-las, fossem facultados aos estrangeiros direitos iguais na exploração, permitir-se-ia que repetissem o que fizeram com o petróleo, adonando-se das terras e depois negando simplesmente a existência do tesouro embaixo delas, sem precisarem mais dos índios para isso. A única solução, portanto, é criar coragem e fazer valer a soberania nacional, evitando, se possível, repercussões desfavoráveis e represálias.

Primeiro que tudo é preciso anular a criação da Reserva Ianomâmi, diante das provas de fraude aqui apresentadas. Em seguida, regulamentar a exploração do ouro, do diamante e de outros minérios por pessoas físicas e empresas, de modo a estimular a atividade, sem prejuízo do recolhimento dos tributos devidos. Finalmente, controlar o trânsito e a permanência nas áreas concedidas, para prevenir a criminalidade e a transposição desautorizada da fronteira.

As rendas obtidas com a arrecadação bem feita dos tributos e a compra e venda do ouro pelo Banco do Brasil ajudarão a liquidar as dívidas interna e externa, compensando a má vontade das mineradoras com a boa vontade dos bancos. Os lucros dos garimpeiros e das empresas poderão financiar a expansão da agropecuária, a abertura de estradas, o asfaltamento da BR-174, a construção de uma usina hidroelétrica, os projetos para melhoria das malocas indígenas e o crescimento do comércio e da pequena indústria.

O Governo de Roraima poderá, então, aumentar seu efetivo policial, aperfeiçoando a segurança pública

e poderá também contratar mais professores e funcionários para as Secretarias de Educação e Saúde. A riqueza circulante fará esquecer rixas e ressentimentos entre índios e civilizados, criando-se no interior um clima favorável à atividade econômica.

É importante saber, além disso, que o crescimento de Roraima constitui fator decisivo no confronto geopolítico com a Guiana e a Venezuela. E já é tempo de inverter a humilhante situação de inferioridade brasileira diante desses países, que se reflete nos maus tratos infligidos aos nossos patrícios em seus territórios. Porque nenhuma diplomacia é melhor que o Poder ou a Riqueza para fazer amigos...

Nos primórdios da Humanidade, os indivíduos, isolados uns dos outros e agindo ao sabor dos inescrutáveis e cruéis desígnios da Natureza, digladiavam-se incessantemente entre si, em irracional e inútil extermínio.[119]

Em algumas épocas, porém, cansados dos sobressaltos desse ambiente de guerra de todos contra todos, desistiram afinal de viver sós e buscaram prover sua ingente necessidade de proteção, reunindo-se em grupos e elegendo chefes que lhes assegurassem a ordem e pudessem conduzi-los vitoriosamente nas intermináveis guerras que empreendiam.[120]

Desse modo, o espírito de luta e a tendência à cooperação, atuando embora em sentidos opostos, haveriam de criar, na figura do chefe, o primeiro e fundamental elemento das instituições políticas.[121]

---

119 Herbert Spencer. *Social Statics*. Londres. John Chapman, Parte II, p. 322.
120 Thomas Hobbes. *Leviathan*. Nova York. Everynan's Library. Parte I, Cap. 13 e 17.
121 Leslie Lipson. *Great Tissues of Politics*. Trad. Thomaz Newlands Neto. Rio. Zahan Editores, 1967, pp. 56 e 57.

A capitulação do indivíduo diante do caos é, portanto, a causa maior do surgimento da autoridade e, também, da fixação de novos parâmetros para a convivência humana, expressos, em seu conjunto, no imaginário pacto social, em que cada um cede uma parcela de liberdade em prol da maior segurança de todos.[122]

De fácil formulação teórica, o pacto social revela, contudo, sua enorme complexidade, quando se tem de definir quanta liberdade se vai ceder, em troca de qual segurança. Demasiada segurança pode se confundir com tirania. Muita liberdade pode ser a anarquia e a volta ao primitivo caos.

No caso brasileiro, os melhores resultados vieram do modelo dualístico. Quer dizer, da separação entre Política e Economia. Porque o gigantismo do país requer força política agregadora e livre iniciativa estimulante, como no Estado Novo de Vargas e no regime militar até o governo Geisel, inclusive, quando a economia, beneficiando-se da ordem reinante no país, cresceu vertiginosamente. E a interferência governamental limitou-se via de regra ao estímulo dos investimentos de caráter estrutural, como energia elétrica, estradas, saúde pública, educação e, sobretudo, segurança.

Os governantes monopolizavam o poder político mas, obedientes ao figurino liberal, deixavam os empresários fazer o que lhes aprouvesse em seu setor de atividade. Com a melhoria das condições estruturais e a autonomia no campo econômico compensavam a restrição das liberdades políticas. Sobretudo nos estados do Norte, Nordeste e no Centro-Oeste.

---

122 *Ibidem*, p. 71.

Regressamos aos primórdios. É tempo então de recriarmos instituições políticas e judiciárias que permitam restabelecer a ordem e retomar o progresso. Sem querer imitar ninguém. Seguindo nosso próprio caminho. Alheios a preconceitos estúpidos e temores infundados. Atentos, somente, aos magnos interesse da Pátria e ao bem-comum dos brasileiros. Nada mais. Em um formidável projeto nativista, que transforme os milhões de miseráveis deste grande país em agentes prósperos de uma possante economia, pelo aproveitamento racional, justo e bem dirigido de nosso imenso território e de nossas riquezas inesgotáveis.

É preciso redescobrir o Brasil, o Brasil do século XXI, quinhentos anos depois de Cabral. Com um povo de brancos, negros e índios, todos misturados e unidos pelo mesmo sonho de grandeza. Um povo simples, generoso e nobre. Inteligente, destemido e forte. Capaz de sacrifícios e milagres.

Leitura Complementar

AUSÊNCIA DE GOVERNO CRIA UM PAÍS A OESTE DE RORAIMA

João Sant'Anna

A ausência de governo criou um país a oeste do meridiano 62°, a uma hora de vôo de Boa Vista, a capital do recém-nascido Estado de Roraima, na fronteira do Brasil com a Venezuela, em plena floresta amazônica.

É um país muito rico: tem reservas de bilhões de dólares, só em ouro e cassiterita, a matéria-prima do estanho, e outros tantos bilhões em diamantes, cobre, prata, bismuto, zinco, nióbio, molibdênio e minerais radiativos.

O direito de exploração de toda essa riqueza está requerido por

21 grupos, que reúnem das mais importantes empresas mundiais de mineração aos maiores pilantras brasileiros.

A população é pequena e primitiva: mil índios e 45 mil garimpeiros, que invadiram a região nos últimos 2 anos, vindos dos mais diversos pontos do Brasil.

De agosto de 1987 até agora, este país produziu 25 toneladas de ouro, qualquer coisa em torno de 300 milhões de dólares, mais do que faturou no ano passado o grupo Votorantim, a 96ª maior empresa brasileira. Um PIB *per capita* de US$ 5.769, sem contar a produção local de bens e serviços. O ouro é a moeda e, nas relações de troca com os países vizinhos, se vive aqui um período de deflação: as coisas custam cada vez menos.

Culturalmente, é um país muito estranho: convivem uma civilização comunista da idade da pedra e as últimas aventuras capitalistas do final do século XX, que empregam rudimentares sistemas de recuperação de ouro e o que há de mais moderno em termos de tecnologia de transporte aéreo e comunicações.

Como qualquer país amazônico, está sob violenta pressão internacional, que se alimenta de sonhos individuais – como a campanha da dupla Raoni-Sting – e da cobiça, dos interesses e das aspirações de grandes organizações – empresas, movimentos ecológicos, seitas religiosas e governos estrangeiros.

Um desses governos estrangeiros é o do próprio Brasil, que, no começo do ano, tomou em sua capital, a milhares de quilômetros de distância, a seguinte decisão – por decreto: o total dos 4,4 milhões de hectares de extensão deste eldorado, que tem uma área 40 vezes maior que o município do Rio de Janeiro, equivalente a 19% da superfície do Estado de Roraima, 2,6 milhões de hectares seriam florestas nacionais e 1,7 milhão de hectares, áreas indígenas.

E para mostrar que não estavam brincando, os ministros brasileiros da Segurança Nacional e do Interior enviaram ao Congresso um projeto de lei que permite remover toda a ocupação econômica deste país, apreendendo máquinas, instrumentos de trabalho e confiscar os bens desses aventureiros.

O único problema é que está complicado convencer o Comando

Militar da Amazônia a empregar seus soldados, treinados em guerra na selva, para botar em prática essa decisão de gabinete, que só pode ser aplicada à força sobre milhares de pessoas enraizadas por ali. Os militares, por questão de fronteira, vêem com muito bons olhos essa invasão, que para eles evita outras – de países estrangeiros.

(Transcrito do *Jornal do Brasil*, 25 de junho de 1989.)

O CAOS

João Ubaldo Ribeiro

A maior parte de nós, brasileiros, ao contrário do que nos querem levar a pensar, vive sob ditadura. Há a ditadura básica, dos que estão por cima da carne-seca, ou seja, os muito ricos e privilegiados, os muito poderosos que ganham dinheiro com a inflação e a miséria, não pagam os impostos com que se arrocham os assalariados e, em última análise, estão se lixando para o destino da Nação, a não ser que a Nação resolva a sério consertar este estado de coisas, caso altamente improvável em que eles iriam embora, gastar o dinheiro que têm lá fora. E há as diversas subditaduras, cuja proliferação é conseqüência direta ou indireta da existência da primeira.

Há a subditadura dos bancos, que toma nosso dinheiro, nos trata a pontapés e prospera esplendorosamente sobre a pauperização geral. A dos burocratas, que nos impõe normas kafkianas mudadas todos os dias e nos envolve num cipoal diabólico de siglas, formulários, instruções e obrigações tirânicas, forçando-nos a alimentar um exército de despachantes para resolver os problemas criados por ela e lançando sobre todos os nossos atos as malhas do governo, desde o voto compulsório descrito farisaicamente como "direito" até a proibição de dispormos livremente dos nossos bens, em caso de herança. A das empresas, que também impõe suas regras, estabelece os preços como lhe dá na telha, capitaliza-se indecentemente e nos fornece alguns dos piores, mais caros e atrasados produtos e serviços do mundo. A dos governos paralelos, como no Rio de Janeiro, que decreta feriados, interdita ruas e bairros, conduz programas de "assistência social" e sentencia os infratores de

suas leis. E a lista poderia ser bastante encompridada, mas não há necessidade, porque já é conhecida de todos.

Temos instituições democráticas, mas o governo sempre, e com razão, foi visto como "eles", que fazem o que querem, sem necessidade de nos dar satisfações. Eles são eleitos ou nomeados e, imediatamente, passam a ter autonomia, não são mais representantes ou empregados do povo, mas donos da coisa pública. Tratam a educação como se fosse uma espécie de lata de lixo e o direito básico à escola é aviltado a todo instante, como sabem os muitos que não encontram vagas para seus filhos nas escolas públicas e os professores que muitas vezes estão no escalão mais inferior da remuneração e das condições de trabalho. Deixam a saúde pública literalmente entregue às baratas e, porque em geral vivem isolados e se atribuem privilégios impensáveis em outros países, nem percebem a legião de miseráveis e despossuídos com que nos defrontamos todos os dias, nas ruas em que circulamos. Quando decidem "enfrentar" os problemas do país, o fazem por meias medidas, que invariavelmente redundam em mais golpes contra os desprotegidos. Uma nação rica, talvez a Nação mais rica do mundo, é submetida a ver ampliar-se um contingente cada vez mais vasto de cidadãos famintos, doentes e desesperados, enquanto as questões políticas por trás disso são tratadas como questões econômicas. O principal nunca se faz, pois "não há condições objetivas"; o acessório se faz e, porque o principal não foi feito, jamais dá certo. Agora mesmo, num plano que ninguém parece entender direito, a solução foi a costumeira: aumentar impostos sobre quem não tem como fugir a seu pagamento. Quem quiser que acredite nessa conversa de botar rico na cadeia por não pagar impostos – isto vai acontecer, como diz a expressão inglesa, quando o inferno congelar-se, ou seja, no dia de São Nunca de tarde.

Temos liberdade de falar, falar pode. Ainda bem, mas que adianta falar? Se adiantasse, alguma coisa já teria sido mudada, nestes anos em que a imprensa funciona sem mordaças. A cada dia, todo tipo de opinião é dada nos jornais, todo tipo de discurso é feito e as coisas, basicamente, permanecem tal e qual. O exercício da cidadania, de que tanto se fala, é na verdade um exercício de martírio, com uma polícia em que ninguém confia, serviços públicos calamitosos e um Judiciário de ritmo quelônio. A famosa participação popular não existe. O que existe

são *lobbies* não regulamentados de poder desmedido, cuja influência é o que verdadeiramente conta, na condução de nosso destino. Quem é que tem conhecimento de alguma coisa das 17 mil emendas apresentadas nessa revisão constitucional açodada, atravancada pela sujeira entrevista nas CPIs e atrapalhada pela "grande festa do povo brasileiro", que vem aí daqui a um mês e é a única coisa cuja ocorrência certa podemos prever?

Existe, dizem, um movimento ético, uma mobilização nacional em torno da moralização de nossa vida pública. Na minha opinião, está existindo mais a sedimentação de uma cultura da denúncia e do dedurismo, estamos nos transformando numa república de informantes e delatores. A polícia mesmo não faz nada, tanto assim que foi preciso um dedo-duro para que o PC fosse capturado. Enquanto faltarem dedos-duros, os assassinos de Chico Mendes continuarão soltos, assim como continuam soltos centenas – centenas não, milhares; milhares não, talvez centenas de milhares – de infratores. Filhos anunciam que denunciariam pais, esposas denunciam maridos, subordinados denunciam chefes, colegas denunciam colegas, criam-se linhas especiais para denúncias e assim, pouco a pouco, vamos ingressando num processo que, se for pervertido como já está sendo, nos levará a uma sociedade ainda mais doente e não a uma sociedade "moral". Tudo está ficando denunciável e daí a pouco viveremos uma situação parecida com a de *1984* de Orwell ou a do Terceiro *Reich* descrita por Brecht, todo mundo dedando todo mundo, como se isso fosse o alicerce de uma coletividade eticamente sadia, quando na verdade é sintoma de grave enfermidade.

Temos, se não me falha a memória, uns 20 partidos políticos. Teremos, talvez, uns dez ou 12 candidatos à Presidência da República. Isso significa que dispomos de veículos adequados à canalização da vontade política? Não. Significa que temos legendas em abundância, para testemunharmos o indecoroso troca-troca de partidos, cuja ciranda atingiu paroxismos nos últimos dias. Partido não quer dizer nada e tampouco se trai o eleitor, quando se troca de partido depois da eleição. Estamos tão acostumados ao oportunismo cínico, que nem nos damos mais conta dele. O filme continua o mesmo, vamos tocando o barco, carma pesado esse nosso, hem?

(Transcrito de *O Globo*, 16 de janeiro de 1994.)

Epílogo

O motivo deste trabalho é alertar a Nação para a ameaça que lhe ronda as fronteiras. Para a possibilidade de se repetirem, a curto prazo e em maior escala, antigas tentativas das potências imperialistas de nos subjugar. Porque, embora ninguém mais duvide da realidade desse perigo, ainda há quem não pressinta sua iminência. Pois, o povo brasileiro é, por natureza e tradição, avesso a precaver-se do que quer que seja, confiante de que as previsões sinistras só possam ocorrer com as gerações futuras. Uma confiança que, muitas vezes sem nenhum respaldo na certeza ou, sequer, na razoável convicção de uma correspondente garantia, passa a ser pura imprudência ou comodismo irresponsável.

Mas, se é custoso convencer nosso povo a ver na escuridão do horizonte a tempestade que chega, maior empenho na eficácia do alarme haverá de caber a quem possa ou deva preveni-lo de males e desgraças.

Estas páginas pretendem ser esse alarme altissonante, esse apelo urgente a velhos brios adormecidos, capaz de ecoar no fundo da alma brasileira e indigná-la com o escândalo de tentarem disfarçar de amor a índios e florestas a sabida ambição de tomar-nos a Amazônia. Pretendem também levar ao mundo um protesto irado, um basta viril contra os abusos e as provocações dos países ricos, condenando-lhes a hipocrisia e a arrogância. E pretendem ainda, com vergonha e mágoa, apontar a traição de alguns brasileiros, que se acumpliciam aos inimigos da Pátria, pelo silêncio pusilânime, pelo vil interesse ou pela sórdida indiferença.

Era preciso, para redigi-las, a autoridade de quem, investido em cargos relevantes no próprio foco dos acontecimentos, pôde medir-lhes a gravidade e tinha, por conseguinte, a condição e o dever de proclamar seu testemunho.

Cumpria fazê-lo, porém, de modo propício ao bom entendimento do texto (repassado de rancor pelas ofensas sem revide), na esperança de alcançar assim ressonância maior. Porquanto, de nada vale a verdade que não se faz conhecer e, tampouco, a revolta que teme revelar-se... Melhor que a alternativa de um pretensioso tratado científico terá de ser, por isso, a clareza deste singelo depoimento pessoal para consegui-lo.

Impõe-se, contudo, explicar, neste epílogo, que a coerência e a correlação dos temas tratados nos diferentes capítulos, estão na peculiaridade de fincarem as raízes, todos eles, no mesmo sentimento antibrasileiro subjacente à narrativa. Como a interferência atrevida em assuntos afetos

às autoridades nacionais. O interesse exagerado e abusivo de inventariarem as riquezas de nossas florestas e de nosso subsolo. O derrotismo e a desunião pregados pelos falsos religiosos e cientistas, a seu serviço, em nossa terra. A propaganda sistemática de sua mídia para desacreditar e desmoralizar os brasileiros. As medidas restritivas e discriminatórias para impedir o nosso desenvolvimento. E o tratamento desrespeitoso e humilhante dispensado aos brasileiros fora do Brasil. Enfim, os capítulos de assuntos aparentemente desconexos são apenas manifestações diversas do invariável desprezo e da eterna hostilidade deles perante a nossa perplexa e ressentida cordialidade.

Se isso já não é a guerra, é com certeza a véspera. Ou a preparação dela, talvez. A chamada guerra psicológica, feita pela imprensa e por agentes infiltrados, para encobrir intenções de conquista com imaginárias razões humanitárias ou falsos pretextos de apoio a direitos das minorias e outras mentiras. Como, aliás, está bem claro nas diretrizes secretas do *Christian Church World Council*, interceptadas pelos órgãos de informações e transcritas no Anexo B deste livro.

Na letra A, da primeira página desse documento, declaram que "A posse dessa imensa área (a Amazônia) pelos países mencionados (entre outros o Brasil) é meramente circunstancial, não só por decisão de todos os organismos presentes ao Simpósio (I Simposium Mundial sobre Divergências Interétnicas na América do Sul) como também por decisão filosófica dos mais de mil membros que compõem os diversos conselhos de defesa dos índios e do meio ambiente".

Mais adiante, na letra E, dizem ser dever deles "preservar a unidade das várias nações indígenas que vivem no território amazônico, provavelmente há milênios... e evitar o fracionamento do território dessas nações".

E na letra F: "É nosso dever definir, marcar, medir, unir, expandir, consolidar, independer, por restrição de soberania, as áreas ocupadas pelos indígenas, considerando-as suas nações. É nosso dever promover a reunião das nações indígenas em uniões de nações, dando-lhes forma jurídica definida. A forma jurídica a ser dada a tais nações incluirá a propriedade das terras, que deverá compreender o solo, o subsolo e tudo que neles existir, tanto em forma de recursos naturais renováveis, como não renováveis. É nosso dever preservar e evitar, em caráter de urgência até que as novas nações estejam estruturadas, qualquer ação de mineração, garimpagem, construção de estradas, formação de vilas, fazendas, plantações de qualquer natureza, enfim, qualquer ação dos governos das nações compreendidas no item 3 destas."

E na letra I: É nosso dever garantir a preservação do território da Amazônia e de seus habitantes aborígenes, para o seu desfrute pelas grandes civilizações européias, cujas áreas naturais estejam reduzidas a um limite crítico."

O Cristianismo é a "pele de cordeiro" deles para se infiltrarem em nossas comunidades... Agem, como se conclui da leitura desse documento, em comum acordo com "as grandes civilizações européias" ou a seu serviço. E o mais espantoso é que um plano de conquista da Amazônia assim, minucioso e já escancarado para o mundo a esta altu-

ra, não tenha motivado protestos ou quaisquer medidas oficiais dos governos brasileiros de 1981 para cá.

O que se denuncia aqui como farsa o *Christian Church World Council* conta como vitória conseguida sem soldados nem bombas, sem mortos nem feridos. Eles já estão ganhando a guerra deles. É hora de pormos um fim a tudo isso.

ANEXOS

A

Relatório da Cruzada

1. Relatório elaborado por William Neil Hawkins, Secretário-Geral da Cruzada de Evangelização Mundial, Seção Rio-Branquense, ao Ministro Oswaldo Cordeiro de Farias: "Eu tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, a seu pedido, algumas informações sobre o trabalho da Cruzada de Evangelização Mundial no Território de Roraima. Fora de Boa Vista, a Cruzada mantém, atualmente, quatro postos missionários neste território. Todos são no meio de povos da família lingüística denominada "Shiriana" na literatura. Todos esses índios com que temos contato são monolíngües e aqueles que moram na região do Alto Rio Parima tiveram seu primeiro contato com a civilização ocidental há quatro anos, quando a FAB abriu campos de pouso e introduziu missionários da Cruzada naquela região.

Os primeiros esforços dos missionários têm sido dirigidos à análise da língua, tão pouco conhecida até agora, e continuam no sentido de traduzir parte da Bíblia Sagrada para os dialetos do grupo Uaicá-Xirianá. Logo que os missionários conseguiram ganhar amizade e confiança dos índios, começaram a lhes dar alguma assistência médica. A Divisão de Saúde deste território já cooperou em vários casos mais graves e, recentemente, o Dr. Almir Higa, de seus quadros, fez duas

viagens longas com os missionários, para estudar e combater uma epidemia que tirou a vida de mais de cinqüenta indígenas. A Cruzada mantém uma enfermaria no Posto Surucucus. Esperamos ter a cooperação de um médico ligado às missões, a partir do ano vindouro.

É alvo da Cruzada a alfabetização dos silvícolas, primeiro em seu próprio idioma, e, depois, em português; mas, o primeiro passo é cultivar no índio o desejo de estudar e aprender. Para ajudar com a educação dos índios, há atualmente três moças brasileiras em processo de ingressarem na Cruzada, e esperamos que haverá muitos outros moços brasileiros dedicados para ajudarem na tarefa tão importante da educação do índio e da sua introdução à cultura nacional.

Seguem-se alguns dados sobre os quatro postos:

I - Posto Uaicá. Situado à margem direita do Rio Uaricoera (0330N - 6315W). Contato constante com dois subgrupos da tribo uaicá, e contato freqüente com outros subgrupos da mesma tribo e com a tribo xirianá, moradores do Alto Rio Uraricaá e do Rio Parágua (Venezuela). Campo de pouso com 800 metros de comprimento. Missionários: Rodney e Louise Lewis, Paul e Joyce Harter, Sandra Cue.

II - Posto Xirianá. Situado à margem esquerda do Rio Mucajaí (0245N - 6205WO). Contato constante com dois subgrupos da tribo xirianá (kaserapai) e contato freqüente com subgrupos da tribo uaicá. Campo de pouso com 280 metros de comprimento. Missionários: John e Lorraine Peters, Steven e Dawn Anderson, Sue Albright.

III - Posto Surucucus. Situado na Serra das Surucucus (0245N - 6345W). Contato freqüente com oito e dez subgrupos da tribo uaicá. Campo de pouso com 260 metros de comprimento junto ao posto. A nove quilômetros do posto, há campo de pouso com mais de mil metros de comprimento, que a Cruzada mantém em condições de uso para a FAB. Missionários: Robert e Alice Cable, Russel e Patsy Sasscer, Kathryn Pierce.

IV - Posto Auaris. Situado à margem do Rio Auaris (0415N - 6420W). Contato constante com um subgrupo da tribo macu e um subgrupo da tribo maiongongue (da família lingüís-

tica caribe), e contato freqüente com subgrupos da tribo sanumá. Campo de pouso de 500 metros de comprimento. Missionários; Donald e Barbara Borgman.

Espero que estes poucos dados sejam de utilidade. Aproveito o ensejo para oferecer nossos protestos de alta estima e consideração.

William Neil Hawkins.
Secretário-Geral"

2. Cada subgrupo tem de 40 a 80 indivíduos.

3. **RESUMO**

POSTO	TRIBO	CONTATO PERMANENTE	CONTATO FREQÜENTE
UAICÁ	UAICÁ XIRIANÁ	80 a 160	INDETERMINADO
XIRIANÁ	XIRIANÁ UAICÁ	80 a 160	INDETERMINADO
SURUCUCUS	UAICÁ		320 a 800
AUARIS	MAIONGONG MACU	40 a 80 40 a 80	INDETERMINADO

(Estudo contratado pelo General Oswaldo Cordeiro de Farias, Ministro Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais, à Fundação Delmiro Gouveia, Rio de Janeiro, RJ, pp. 146-147).

B

Diretriz Brasil

CHRISTIAN CHURCH WORLD COUNCIL
Genebra, julho de 1981

Exposição 03/81

DIRETRIZES BRASIL Nº 4 - ANO "O"
Para: Organizações Sociais Missionárias no Brasil

1 - Como resultado dos congressos realizados neste e no ano passado, englobando 12 organismos científicos dedicados ao estudo das populações minoritárias do mundo, emitimos estas diretrizes, por delegação de poderes, com total unanimidade de votos menos um dos presentes ao "I Simposium Mundial sobre Divergências Interétnicas na América do Sul".

2 - São líderes deste movimento: a) Le Comité International de la Defense de l'Amazonie; b) Inter-American Indian Institute; c) The International Ethnical Survival; d) The International Cultural Survival; e) Workgroup for Indigenous Affairs; f) The Berna-Geneve Ethnical Institute e este Conselho Coordenador.

3 - Foram contemplados com diretrizes específicas os seguintes países: Venezuela nº 1; Colômbia nº 2; Peru nº 3; Brasil nº 4, cabendo a Diretriz nº 5 aos demais países da América do Sul.

DIRETRIZES

A - A Amazônia Total, cuja maior área fica no Brasil, mas compreendendo também parte dos territórios venezuelano, colombiano e peruano, é considerada por nós como um patrimônio da Humanidade. A posse dessa imensa área pelos países mencionados é meramente circunstancial, não só por decisão de todos os organismos presentes ao Simpósio como também por decisão filosófica dos mais de mil membros que compõem os diversos Conselhos de Defesa dos Índios e do Meio Ambiente.

B - É nosso dever: defender, prevenir, impedir, lutar, insistir, convencer, enfim, esgotar todos os recursos que, devida ou indevidamente, possam redundar na defesa, na segurança, na preservação desse imenso território e dos seres humanos que o habitam e que são patrimônio da humanidade e não patrimônio dos países cujos territórios, pretensamente, dizem lhes pertencer.

C - É nosso dever: impedir em qualquer caso a agressão contra toda a área amazônica, quando essa se caracterizar pela construção de estradas, campos de pouso, principalmente quando destinados a atividades de garimpo, barragens de qualquer tipo ou tamanho, obras de fronteira, civis ou militares, tais como quartéis, estradas, limpeza de faixas, campos de pouso militares e outros que signifiquem a tentativa de modificações ou do que a civilização chama de progresso.

D - É nosso dever: manter a floresta Amazônica e os seres que nela vivem, como os índios, os animais silvestres e os elementos ecológicos, no estado em que a natureza os deixou antes da chegada dos europeus. Para tanto, é nosso dever evitar a formação de pastagens, fazendas, plantações e culturas de qualquer tipo que possam ser consideradas como agressão ao meio.

E - É nosso principal dever, preservar a unidade das várias nações indígenas que vivem no território amazônico, provavelmente há milênios. É nosso dever evitar o fraccionamento do território dessas nações, principalmente por meio de obras de qualquer natureza, tais como estradas públicas ou privadas, ou ainda alargamento, por limpeza ou desmatamento, de faixas de fronteira, construção de campos de pouso em seus territórios. É nosso dever considerar como meio natural de locomoção em tais áreas, apenas os cursos d'água em geral, desde que navegáveis. É nosso dever permitir apenas o tráfego com animais de

carga, por trilhas na floresta, de preferência as formadas pelos silvícolas.

F - É nosso dever definir, marcar, medir, unir, expandir, consolidar, independer por restrição de soberania, as áreas ocupadas pelos indígenas, considerando-as suas nações. É nosso dever promover a reunião das nações indígenas em uniões de nações, dando-lhes forma jurídica definida. A forma jurídica a ser dada a tais nações incluirá a propriedade da terra, que deverá compreender o solo, o subsolo e tudo que neles existir, tanto em forma de recursos naturais renováveis como não renováveis. É nosso dever preservar e evitar, em caráter de urgência até que as novas nações estejam estruturadas, qualquer ação de mineração, garimpagem, construção de estradas, formação de vilas, fazendas, plantações de qualquer natureza, enfim, qualquer ação dos governos das nações compreendidas no item 3 desta.

G - É nosso dever: a pesquisa, a identificação e a formação de líderes que se unam à nossa causa, que é a sua causa. É nosso dever principal transformar tais líderes em líderes nacionais dessas nações. É nosso dever identificar personalidades poderosas, aptas a defender os seus direitos a qualquer preço e que possam ao mesmo tempo liderar os seus comandados, sem restrições.

H - É nosso dever exercer forte pressão junto às autoridades locais desse país, para que não só respeitem o nosso objetivo, mas o compreenda, apoiando-nos em todas as nossas diretrizes. É nosso dever conseguir o mais rápido possível emendas constitucionais no Brasil, Venezuela e Colômbia, para que os objetivos destas diretrizes sejam garantidos por preceitos constitucionais.

I - É nosso dever garantir a preservação do território da Amazônia e de seus habitantes aborígenes, para o seu desfrute pelas grandes civilizações européias, cujas áreas naturais estejam reduzidas a um limite crítico. Para que as diretrizes aqui estabelecidas sejam concretizadas e cumpridas, com base no acordo geral de julho passado, é preciso ter sempre em mente o seguinte:

a) Angariar o maior número possível de simpatizantes, principalmente entre pessoas ilustres, como é o caso de Gilberto Freire, no Brasil, bem como e principalmente entre políticos, sociólogos, antropólogos, geólogos, autoridades governamentais, indigenistas e outros de importante influência, como é o caso de jornalistas e seus veículos de impren-

sa. Cada simpatizante deve ser instruído para que consiga mais 10, esses 10 e cada um deles mais 10 e assim sucessivamente, até formarmos um corpo de simpatizantes de grande valor.

b) Maximizar, na medida do possível, a carga de informações, aperfeiçoar o Centro Ecumênico de Documentação e, a partir dele, alimentar os países e seus veículos de divulgação com toda sorte de informações.

c) Enfatizar o lado humano, sensível, das comunicações, permitindo que o objetivo básico permaneça embutido no bojo da comunicação, evitando discussões em torno do tema. No caso dos países abrangidos por estas diretrizes, é preciso levar em consideração a pouca cultura de seus povos, a pouca perspicácia de seus políticos ávidos por votos que a Igreja prometerá em abundância.

d) Criticar todos os atos governamentais e de autoridades em geral, de tal modo que nosso ideal continue presente em todos os veículos de comunicação dos países amazônicos, principalmente do Brasil, sempre que ocorra uma agressão à Amazônia e às suas populações indígenas.

e) Educar e ensinar a ler os povos indígenas, em suas línguas maternas, incutindo-lhes coragem, determinação, audácia, valentia e até um pouco de espírito agressivo, para que aprendam a defender os seus direitos. É preciso levar em consideração que os indígenas desses países são apáticos, subnutridos e preguiçosos. É preciso que eles vejam o homem branco como um inimigo permanente, não somente dele, índio, mas também do sistema ecológico da Amazônia. É preciso despertar algum orgulho que o índio tenha dentro de si. É preciso que o índio veja e tenha consciência de que o missionário é a única salvação.

f) É preciso infiltrar missionários e contratados, inclusive não religiosos, em todas as nações indígenas. Aplicar o Plano de Base das Missões, que se coaduna com a presente Diretriz e, dentro do mesmo, a posição dos nossos homens em todos os setores da atividade pública, é muito importante para viabilizar estas diretrizes.

g) É preciso reunir as associações de antropologia, sociologia e outras em torno do problema, de tal maneira que sempre que necessitemos de assessoria, tenhamos essas associações ao nosso lado.

h) É preciso insistir no conceito de etnia, para que desse

modo seja despertado o instinto natural da segregação, do orgulho de pertencer a uma nobreza étnica, da consciência de ser melhor do que o homem branco.

i) É preciso confeccionar mapas, para delimitar as nações dos indígenas, sempre maximizando as áreas, sempre pedindo três ou quatro vezes mais, sempre reivindicando a devolução da terra do índio, pois tudo pertencia a ele... Dentro dos territórios dos índios deverão permanecer todos os recursos que provoquem o desmatamento, buracos, a presença de máquinas pertencentes ao homem branco. Dentre esses recursos, os mais importantes são as riquezas minerais, que devem ser consideradas como reservas estratégicas das nações, a serem exploradas oportunamente.

j) É preciso lutar com todas as forças pelo retorno da Justiça. O que pertenceu ao índio deve ser devolvido ao índio, para que o esbulho seja compensado com pesadas indenizações. Uma estrada desativada já ocasionou prejuízos com desmatamento e morte de animais. Uma mina já causou prejuízos com buracos e poluição, porém o prejuízo maior foi com o mineral que foi furtado do índio. Os índios não devem aceitar construções civis feitas pelo homem branco; eles devem preservar a sua cultura, tradição e seus costumes a qualquer preço.

k) É preciso defender os índios dos órgãos públicos ou privados, criados para defendê-los ou administrar as suas vidas. Tais órgãos, tanto os existentes no Brasil – Serviço de Proteção ao Índio – como em outros países, não defendem os interesses dos índios.

l) É preciso manter as autoridades em geral sob pressão crítica, para finalmente evitar que os seus atos, aparentemente simples, não se transformem em desgraça para os índios. Nunca se deve deixar de protestar contra qualquer ato que contrarie as diretrizes aqui compreendidas.

SUPORTE E EXPLICAÇÕES

I - As verbas para o início do cumprimento desta etapa já se acham depositadas, cabendo a distribuição ao Conselho de Curadores definir e avaliar a distribuição. Da verba SA 4-81, 60% serão destinados ao Brasil, 25% à Venezuela e 15% à Colômbia. Ficarão sem verbas até 1983 o

Peru e os demais países da América do Sul.

II - Os contratados serão de inteira responsabilidade dos organismos encarregados da operação.

III - Os relatórios serão enviados mensalmente e o sistema de arquivo não deverá ser liberado para a normativa do arquivo ecumênico, pelo fato de existirem etapas que não integram o convênio com a Igreja Católica desses países.

IV - É vedado e proibido aos Conselhos regionais instalados em tais países dirigir-se diretamente aos nossos provedores, para fins de requisição de verba, sob qualquer pretexto que seja. Todas as doações serão centralizadas em Berna.

V - Será permitido estipular pequenas verbas, distintas da verba principal, para fins de dar suporte a operações paralelas, não compreendidas nestas diretrizes. As quantias representativas dessas pequenas verbas devem ser devidamente especificadas, tanto quanto à sua origem como em relação à sua doutrinação.

VI - No que concerne à transmissão e tramitação de documentos e informações, são válidas de modo geral as seguintes instruções: para verbas, o Gen. 79-3; para assuntos políticos, o Gen. 80-12; para assuntos de sigilo máximo, o Gen. 79-7 em toda a sua gama e em todos os seus aspectos, sem exceção. O expediente do acordo sobre a presente diretriz deverá chegar aqui ao mais tardar dentro de 30 dias da data do recebimento desta e estará sujeito à Norma Gen. 79-7.

VII - O endereço continuará sendo mantido sob a senha "GOTLIEB", principalmente por causa dos colombianos.

É o que foi decidido. (ass. ileg.) - H. V. Hobberg (ass. ileg.) - S. B. Samuelson

---

NADA MAIS constava do documento acima, que devolvo junto com esta tradução, que conferi, achei conforme e assino.
DOU FÉ.

São Paulo, 22 de julho de 1987
Walter H. R. Frank
Tradutor Público

C

A Deformação da História

A. Gomes da Costa

Uma das questões da prova destinada à formação de professores, promovida pela Secretaria da Educação do Estado do Rio de Janeiro, consistiu em escolher, naturalmente colocando-se uma cruz no quadrado respectivo, qual o grupo – entre negros escravos, índios, portugueses e espanhóis – que, na sua reflexão crítica sobre a História, achava que o Brasil não tinha sido descoberto em 1500 – mas roubado!

Embora à primeira vista possa ser discutível o interesse de uma pergunta desta espécie – até porque os candidatos nunca tinham ouvido o índio Kaimbé, nem decerto tencionam alfabetizar o povo Xokó – ela nos remete para um dos problemas mais graves do ensino daquela disciplina: o da sua contaminação pelas ideologias.

Virou moda, sobretudo nas últimas décadas, fazer uma leitura marxista do passado, pretendendo-se com essa leitura não só desmentir a versão oficial da História, mas também reduzir o processo a um confronto feroz e ininterrupto entre dominadores e dominados, entre brancos e indígenas, senhores e escravos, missionários e pajés, roceiros e proprietários de terra, trabalhadores e donos das empresas. É como se tudo no Brasil, ao correr de cinco séculos, tivesse sido feito na base da pilhagem e da exploração, do massacre e do chicote, da violência e do

roubo. Por isso, o cenário da História e as raízes da nacionalidade devem causar-nos vergonha: roubamos a terra aos índios e passamo-lhes o sarampo e a sífilis, a catapora e a tuberculose; pusemos os negros a trabalhar nos engenhos de açúcar e depois o Duque de Caxias mandou-os para a guerra contra o Paraguai na linha de frente, para que fossem os primeiros a morrer; as naus do rei de Portugal carregaram o pau-brasil, o açúcar e o ouro; e os padres jesuítas foram até os aldeamentos indígenas "falar na língua do índio para amolecer o povo..."

É claro que toda esta costura diacrônica e dialética tem um objetivo: o de fazer a ligação do passado com a realidade atual, ou vice-versa, de forma a que se amanhe a luta de classes e se encontre justificativas para a derrubada das estruturas políticas, econômicas, jurídicas, sociais e religiosas que servem de embasamento à Nação brasileira.

Quem se der ao trabalho de ler a cartilha editada pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI), fonte da questão que a Secretaria Estadual do Rio de Janeiro descobriu para avaliar o conhecimento dos candidatos ao magistério, se não sentir náuseas perante tanto disparate –

"A história do nosso povo é uma História
que todo mundo tem que ter vergonha dela.
É uma História
que o governo tem que ter vergonha dela.
É uma História
que as missões têm que ter vergonha dela.
Por isso
é uma história que o branco sempre escondeu..."

– há de sentir pelo menos tristeza e preocupação. Tristeza, porque os autores reduzem o Brasil a um extrato de salsaparrilha e com o estômago revolto de acidez atiram-se contra tudo e contra todos; se pudessem mandariam a frota de Pedro Álvares Cabral voltar; apagariam o ensino da Língua e a catequese dos jesuítas; devolveriam os negros à Mina e ao Congo, com os seus cultos e as suas danças; não deixariam desembarcar os corsários franceses e ingleses e teriam deixado por cinco séculos o Brasil ser uma "roça grande de mandioca", com algum "tucum para fazer corda, para fazer rede e para fazer enfeite..."

Mas, pior do que a tristeza é a preocupação por termos uma cartilha

deste naipe como livro básico nas escolas dirigidas pelo CIMI. Não importa que sejam muitas ou poucas crianças que a leram; se foi testada em Tapirapé, no Mato Grosso, ou em Kunina, no Acre; ou se vai já na quarta edição e foi considerada por alguns pedagogos com a "vulgata da chuchadeira". Bastaria ter sido lida por um único aluno para merecer o repúdio e a condenação de todos aqueles que sentem uma ponta de orgulho de serem brasileiros – e não trocam a nacionalidade pela ideologia, nem carregam às costas a mochila dos complexos.

Para preparar as gerações do futuro é importante respeitar os valores e os elementos que informam a nossa própria identidade – e, para isso, não podemos permitir que a escola se sirva do bagaço da ignorância e que os livros de História se transformem em instrumentos de denúncia, como se, porventura, se tivesse cometido um crime ao construir o Brasil como ele é, com a sua dimensão e a sua unidade, com a sua riqueza e a sua cultura, com a sua mistura étnica e a sua formação espiritual

(Transcrito do jornal *O Globo*, Rio de Janeiro, 1992.)

D

Influência Militar

Roraima, como o Rio Grande do Sul, teve grande influência militar em nossa história. Em 1775, os portugueses, preocupados com as incursões de ingleses, holandeses e espanhóis no vale do Rio Branco, erigiram o Forte São Joaquim na confluência do Tacutu com o Uraricoera, "tomando posse efetiva da região, que passaram a percorrer em todos os sentidos, nas fainas naturais do comércio, da catequese e do reconhecimento militar."

Pouco depois, em 1780, o General João Pereira Caldas, chefe da Comissão Portuguesa de Delimitação, designou o Capitão-de-Fragata Antônio Pires da Silva Pontes e o Capitão-de-Engenheiros Ricardo Franco de Almeida Serra, membros da referida comissão, para explorar a região vizinha da Colônia do Essequibo e estudar a linha de fronteira que pudesse ser proposta ou simplesmentte aceita.

Em 1787, geógrafo português Coronel Manoel da Gama Lobo D'Almada, chefe da comissão, explorou o Uraricoera até a confluência com o Uraricaá. Nomeado governador da Capitania de São José do Rio Negro e do Rio Branco, o ilustre coronel distinguiu-se pelo estudo da geografia física, da fauna e da flora da Bacia do Rio Branco, bem como pela rigorosa caracterização dos limites com as chamadas "terras dos

espanhóis" e pela pacificação dos índios. Deu continuidade ao levantamento geográfico do vale rio-branquense, iniciado pelo Capitão Ricardo Franco e incentivou a fundação de currais nos campos e serras banhados pelos Rios Branco, Uraricoera, Tacutu, Surumu e Maú, para marcar assim a presença portuguesa.

Para a demarcação da fronteira com a Venezuela, foi enviado, em 1782, o Tenente-Coronel-de-Engenheiros Francisco Xavier Lopes de Araújo, que, na qualidade de chefe da Delegação Portuguesa, ali se manteve até 1792, sendo agraciado, pelos relevantes serviços prestados, com o título de Barão de Parima.

Em 1798, um reconhecimento comandado pelo Tenente-Coronel português Antônio Rodrigues Barata desceu o Essequibo até o Demerari sem encontrar nenhum estabelecimento holandês.

Durante os anos de 1838/39, foi realizada uma expedição científico-militar que, partindo do Forte São Joaquim, foi ao Monte Roraima e a Esmeralda, no Rio Orinoco, donde, pelo Canal do Cassiquiare, alcançou a Vila São Carlos, no Rio Negro, descendo seu curso até a cidade de Moura, para, depois, subir o Rio Branco e retornar ao ponto de partida.

Em 1839, o Tenente-Coronel José Joaquim de Souza expulsou o Missionário Thomas Youd da Vila de Pirara, então território do Brasil. Em 1841, Youd foi convidado pelo Capitão José Leal a evacuar o novo sítio que ocupara, em Curuá, na margem direita do Rupunumi, dando sequência à "Questão do Pirara".

A denominação de Boa Vista para a sede do município da capital de Roraima foi dada por Inácio Lopes de Magalhães, ex-oficial do Forte São Joaquim, que aí fundou uma fazenda de criação com esse nome, em 1830, deixando ilustre descedência no Estado.

O Tenente-Coronel José Joaquim de Souza, descontente com o afastamento do comando do forte por imposição estrangeira, retirou-se da atividade militar, estabelecendo uma fazenda na região da Serra da Lua. Esse grande soldado também deixou nobre família, constituída pelas famílias Souza Cruz e Souza Brasil, ambos de justificado renome na região.

O Sargento do Exército João Capistrano da Silva Mota, chegando ao Rio Branco em 1865, como integrante de uma comissão da Delegacia Fiscal do Amazonas, encarregada de averiguar questões ligadas à

Fazenda Nacional de São Marcos, encantou-se pela terra e nela ficou o resto de sua vida. Fundou a primeira escola e foi nela o primeiro professor. Foi também Juiz de Paz, Promotor de Justiça e o primeiro superintendente municipal. Viveu cento e cinco anos, deixando doze filhos, que multiplicaram seu nome em numerosos e notáveis descendentes.

Contam-se entre os prefeitos do município de Boa Vista os seguintes militares: Capitão Sérgio Pessoa, Major Manoel Correa da Silva, Capitão Júlio Bezerra, Capitão Trigueiro, Tenente-Coronel Carlos Palma Lima, Capitão Francisco Zangerolame, Tenente-Coronel Jorge Assis Sabóia de Aragão e Major Rufino Rodrigues Carneiro. Dos vinte e cinco governadores nomeados para o antigo Território de Roraima treze eram oficiais do Exército ou da FAB. E, atualmente (1994), o governador do estado é o Brigadeiro Ottomar de Souza Pinto.

Grande parte dos pára-quedistas vindos do Rio de Janeiro em 1969, radicou-se em Roraima. Muitos já estão na reserva e exercem outras atividades. E não são poucos os militares do Exército e da FAB, de soldado a coronel, que se apaixonam pelo lugar e decidem terminar seus dias por lá.

Não se pode esquecer o notável trabalho desbravador realizado pelos batalhões de construção do Exército, como o 6º BEC, que interligou Boa Vista a Manaus. Pode-se afirmar mesmo que Roraima tem duas fases em sua existência: anterior e posterior à chegada do 6º BEC.

E

Amazônia e o Mundo

Roberto Marinho

Qualquer discussão sobre o futuro da Amazônia que tenha como limites a própria região e o momento presente estará condenada a não chegar a conclusão alguma. O problema da poluição e do equilíbrio ecológico tem dimensão mundial – e não se iniciou com a primeira árvore abatida na floresta equatorial.

É preciso começar do começo e olhar além das fronteiras de qualquer país ou continente, para alcançar uma visão objetiva do perigo real que existe para a Terra em futuro terrivelmente próximo; e para saber qual é o dever de cada um e de todos os países.

A ameaça tem nome: efeito-estufa. Em outras palavras, aquecimento. Até algum tempo atrás, o assunto era província de especialistas. Hoje, a simples leitura dos jornais, acompanhada de informações colhidas junto aos estudiosos, permite até a jornalistas leigos discutir a questão.

O efeito-estufa, como nos ensinam, não é o calor que consideramos normal para o planeta – uma temperatura média pouco abaixo dos 30 graus – porque é a ele que se deve a sustentação da vida. Mas o aquecimento artificialmente acelerado, que cabe ao homem deter nas próximas décadas, sob pena de que as condições de vida venham a se aproximar perigosamente do insuportável.

A inclinação do eixo da Terra varia periodicamente, e o clima acompanha essas variações que se processam com enorme lentidão, ao longo de milênios. A última Idade do Gelo não pertence à memória coletiva do *homo sapiens*: todas as nossas diferentes formas de civilização ocorreram dentro do mais recente ciclo de calor progressivo, iniciado há cerca de dez mil anos.

Ocorre que o aquecimento, neste ciclo, sofreu aceleração que pode ser definida, em termos planetários, como brusca: do começo de século passado, até os dias de hoje, a temperatura ambiente média vem subindo numa aceleração que torna os índices da última década equiparáveis aos de milhares de anos no período anterior à Revolução Industrial.

O atual desequilíbrio ocorre exclusivamente por culpa do homem.

Nossa atmosfera retém os raios infravermelhos do Sol – o que é ótimo, pois caso contrário não haveria vida. O problema está na retenção excessiva e progressiva. Esse é o efeito-estufa, que tem as seguintes causas principais, todas ligadas à ação do homem:

– Lançamento à atmosfera de dióxido de carbono produzido pela queima de combustível fóssil (gasolina e outros derivados de petróleo, carvão etc.). Estima-se que isso esteja ocorrendo em média anual de cinco a seis bilhões de toneladas; para idéia do que significa, os mares, que constituem o maior fator isolado de absorção do gás, dão conta, por ano, de dois bilhões de toneladas. E a queima de combustível não tem parado de crescer: aumenta numa proporção anual entre dois a quatro por cento.

– Redução das florestas – porque o ciclo da vida vegetal inclui a absorção de dióxido de carbono e a sua análise biológica, por meio da qual o carbono é absorvido e o oxigênio devolvido à atmosfera.

– Diminuição da capa de ozônio na atmosfera. Isto se deve, entre outras causas, ao clorofluorcarbono, um produto industrial que se encontra, por exemplo, nos sprays. O ozônio bloqueia parcialmente os raios ultravioletas do Sol, e os "buracos" causados pelo ação do homem não só aumentam o risco de câncer de pele como, entre outros danos, diminuem a capacidade dos oceanos de absorverem o dióxido de carbono.

– Produção de outros gases que têm efeito semelhante ao do

dióxido de carbono, como óxido de nitrogênio (emanado por adubos químicos e pelo querosene queimado pelos aviões a jato) e metano, produzido, por exemplo, pelas plantações de arroz. Ironicamente, verifica-se que a chamada "revolução verde" que multiplicou os arrozais asiáticos e afugentou o fantasma da fome de muitos países contribuiu, embora em pequena escala, para o agravamento do efeito-estufa.

A comunidade científica internacional é unânime em apontar as terríveis conseqüências do fenômeno. Prevê-se que, à falta de providências heróicas, em meados do próximo século a temperatura média da Terra terá aumentado entre três e oito graus.

Parece pouco, mas será suficiente para profundas alterações. Haverá ampliação dos mares e degelo nas regiões polares produzindo uma elevação média de um metro ou até bem mais no nível do mar – o suficiente para submergir imensas áreas do litoral em todos os continentes. Calcula-se que alguns países do Oriente perderão até 40 por cento de seu território; no Brasil, a conseqüência na foz do Amazonas e no extremo sul serão catastróficas.

O clima sofrerá muito: secas mais fortes e mais freqüentes, maiores índices de chuva nas regiões tropicais, acarretando inundações diluviais. Espécies animais e vegetais desaparecerão. Parasitas e insetos, resistentes a variações climáticas, prosperarão. Doenças tropicais – como a do sono, causada pela mosca tsé-tsé – invadirão regiões temperadas. Prevê-se, ainda, que já nas próximas décadas começarão a surgir problemas na produção de alimento e no abastecimento de água.

Não é de admirar, portanto, que em todo o mundo civilizado o efeito-estufa seja visto com preocupação ou mesmo pânico.

A maioria dos cientistas concorda que para deter o efeito-estufa impõe-se atacar o problema em todas as frentes. Deter a devastação da Amazônia e de outras florestas do Terceiro Mundo? Certamente – entre outras razões porque as do Primeiro já cederam lugar ao progresso há muito tempo.

Mas cobra-se também das nações industrializadas a sua parte: por exemplo, criar impostos restritivos ao uso de combustíveis fósseis, investir nas fontes de energia não poluente (como a eólica ou a solar) e elevar os índices de produtividade das que poluem.

Neste capítulo, a propósito, os Estados Unidos praticam no momento política delinqüente: os índices de produtividade na queima de petróleo e carvão estacionaram em 1987 e regrediram em 1988.

Em suma, a estratégia recomendada pela comunidade científica tem duas linhas principais: tanto é preciso aumentar a absorção de dióxido de carbono (e por isto é importante preservar a Amazônia e reflorestar intensamente em outras partes) como reduzir a produção desse gás e de outros também poluentes. Quem defende só uma parte da solução está se recusando a ver o problema globalmente – e está, de fato, fugindo ao enfrentamento realista de uma das mais graves ameaças com que a Humanidade já se deparou.

Face a este quadro, como deve se comportar o Brasil?

Em primeiro lugar, cabe-lhe repelir a pecha de principal responsável pelo agravamento do efeito-estufa e a chantagem que a acompanha. Países ricos e organizações internacionais nos ameaçam com punições no campo econômico caso não adotemos atitudes drásticas em relação ao controle ambiental na Amazônia. E isso não é apenas chantagem, mas chantagem baseada em premissa deturpada.

É preciso destacar, a propósito, que não há Amazônia só no Brasil (embora só se fale na nossa); que as denúncias e o debate ignoram a diferença entre Amazônia física e Amazônia legal.

Por outro lado, refugiar-se na posição defensiva para usá-la como desculpa para a inação seria hipocrisia, e um desserviço que o Brasil de hoje estaria prestando ao Brasil do próximo século. Devemos reconhecer que há, de fato, desmatamento indiscriminado, até mesmo com subsídios oficiais; que não policiamos devidamente uma região de enorme importância estratégica; que, enfim, não executamos e sequer formulamos adequadamente uma política coerente de proteção da Amazônia.

Cabe ao Brasil – porque se preocupa com as gerações que virão, e não por estar aguilhoado pela pressão externa – dar ao Mundo um exemplo de correta preocupação com o equilíbrio ecológico, reconhecendo que este não é o território de visionários, mas campo de ação prioritário para o País.

Explorar a Amazônia, sim – mas racionalmente. Nada impede o desenvolvimento na região de políticas agrícolas e de produção energética e aproveitamento do subsolo. Ter acesso ao Pacífico por rodovia, a

partir da Amazônia, é não apenas um direito do Brasil, mas também um imperativo econômico de facilitar o ingresso e a saída de produtos pelo oceano em cujas margens se encontram países que no próximo século estarão entre os mais prósperos da Terra.

Dar alimento e trabalho a milhões de brasileiros não entra obrigatoriamente em conflito com o respeito às leis da Natureza – desde que o governo e o empresário atuem harmoniosamente com o cientista e a comunidade.

Uma política inatacável de convivência com o meio ambiente, além do mais, dará ao Brasil autoridade moral para discutir nos foros internacionais o que se está fazendo e deixando de fazer no resto do Mundo sobre a ameaça que se avizinha de todos.

Nestes tempos de debate incessante e agitação por vezes irracional da questão, plenários não faltam. Só esta semana, o Brasil comparece a dois: a reunião em Quito do Tratado de Cooperação Amazônica e o Congresso Mundial em Haia, convocado por países europeus. Ao primeiro, levamos proposta com dois objetivos: articular os oito países da região numa frente de combate ao *lobby* da desinformação e promover planos concretos de desenvolvimento integrado.

Não deve ser diferente nossa estratégia em Haia: apoio integral a medidas legítimas de preservação do equilíbrio ecológico em todos os continentes, o repúdio a tentativas de acuar o Brasil, transformando-o no grande réu da questão.

É certo, devemos insistir, que, desacompanhada de medidas concretas de preservação, veremos diminuída a nossa capacidade de resistir à pressão internacional – principalmente tendo-se em conta o nível de histeria que atingiu. Essa advertência não deve ser dirigida apenas ao governo brasileiro, mas a tcdos, no Mundo todo.

Afinal, o espectro do aquecimento insuportável paira sobre a Humanidade inteira. Para exorcizá-lo, a Humanidade inteira precisa de muito mais ação racional, e muito menos retórica.

(Transcrito de *O Globo*, 8 de março de 1989.)

F

Espetáculo na Selva

Para as televisões, o cenário não poderia ter sido mais bem montado: uma grande assembléia de índios no Xingu, com danças rituais e ameaças aparentemente ferozes contra representantes do governo. Para a imprensa estrangeira, melhor ainda: um choque de culturas como já não se vê na Europa ou nos Estados Unidos; uma encenação carregada de pitoresco tratando do tema que agora recebe prioridade número um no mundo desenvolvido - a floresta amazônica.

Do lado brasileiro, também há quem extraia dividendos políticos do encontro – como o "deputado ecológico" que prometeu obstruir, no Congresso, o projeto de construção de uma hidrelétrica perto de Altamira. A atriz e ativista Lucélia Santos declarou que as hidrelétricas foram construídas pelo regime militar, e não interessam ao povo.

A causa ecológica transformou-se, de fato, num superassunto internacional; e o Brasil está na berlinda por abrigar em seu território a maior floresta do mundo. Também temos muitos índios, o que estaria a sugerir que o nosso *record* histórico nesse terreno não é tão mau quanto o de outros países. Um índio *sioux* (norte-americano) presente ao encontro de Altamira declarou explicitamente que se os assuntos indígenas tivessem merecido tratamento

semelhante em seu país, seus irmãos de raça estariam em situação bem melhor que a de hoje.

O Brasil não seria inteligente nem hábil se tratasse o problema ecológico de modo descuidado ou atabalhoado. Ao mesmo tempo, é preciso manter a questão – que é séria – dentro de um mínimo de racionalidade.

Uma *pajelança* como a do Xingu mexe com o nosso inconsciente coletivo – com alguma forma de culpa entranhada que o branco mantém em relação ao índio, primeiro ocupante da terra. Esse inconsciente coletivo fez do índio o grande herói da literatura romântica (enquanto o negro, estatisticamente mais presente em nossa formação, não merecia as mesmas atenções).

Mas o Brasil de hoje está muito, muito longe dos tempos do Descobrimento; e o *I-Juca Pirama* não é o poema de que estamos precisando. Uma economia do tamanho da brasileira já não pode ser conduzida com base no indianismo romântico.

Está muito bem que os deputados ecológicos se preparem para combater o projeto da nova usina no Congresso, como também combatam as usinas nucleares. Resta saber em que tipo de energia se apoiará o país para a difícil entrada no século XXI. Energia solar? Biomassa? Pequenas usinas? Cada uma dessas modalidades pode trazer, a seu tempo, ou em condições específicas, a sua contribuição. Mas sugerir que o Brasil pode simplesmente dispensar, daqui para a frente, a energia nuclear ou as hidrelétricas de maior tamanho é proposição que acarreta o ônus da prova. Para isso não bastam discursos líricos.

Há algo de novo e de interessante no encontro do Xingu: o nosso estágio democrático permite a essa minoria expressar os seus pontos de vista – do modo primitivo que corresponde ao seu estágio cultural. Mas os índios brasileiros já não compõem uma população homogênea, e em muitos casos são menos primitivos do que se faz supor. Um dos caciques do Xingu foi visto registrando em vídeo a dança ritual de seus liderados. Pode haver mistura mais esdrúxula do arcaico e do moderno? E não se mostram também os indígenas fãs incondicionais do radinho de pilha?

O que está por trás de toda essa discussão é o problema do desenvolvimento. O mundo inteiro está preocupado – com maior ou menor razão – com a floresta brasileira, e, por extensão, com os índios que a ocupam. Como estamos no ano da graça de 1989, e não no período em que os carroções rodavam em direção ao *wild west*, é preciso encontrar um encaminhamento moderno e satisfatório para assunto que é do nosso próprio interesse.

Mas para progredir neste sentido o Brasil precisa também progredir em outros; e precisa, sobretudo, retomar o rumo do seu desenvolvimento. Por paradoxal que possa parecer, a preservação da floresta (e dos índios) supõe esse desenvolvimento, que tanto é material quanto cultural. Um Brasil pobre e estagnado – e portanto ressentido – continuaria, muito simplesmente, a adotar em relação à Amazônia a atitude predatória que se viu até agora. Um Brasil eternamente subdesenvolvido continuaria a ter nos seus organismos voltados para a questão indígena o exército de funcionários ineptos preocupados com o seu salário, e não com as suas funções.

Mas para que haja desenvolvimento é preciso que haja energia. A usina que se planeja para as vizinhanças de Altamira já nasce em condições bem diferentes do projeto desastroso que resultou na hidrelétrica de Balbina. Sinal de que, de algum modo, progredimos. Que se discuta o projeto. Mas sem esquecer que o problema da energia é vital para o país. Os ecologistas podem (e devem) raciocinar de acordo com as suas convicções. Mas gastarão inutilmente o seu latim se só tiverem a propor um país de Peter Pan, amarrado ao passado.

A Amazônia pode ter um encaminhamento viável do ponto de vista econômico e cultural. Não precisamos apresentar ao mundo o rosto contorcido da xenofobia. Mas temos todo o direito de deixar claro que se trata, neste caso, de uma questão nacional, a ser resolvida com inteligência e bom-senso pelos próprios brasileiros. Dentro desse contexto é que a ajuda de entidades ou governos estrangeiros pode ser preciosa. Também não temos condições de recusar essa ajuda.

O que é perfeitamente dispensável é o show folclórico em que o Brasil se vê reduzido, por gente de dentro e de fora, a uma república das selvas, desligada da civilização, à espera do conselho ou da ajuda dos

"missionários do progresso" – missionários que, em seus países de origem, não fizeram o que agora pregam.

(Transcrito do *Jornal do Brasil*, 27 de fevereiro de 1989.)

G

A Internacionalização da Amazônia

Carlos de Meira Mattos

A tese da internacionalização da Amazônia nada tem a ver com as razões ecológicas que agora são levantadas. É uma tese cíclica, que sob pretextos vários – direito exploratório da natureza, necessidade de espaço demográfico, liberdade de navegação nos grandes rios e, agora, ecologia – , após uma fase de esquecimento, volta sob a forma de pressões políticas sobre o governo do Brasil.

Na grande bacia internacional de 7.000.000 de quilômetros quadrados, o território brasileiro ocupa 5.000.000 e domina sua boca.

A projeção geográfica da Amazônia foi traduzida com clareza extraordinária pelo escritor amazonense Samuel Benchimol:

"Numa cosmovisão da Terra tomada do planeta Marte, a grande região amazônica seria vista com a seguinte representatividade:

– 1/20 da superfície terrestre;

– 4/10 da América do Sul;

– 3/5 do Brasil;

– 1/5 de disponibilidade mundial de água doce; e

– 1/3 das reservas mundiais de florestas latifoliadas."

Esta imensidão geográfica não poderia deixar de ser objeto de ambição das nações ricas e poderosas do mundo, instrumentadas com maior capital e tecnologia, cujo sentimento de expansão muitas vezes se esconde sob o véu de missões messiânicas a serviço da humanidade.

Num rápido retrospecto histórico veremos que a tese da internacionalização da Amazônia já foi motivo de pressão sobre o governo brasileiro em ocasiões várias, desde nossa independência. Senão vejamos.

Logo após a nossa emancipação política aumentaram as pressões internacionais visando a assegurar a livre navegação internacional dos rios do sistema amazônico. Nesse sentido, agências consulares da França, Inglaterra e Estados Unidos foram abertas em Belém e Manaus. Em seguida, em nome do princípio da livre navegação internacional dos grandes rios, iniciam-se as tentativas, na Europa e nos Estados Unidos, visando à criação de empresas de navegação para explorar a imensa bacia. Nos Estados Unidos, em meados do século XIX foi criada a *The Amazon Steam Navigation Company*, incorporada pela firma *Le Roy, Bayard & Co.* A chegada do primeiro barco da empresa norte-americana provocou enorme celeuma e protestos. O então governador do Pará convocou grande assembléia ao Palácio para decidir se devia se permitir subir o barco o Rio Amazonas, sem permissão expressa do governo imperial. Foi decidido que não, a viagem inaugural foi interrompida e o assunto voltou às lides das pressões diplomáticas.

Diz o nosso escritor Arthur Reis, grande especialista em assuntos amazônicos: "Tomou corpo nos Estados Unidos a alegação de que o Brasil cometia um tremendo crime contra a humanidade com a política chinesa, denominação que deu à nossa atitude, da porta fechada aos barcos estrangeiros, que vinham trazer civilização e não pôr em perigo a soberania nacional".

Interpretando suas apreensões diante do clima de pressão que passou a viver em Washington, nosso Embaixador Teixeira de Macedo, em carta dirigida ao Ministro das Relações Exteriores Soares de Souza, datada de 14 de novembro de 1850, conservada no Museu de Petrópolis, escreveu o seguinte:

– "A pretensão do governo americano de fazer explorar por sua

conta, e por seus engenheiros e naturalistas, o rio das Amazonas, suas margens e tributários, envolve como conseqüência necessária a pretensão de obter a livre navegação deles para sua bandeira."

Dirigiu o movimento a favor da abertura do Rio Amazonas e seus afluentes à navegação internacional o Tenente Matthew Fontaine Maury, da Marinha norte-americana, Superintendente dos Serviços Hidrográficos e astrônomo do Observatório Naval de Washington. Em campanha iniciada em 1850, Maury, em artigos publicados nos principais jornais do seu país e da Inglaterra, e no seu livro de grande divulgação *The Amazon River and Atlantic Slopes of South America*, editado em 1853, sustentava a tese de que a *Amazônia não poderia permanecer fechada para a humanidade*. Argumentava Maury, em memorial endereçado ao seu governo, *que o espaço amazônico estava aguardando as raças fortes e decididas para a empresa de sua conquista científica e econômica*. Maury organizou uma expedição dos Capitães William Lewis Herdon e Lardner Gibbon aos rios amazônicos, da qual resultou um livro de dois volumes que despertou o maior interesse; foi editado pelo governo de Washington e difundido entre vários países (1851 e 1852).

A ação de Maury contra os interesses soberanos do Brasil não se limitou aos Estados Unidos, reanimou também antigas pretensões "científicas" inglesas e alemães, como nos lembram nos seus livros os dois grandes amazonólogos Arthur Reis e Leandro Tocantins.

Cessado esse período de pressões, nova carga sobre nossa diplomacia repetiu-se no fim do século passado e primeiros anos do atual. A motivação que acalentava a idéia da internacionalização da Amazônia não era mais a livre navegação dos rios; agora eram os imperativos científicos.

Conta o nosso chefe de Legação em Berlim, o Barão do Rio Branco, que em entrevista com o Ministro do Exterior da Alemanha, Barão Oswald Richtofen, este lhe declarou: "Seria conveniente que o Brasil não privasse o mundo das riquezas naturais da Amazônia." (Ofício de Rio Branco ao Ministro Olinto de Magalhães, 1902). Antes disto uma canhoneira alemã havia subido o Rio Amazonas em missão de reconhecimento científico.

Mais ou menos nessa mesma época, nosso embaixador em Wa-

shington, o Ministro Assis Brasil, transmitia ao Ministro Olinto de Magalhães sua entrevista com o Secretário de Estado John Hay. Disse-lhe Hay: "Não vejo perigo, Sr. Ministro, para a soberania das nações americanas, no fato de companhias industriais se instalarem para o desenvolvimento das terras que jazem incultas." Nessa ocasião, o Brasil, envolvido na crise acreana, resistia às pressões norte-americanas, inglesas, francesas, para permitir a instalação em nosso território das famosas *chartered companies*, principal instrumento para a colonização da África.

Pouco antes da entrevista e da declaração do Secretário de Estado John Hay, o capitão americano Todd, no comando da canhoneira *Wilmington* (1899), havia criado desagradável incidente diplomático e manifestações de protesto popular em Manaus, por ter forçado a subida do Rio Amazonas antes que o governador do Estado do Amazonas recebesse a autorização do Itamarati para a viagem até Iquitos, no Peru.

Na primeira metade deste século a questão da superpopulação em alguns países asiáticos, principalmente Japão, estimulou estudos internacionais visando a uma redistribuição da população mundial. Novamente a tese da internacionalização da Amazônia voltou à baila. É conhecido o projeto japonês de deslocamento e fixação de vultosa população na Amazônia. Este projeto, divulgado no Brasil nos anos 30, provocou protestos na imprensa e no Congresso, mas o governo de Tóquio sempre procurou dele se desvincular, afirmando que se tratava de estudos de sociedades privadas.

Após a Segunda Guerra Mundial, entre os organismos de cooperação ao entendimento internacional criados em torno da Organização das Nações Unidas, estava a UNESCO (*United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*) destinada a levar os benefícios da ciência a todos os países.

Movido pelo espírito de cooperação científica, o brasileiro professor Paulo Berredo Carneiro, nosso representante na UNESCO, elaborou uma proposta de desenvolvimento de pesquisas na Amazônia, contando com o apoio técnico e financeiro dessa organização internacional. Essa proposta, apoiada pelos representantes dos países amazônicos, foi acolhida pela UNESCO e tomou a denominação de Instituto Internacional da Hiléia Amazônica.

Em 1945, o Professor Paulo Carneiro apresentou o plano preliminar da Hiléia ao governo brasileiro. Em seguida, a proposta do Instituto da Hiléia foi apresentada e aprovada na 1ª Conferência Geral da UNESCO em Paris (1946).

Após reuniões sucessivas dos órgãos da UNESCO, em Belém, México e Iquitos (Peru), foi aprovado o convênio internacional que criaria o Instituto (1948), que deveria ser submetido à ratificação dos governos com territórios na área amazônica.

Divulgados os termos do convênio, começam a surgir as críticas e reservas nacionais ao projeto internacional da UNESCO. Levanta-se, novamente, a suspeita de que o convênio apresentava, sob nova forma, a velha intenção de internacionalização da Amazônia.

No Brasil, as críticas suscitadas, pela imprensa e em discursos parlamentares, levaram a Comissão de Segurança Nacional da Câmara dos Deputados a solicitar o parecer do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA).

No seu parecer, o EMFA, após louvar a idéia de cooperação científica, impunha certas limitações ao texto do convênio visando a preservar os direitos soberanos dos estados amazônicos. Entre estas restrições, observava, por exemplo: – as atribuições executivas asseguradas ao organismo internacional criado; o privilégio das imunidades dadas "a bens e pessoas vinculados às suas atividades e serviços", assumindo assim o instituto o aspecto de uma "autarquia internacional", com jurisdição sobre um território que abrangia quase a metade do Brasil; o fato de o diretor do instituto, escolhido pelo conselho, poder vir a ser de qualquer dos países membros da UNESCO, e não apenas de um dos países amazônicos.

O parecer do EMFA concluía com a seguinte observação: "As demais nações participantes, particularmente as não amazônicas, recebem o tratamento igual ao Brasil, gozam de todos os direitos e privilégios, mas são isentas de qualquer ônus ou risco, tudo isto numa época em que vemos essas nações, temerosas por uma possível restrição de sua soberania, cercarem de uma série de garantias sua anuência ao Pacto Atlântico, em conseqüência do qual irão receber substancial ajuda, elemento este ausente da Convenção de Iquitos."

As restrições do EMFA puseram água fria no entusiasmo científi-

co de ingênuos homens de ciência brasileiros que defenderam o Instituto da Hiléia cuja estruturação política acabou escapando-lhe das mãos.

Aproveitaram-se os velhos defensores da internacionalização da Amazônia para se apropriarem das intenções puras de cientistas brasileiros para instrumentarem o projeto da UNESCO dentro dos seus propósitos políticos.

Nessas circunstâncias o Congresso Nacional decidiu suspender qualquer decisão sobre a ratificação do Convênio da Hiléia e o assunto morreu.

Ultimamente, a tese da internacionalização da Amazônia vem reaparecendo sob nova roupagem – defesa da ecologia. A tese já armou uma cruzada de roqueiros famosos, cientistas, associações e organismos internacionais, particularmente dos países representantes das "raças fortes e decididas para a empresa de sua conquista científica e econômica", como escrevia Maury, superintendente dos Serviços Hidrográficos de Washington, em memorial dirigido ao seu governo, em 1853.

O pretexto é outro: – a devastação da Amazônia ameaça a estabilidade do meio ambiente mundial. Sabem todos os cientistas que a devastação da floresta amazônica, que nós brasileiros devemos evitar, não é a responsável pela poluição do planeta, se o for, é em percentagem mínima. As grandes poluições de nossa atmosfera são as fábricas, usinas e veículos a motor do Primeiro Mundo, e a maior ameaça de destruição que pende sobre a humanidade é o colossal arsenal de armas nucleares das chamadas superpotências, cujos governos se mostram tão preocupados com os "perigos para a humanidade do desmatamento da Amazônia".

É interessante de se observar que a tese é sempre a mesma "internacionalização da Amazônia"; são sempre os mesmos atores, desempenhando o mesmo papel.

Só trocam de cenário – ora é patrimônio científico da humanidade, ora navegação internacional dos grandes rios "dos outros", ora a necessidade de matérias-primas para o progresso da civilização, ora a conquista da tecnologia e, por fim, a verde ecologia dos roqueiros.

O lamentável é que governos de nações amigas acabem cedendo às pressões de grupos que defendem seus próprios interesses econômicos ou, em outros casos, se deixam embalar por ingênuas teses humanitaristas.

(Transcrito do *Jornal do Brasil*, 27 de fevereiro de 1989.)

Composição e Diagramação	*Regina Rodrigues Bimbi*
Copidesque e revisão ortográfica	*Renaldo di Stasio*
	José Lívio Dantas
Capa	*Carlos Chagas*
Quantidade de páginas	*216*
Formato	*14 x 21cm*
Mancha	*26 x 41 paicas*
Tipologia	*Times new roman*
Fotolitos de miolo	*Papel vegetal em espelho (mirror)*
Fotolitos de capa	*A cargo da BIBLIEX*
Papel de miolo	*Offset 75 g*
Papel de capa	*Offset 240 k (plastificada)*
Impressão e acabamento	*Marques Saraiva*
	Gráficos e Editores LTDA
Tiragem	*3.000 exemplares*
Término da obra	*Dezembro/95*

EDITORIAL DE 1996
(PREVISÃO)

Coleção General Benício
Para distribuição aos assinantes

A PRÁTICA DA HISTÓRIA
Barbara W. Tuchman

CRÔNICAS DA GUERRA NA ITÁLIA
Rubem Braga

DIÁLOGOS SOBRE O COMANDO
André Maurois

O SOLDADO E O ESTADO
Samuel P. Huntington

OS MERCENÁRIOS DO IMPERADOR
Juvêncio Saldanha Lemos

OS MARECHAIS DE NAPOLEÃO
Hugo Jorge de Brito Chaves

O BRASIL E A NOVA GEOPOLÍTICA EUROPÉIA
Francisco de Assis Grieco

CARTAS DOS CAMPOS DE BATALHA DO PARAGUAI
Sir Richard Francis Burton

Coleção Marechal Trompowski
Livros Didáticos

ANTOLOGIA ESCOLAR/1
Cel Prof Iguamir Antônio T. Marçal
Coordenador

ANTOLOGIA ESCOLAR/2
Cel Prof Iguamir Antônio T. Marçal
Coordenador

HISTÓRIA DO BRASIL/1
Guilherme de Andréa Frota

LÍNGUA: INSTRUMENTO DE COMUNICAÇÃO
Sueli Shibao
Coordenadora

NOÇÕES DE GEOMETRIA DESCRITIVA
Cel Prof Humberto Giovanni Calfa

A questão Ianomâmi, como é apresentada pelos interesses alienígenas, clama contra a lógica e o bom senso. Como reivindicar o controle político de um território brasileiro da extensão de 94.191 km² (semelhante a área de Santa Catarina e três vezes a superfície da Bélgica), para uma tribo que o habita, de uns 5.000 índios, no máximo, e que vive até hoje no mais baixo estágio de ignorância e primitivismo? Estes próprios índios ignoram as reivindicações que são feitas em seu nome, por organizações internacionais mascaradas com intenções científicas (ecologia, ambientalismo, antropologia) e que fazem uma pressão crescente no sentido de entregar a soberania dessa área aos seus habitantes.

General-de-Divisão **Carlos de Meira Mattos**



BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA
Publicação 610
Coleção General Benício
Volume 309
ISBN 85-7011-203-3